

Mais um ano. Desta vez, o encontro era em Badajoz, na companhia de um público numeroso e com o fantasma da crise a vaguear pelos corredores, um grupo de peritos de ambos os países reuniu-se para tratar de temas tão diversos como os nacionalismos, a situação da banca, o debate entre a propriedade intelectual e as novas tecnologias e, algo imprescindível em anos de crise - o humor.

Os encontros hispano-lusos *Ágora, o debate peninsular* serviram, desde o início, para ir tecendo uma sólida rede de contactos e de conhecimento do outro, chave para esta nova fase de relações em que nos encontramos actualmente.

O primeiro curso, intitulado *Geometría variable. Os nacionalismos na Península Ibérica*, abordou os diferentes nacionalismos que existem no espaço peninsular e as suas interrelações, assim como a sua presença na literatura. Dirigido por Jaime Nogueira Pinto e Carlos Taibo Arias, contou com a presença de destacados políticos, jornalistas e estudiosos do nacionalismo de ambos os países.

O segundo curso, a decorrer no centro da polémica surgida com a Lei *Sinde*, serviu para que peritos na matéria reflectissem sobre os direitos de autor e da Internet. Com o título *Na Web. Propriedade intelectual e novas tecnologias* procurava-se oferecer soluções que conciliassem o direito dos autores em receber uma remuneração justa pelo seu trabalho e o direito da sociedade em aceder a obras intelectuais e de entretenimento.

O terceiro curso, *Ganha a banca? Desafios e oportunidades da tempestade financeira*, analisou a responsabilidade dos bancos durante a crise económica, estudou a relação entre os poderes político e financeiro e procurou esboçar saídas para a difícil situação que atravessam Espanha e Portugal.

Finalmente, a secção *Palestra, De que se riem os vizinhos? O humor em Espanha e em Portugal* proporcionou momentos inolvidáveis ao auditório, já rendido, que riu com o engenho dos participantes, e que saiu, mais uma vez, convencido de que os espanhóis e os portugueses têm tanto de diferente como de semelhante. No debate participaram Ricardo Araújo Pereira, Javier Coronas, Pepe Colubi, David Sánchez e Sofia de Portugal.

A secção *Ágora Cena* contou com as actuações de Júlio Pereira e do grupo *Os azeitonas*, com o encontro com a escritora portuguesa Teresa Rita Lopes, as projecções de dois filmes de António-Pedro de Vasconcelos e a peça de teatro infantil *Vasco das forças*, para além de exposições e das tradicionais Semana do livro português e Semana gastronómica.

A XI edição de *Ágora*, em Badajoz, celebrada num momento de crise iminente, permanecerá na nossa memória como a edição mais completa: o conteúdo dos cursos, a alta participação e as sensações compartilhadas superaram as expectativas com as quais nasceu este projecto, em Abril do ano 2000.

A leitura desta crónica, que reflecte as impressões dos cronistas Ignacio Chato, Ramón Besonías, Francisco Barcia, Juan Copete e Martín Carrasco, permitirá a todas as pessoas que não puderam assistir ao encontro conhecer o conteúdo dos cursos e o ambiente vivido ao longo de toda a semana. ❖



Ágora
Academia

GEOMETRÍA VARIÁVEL.OS NACIONALISMOS NA
PENÍNSULA IBÉRICA

NA WEB. PROPRIEDADE INTELECTUAL E NOVAS
TECNOLOGIAS

GANHA A BANCA? DESAFIOS E
OPORTUNIDADES DA TEMPESTADE FINANCEIRA

GEOMETRIA VARIÁVEL. OS NACIONALISMOS NA PENÍNSULA IBÉRICA

IGNACIO CHATO GONZALO

Directores

JAIME NOGUEIRA PINTO

CARLOS TAIBO

APRESENTAÇÃO

A questão dos nacionalismos é, sob todos os pontos de vista, extremamente actual e quotidiana para a opinião pública espanhola, acostumada a conviver com um fenómeno que, longe de ser visto como resolvido e acabado, não deixa de despertar paixões opostas. Um persistente centro de atenções que, desde a articulação territorial adoptada na constituição de 1978, continua a causar insatisfações e inconsistências, gerando um difícil movimento que tenta atenuar e conciliar as exigências nacionalistas no quadro autonómico existente. Daí os programas e planos que pretendem circunscrever uma realidade plurinacional como a espanhola dentro dos limites legais, em busca de uma geometria impossível que seja minimamente congruente, aceitável e duradoura. Uma situação completamente diferente da de Portugal, onde a simples referência a alguns pretensos nacionalismos peninsulares não pode deixar de causar perplexidade e, como não podia deixar de ser, precaução. É que, neste país, com uma identidade nacional perfeitamente enraizada no imaginário colectivo, não existe qualquer tipo de dúvida quanto à pertença comum à nação portuguesa. Só o tema da regionalização, que abordou apenas propostas de organização administrativa alternativas ao esquema

altamente centralizado do estado lusitano, pode ser apontado como uma mínima e escassamente transcendente questão territorial. Não é de estranhar que seja difícil entender, em Portugal, a encruzilhada nacional espanhola, tão afastada das suas vivências e experiências. Mas, ao mesmo tempo, não pode deixar-se de a contemplar com a máxima atenção, dado que, para um adequado diálogo que atenda cabalmente aos interesses comuns, não se pode prescindir do sistema de autonomias espanhol, incluindo as ambições nacionalistas que o mesmo abriga.

Para uma abordagem adequada do tema é necessário partir, como indicava Jaime Nogueira Pinto (*Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas*) ao inaugurar a conferência, do estado de “confraternização” em que se encontram as relações luso-espanholas, que dá sentido à perspectiva cruzada e assimétrica dos nacionalismos peninsulares. É certo que esta aproximação foi fruto, sobretudo devido à pertença comum à União Europeia, da construção de um mercado peninsular, que intensificou o grau dos intercâmbios entre os dois países e que tem o seu reflexo nas estatísticas do comércio bilateral. Mas os números, e a euforia optimista em que derivam, não devem fazer-nos cair no conformismo instalado no discurso oficial –nem no oficioso que se reflecte na opinião pública–, o qual evita, por razões de convivência e de conveniência, a análise das questões políticas sensíveis que afectam os dois estados. Os nacionalismos em Espanha são, sem dúvida, um daqueles “demónios” que persistem no debate político e que carecem de um real interesse, incluindo da classe política e da opinião pública portuguesas. Efeito da marcha da História, as identidades nacionais peninsulares foram-se desenvolvendo, ao longo dos dois últimos séculos, em torno de um eixo definido pelos conceitos políticos de “estado” e “nação”, que estabelecem entre si uma face de relações simbióticas e dialécticas. Conceitos de uma forte carga teórica e ideológica, que na sua aplicação factual e política foram gerando modelos relativos à sua virtualidade histórica. De entre os paradigmas criados, os que se destacaram pela sua concepção e influência no resto da Europa foram o nacionalismo alemão e a sua ideia de

“comunidade”, expressão do sentimento de pertença, e a nação republicana francesa, fruto do voluntarismo que estabelecia uma nova unidade cívica. Duas formas de entender a nação que acabaram por contribuir para a génese e desenvolvimento dos nacionalismos peninsulares, revelando uma evidente ambiguidade quando se trata de entender e abordar o fenómeno nacional.

Do ponto de vista jurídico, como afirmava Jaime Nogueira, é evidente que a península está formada exclusivamente por dois estados, o português e o espanhol; uma evidência que não encontra equivalente no número de nações que os incluem. Neste caso, ao contrário da unidade e exclusividade nacional portuguesa, uma única nação portuguesa –a mais antiga da Europa, o que prova a sua consistência–, o carácter plurinacional de Espanha cria um espaço aberto à tensão e à polémica políticas. As forças centrífugas que representam os casos nacionais da Catalunha, do País Basco e da Galiza, que foram moldando a configuração autonómica estabelecida pela constituição, implicam uma realidade conflituosa e inacabada que afecta, logicamente, a perspectiva que se tem desta questão em Portugal. Mais do que colocar esta questão do ponto de vista pragmático e diplomaticamente perverso, perguntando-nos se a fragmentação política espanhola é conveniente ou vantajosa para os interesses lusos –e especialmente para a manutenção da sua identidade nacional–, seria preciso situá-la, assumindo a exigência de uma cumplicidade necessária, nos desafios que a configuração actual das autonomias espanholas representa para as relações bilaterais.

Carlos Taibo (*Professor de Ciências Políticas na Universidade Autónoma de Madrid*), co-director do curso, alertava para a natureza artificiosa em que pode tornar-se “o olhar do outro”, perspectiva que, aparentemente, permite uma aproximação benévola e generosa ao país vizinho. Uma abordagem que tende a enriquecer as impressões, a promover um maior entendimento e uma melhor compreensão, mas que, no que respeita às relações luso-espanholas, culminou numa evidente assimetria de conhecimentos. Entre as dificuldades que afectam essa aproximação mútua, destacava

precisamente o carácter perversor dos nacionalismos, tanto o que provém dos denominados nacionalismos “periféricos” como o que procede do discurso dos “nacionalismos de estado”, mais sibilino e poderoso e que desperta, habitualmente, pouca atenção. Entidades nacionais e políticas que não têm uma natureza tão compacta e sólida como parece, o mesmo sucedendo com a leitura das impressões que provocam nos dois países, as quais não são tão unívocas e homogéneas como se quer fazer parecer. Porque mesmo em Portugal existem, pelo menos, duas perspectivas opostas em relação à realidade nacional espanhola: uma, que mantém a noção da supremacia da perspectiva dos dois estados e que não admite submeter Portugal a outro tipo de relação que não seja a exclusivamente bilateral, e outra, que considera que deve fazer parte da realidade autonómica espanhola e participar activamente nessa escala de contactos e relações.

Para além da coexistência desta dupla perspectiva no discurso político luso, o certo é que o eixo tradicional Madrid-Lisboa, que centralizava e absorvia o conjunto das relações entre os dois países, foi superado pelo nascimento de um novo espaço multidimensional e multidireccional. Não só surgiram novos centros de acção e novas redes de contactos em ambos os lados da fronteira, como, mais do que isso, aumentaram os conteúdos e assuntos a tratar. E se esta realidade mais complexa e multiforme intensificou as ligações e as relações entre Portugal e Espanha, isto não deve fazer com que seja entendida como uma hipotética e desejável união dos dois estados. Carlos Taibo chamava a atenção para a recente publicação de uma sondagem em que se consultava a opinião dos portugueses acerca da conveniência da união dos dois estados. Um exercício de ficção política que, sem entrar no eventual significado do desejo de integração de ambos os países numa instância supranacional –e numa leitura distorcida que poderia fazer-se sobre esses dados–, permite uma abordagem política interessante relativamente à questão nacional entre os dois países. Imaginando a materialização de uma união, confederação ou federação de ambos os estados –três situações de significação política diferente–, a

questão a colocar seria: qual o papel de Castela nessa realidade teórica? Num espaço político e geográfico superior, veria reforçada a sua posição supostamente hegemónica sobre os nacionalismos –a “omnipotência” castelhana de que falava Pessoa–, entre os quais se incluiria Portugal? Ou, pelo contrário, veria o seu poder e influência reduzidos por uma tendência centrífuga por parte da periferia, reforçada com a entrada do estado vizinho? Estas perguntas, que bem se poderiam formular também aos diversos nacionalismos peninsulares, permitem examinar e identificar as pretensões e intenções de determinadas autonomias relativamente às suas relações com Portugal, associadas a interesses muito particulares.

As alterações que se têm vindo a produzir no cenário das relações peninsulares afectam igualmente as impressões que espanhóis e portugueses têm uns dos outros, as quais reflectem, embora de uma forma indirecta e complexa, a realidade subjacente. Taibo revelava os resultados de outra sondagem que inquiria sobre as personalidades mais conhecidas e destacadas no país vizinho. No caso dos espanhóis, as três figuras portuguesas que encabeçavam o último *ranking* eram, por esta ordem, Cristiano Ronaldo, Luís Figo e José Saramago. Este último, infelizmente desaparecido, vaticinava que, na próxima sondagem, os dois primeiros lugares seriam ocupados por Ronaldo, que repetiria o primeiro lugar, e José Mourinho, algo notável, não só pela natureza destas figuras, mas pelo contraste que representam em relação ao estereótipo dos portugueses que existe em Espanha. Se, no imaginário colectivo, os portugueses têm sido caracterizados pela sua especial dedicação ao trabalho e, muito especialmente, pelo seu excessivo formalismo e a sua enfadonha educação, a imagem altiva e até mal-educada que Mourinho e Ronaldo exteriorizam como rasgos próprios do seu carácter contradiz claramente esta percepção. Talvez isto afecte a “imagologia” que se vai construindo, mas não há dúvida de que se estão a produzir alterações profundas nas impressões, cada vez mais vastas e diversas, reflexo das intensas e rápidas transformações que os dois países viveram nos últimos tempos. Os versos de Camões –“mudam-se os tempos/mudam-se as vontades”– e a frase de

Eduardo Lourenço –“nos já longos oito séculos de existência, Portugal nunca sofreu metamorfose comparável à dos últimos vinte anos”– ajudavam Taibo a sublinhar as profundas alterações que estão a afectar as relações entre os dois países.

É certo que o quadro actual das relações luso-espanholas não pode entender-se fora da União Europeia, que criou o espaço adequado e necessário para se desenvolver este novo entendimento peninsular. Enric Juliana (*Director-adjunto de “La Vanguardia”*), na sua conferência inaugural, centrava a sua análise, precisamente, no cenário actual europeu e na sua implicação na questão dos nacionalismos. Destacava, na trajectória difusa e não linear da União Europeia, a forma como a reunificação da Alemanha criou a oportunidade perdida de avançar para uma verdadeira confederação da Europa. Situação de especial valor na actualidade, em que no calor da crise económica internacional e do processo imperfeito e incompleto por que caminha a construção europeia, se está a assistir ao reaparecimento dos nacionalismos de estado. Sintomas da ineficácia dos mecanismos de integração, que se revela não só nos meios insuficientes que se estão a aplicar para atenuar os efeitos da crise, mas também na posição confusa que a União Europeia tem vindo a ocupar no novo contexto internacional. No meio desta situação confusa e crítica, em vez de perseguir um objectivo federal que venha a significar mais Europa, as saídas que se vislumbram tendem à individualidade de cada estado, verificando-se principalmente o protagonismo da Alemanha, apontada como a grande potência que marca o regresso, o reaparecimento da nação alemã na esfera internacional. Ora, a reunificação deste estado, que teve início em 1989, constituiu a base e o fundamento da actual hegemonia alemã, sem que a então França de Mitterrand nem a Inglaterra de Thatcher pudessem contrapor medidas que contrariassem o futuro desequilíbrio que, já então, se previa. No caso de Espanha, a posição de Felipe González, agindo a favor do processo unificador, em troca das ajudas económicas, que permitiram a chegada dos fundos europeus, também não ajudou a conter o ascendente alemão em relação aos restantes estados da União.

Seja como for, é a Alemanha que está a ditar as medidas económicas que devem ser aplicadas para sair da crise, primando o seu próprio interesse nacional sobre a conveniência geral do resto dos estados europeus. De facto, a viragem da política económica espanhola, obediente às directrizes alemãs, é consequência da nova situação, cujo objectivo consiste, acima de tudo, a conservação do modelo económico alemão, baseado nas exportações e na manutenção da moeda comum. O que não é claro é se o euro irá conseguir resistir e sobreviver nesta nova ordem económica, em que os mecanismos de coesão têm dado mostras da sua incapacidade e ineficiência. Uma dúvida que se lança não só nos mercados financeiros mas na própria realidade das sociedades europeias, afectadas pela crise e pelos cortes orçamentais, o que está a gerar uma forte “turbulência social”, visível em vários países e, muito especialmente, em França. O certo é que, com o enfraquecimento do eixo franco-alemão, que durante décadas foi o suporte do sistema de relações europeu, as tensões nacionalistas despertaram, configurando um presente complicado e um futuro bastante incerto.

Quanto à situação dos nacionalismos peninsulares, Enric Juliana destacava a mítica data de 1640, não só por simbolizar a restauração da independência de Portugal, mas pelo fracasso que significou para outros territórios que integravam o império espanhol, e muito especialmente para a Catalunha, a frustração da sua tentativa de se separar da monarquia hispânica. Para o jornalista catalão, “tudo começa aí”, com uma monarquia que, obstinada na manutenção e defesa do império, oprime fiscalmente os seus territórios para o aprovisionamento dos fundos necessários –a “União de Armas”–, criando as bases da futura nação espanhola, mas provocando, ao mesmo tempo, a reacção desintegrante dos reinos que o compunham. Para além dos elementos de actualidade que esta visão possa encerrar sobre o contexto europeu, transfigurado em império, e das identidades nacionais que integrava, o certo é que os nacionalismos peninsulares –Portugal e a Catalunha representam os dois pólos opostos– seguiram caminhos bem diferenciados.

Voltando ao presente, e no que respeita ao caso da Catalunha, o horizonte da sua independência a médio prazo é mais do que improvável. De facto, a situação dos nacionalismos no conjunto da sociedade espanhola é vista hoje em dia de uma forma especialmente negativa, o que não ajuda precisamente a prever uma melhoria visível nas causas nacionalistas durante os próximos anos. Situação que contrasta com a forma de entender os nacionalismos durante a Transição, quando a defesa das identidades nacionais era bem recebida e perfeitamente integrada no processo reformista que se projectava. Graças a essa atitude benevolente e receptiva foi possível definir na Constituição a configuração do estado das autonomias, situação que, diga-se de passagem, não admite regressão possível mas que parece precisar de uma actualização ou reconfiguração. Não obstante, para que as forças políticas cheguem minimamente a acordo sobre esta necessidade, é preciso que os discursos políticos incluam uma boa dose de sinceridade e de clareza nas suas propostas, a qual, actualmente, no contexto da crise económica e dentro de um ciclo eleitoral, parece difícil de ser alcançada. Só assim poderão superar-se os esquemas simples e maniqueístas com que se tem vindo a abordar a questão nacional, entendida, hoje em dia, como um elemento perturbador e foco de discórdias, o que leva a confundir intencionalmente a defesa do factor diferencial com a procura de privilégios por parte dos nacionalismos.

Xosé Manuel Beiras, no período de perguntas, chamou a atenção precisamente para a “fobia da diferença” existente em Espanha, que assenta num esquema de exclusão difícil de romper e que afecta o desenvolvimento dos nacionalismos peninsulares. Uma situação que só pode resolver-se com a aceitação da realidade plurinacional e compreendendo que as nações existentes na península são também sujeitos de soberania. Uma realidade que deve considerar-se uma resposta necessária ao irresistível processo de uniformização apadrinhado pelo estado, transformado em instrumento da globalização. Uma defesa que deve alargar-se contra as políticas ultra-liberais, que tendem a eliminar a diversidade e as diferenças nacionais. O excesso verbal do líder nacionalista galego levou-

o a qualificar a defesa dos factores diferenciais como um acto de pura ecologia, alertando para a existência de um “fascismo social e financeiro” de evidentes intenções igualitárias e tendentes à homogeneidade das identidades próprias, numa atitude de estrita xenofobia. Quanto ao cenário europeu, acusava a Alemanha de iniciar o caminho para um “IV Reich”, em busca de um novo “espaço vital”, que teria tido a sua expressão para além da sua reunificação nacional, nos Balcãs. Foi nessa região que ajudou a destruir o único caso de estado federal existente na Europa –a antiga Jugoslávia–, facilitando a emancipação das distintas nacionalidades que o constituíam e assim favorecer a sua expansão económica e a área da sua influência directa.

A esta visão alarmista e directa contrapôs Enric o argumento da maturidade da sociedade civil, aconselhada pela própria experiência histórica e efeito do desenvolvimento económico. Uma cidadania madura que não olha com essa tensão para a questão nacional, instalada no clima de convivência e no bem-estar social alcançado. Uma outra questão é a dos órgãos de comunicação social, que têm um peso excessivo na opinião pública e que talvez não se encontrem à altura da própria sociedade, apresentando um discurso excessivo e deformado, num verdadeiro correlato social. Com efeito, pela primeira vez na sua história, os espanhóis viveram ao mesmo tempo um processo de crescimento económico e uma verdadeira democratização política. Uma situação que chegou a ser considerada, quatro décadas depois de ter começado, como uma espécie de estado natural do país. Nesta perspectiva, os espanhóis criaram uma ideia de Europa que, ao fim e ao cabo, acompanhou e permitiu esta profunda modernização, muito positiva, associada ao binómio de liberdade e crescimento. Uma percepção que pode agora mudar devido às reacções nacionais que estão a produzir-se com a crise e as imposições que têm implicações nos âmbitos da soberania de cada estado. De facto, Maio de 2010, que obrigou o governo de Zapatero a mudar completamente a sua política económica, vai constituir um antes e um depois na política nacional, o que reflecte a incapacidade de o discurso político interiorizar a nova

situação da Europa, em que as relações de poder se transformaram substancialmente. Por outro lado, referia Juliana, convém mantermo-nos um pouco alerta em relação à deriva nacionalista, fundamentalmente porque se está a produzir num momento em que se torna patente a crise da social-democracia europeia. Com esta crise, os estados prescindem de uma força política que desempenhou um papel fundamental no que se refere à garantia dos direitos e ao alargamento das políticas sociais.

Também o próprio Jaime Nogueira Pinto se viu obrigado a comentar as apreciações incendiárias de Beiras, o qual, longe de se identificar com as comparações sobre a Alemanha actual, se limitava a admitir o regresso da política ao seio da Europa. Após décadas caracterizadas pelo centralismo da economia, parecia renascer nos países da União Europeia a preocupação pela política, reconhecendo a emergência de um ponto de vista em que viria a imperar, acima de todos os outros, o interesse próprio dos estados nacionais. Todavia, alertava para a excessiva minimização que significava relacionar esta defesa nacionalista como um simples efeito da crise económica, sem tomar em consideração outras substâncias e componentes mais importantes nessa deriva nacionalista dos estados europeus. Embora o ressurgimento do estado nação não implique, em nenhum caso, uma reconsideração do mercado comum europeu, implica isso sim reconsiderar o processo de construção europeia. Um projecto que tinha colocado a unidade política dos estados-membros num horizonte comum a médio prazo, como consequência adiada da sua progressiva integração económica. De facto, isto vem significar que a unidade económica não tem nada a ver com um processo paralelo de integração política e que esta, para já, não parece estar em vias de se materializar.

PORTUGAL NO DEBATE NACIONAL ESPANHOL

Portugal e Espanha desempenharam entre si um papel protagonista na formação e desenvolvimento das respectivas identidades nacionais. A in-

teracção que os dois estados viveram ao longo da História —e, em especial, nos dois últimos séculos— foi determinante. No caso do nacionalismo luso, embora custe reconhecer aos próprios portugueses, é difícil compreender a sua natureza e evolução a não ser à luz da sua posição —e oposição— face a Espanha. No caso dos outros nacionalismos peninsulares, é preciso distinguir entre o nacionalismo espanhol e os chamados nacionalismos periféricos. Quanto ao primeiro, é imprescindível fazer referência ao iberismo, àquela utopia supranacional que propunha a criação de uma entidade política comum a espanhóis e portugueses, e que adquiriu, desde meados do século XIX, uma importância notável na configuração da consciência nacional espanhola. No que se refere aos nacionalismos galego e catalão, o lugar que Portugal ocupou e a sua forma de entender o iberismo foi outro, apresentando-se como mais um instrumento para conseguir os seus fins e projectos soberanistas. Muito distinto do caso do nacionalismo basco, como afirmava Carlos Taibo na apresentação desta mesa temática, na qual fazia notar a ausência de um participante que pudesse contribuir para este tema, o qual não tem incluído nos seus discursos nacionalistas qualquer reflexão relativa a Portugal.

É o nacionalismo galego que, em virtude da fronteira territorial, maior ligação tem tido com Portugal. Xosé Manuel Beiras (*Fundador do Bloque Nacionalista Gallego*) procedia a uma reflexão diacrónica para destacar a familiaridade linguística entre o galego e o português, fruto de um processo embrionário comum. Sublinhava que, precisamente, o berço histórico de Portugal se encontrava na antiga *Gallaecia*, reportando-se aos conventos romanos para fazer nascer esta nação a partir do próprio território galego. Ao longo da Idade Média, existiu entre a Galiza e Portugal um espaço aberto, livre, sem fronteiras, que permitiu uma “osmose” que se reflectiu perfeitamente nas respectivas nobrezas. Com efeito, a nobreza galega, nos conflitos recorrentes entre Castela e Portugal, sempre se manteve do lado luso, incluindo na batalha de Toro, essencial para o futuro dos estados e nações peninsulares. A própria coroa de Castela fá-la-ia pagar esta atitude dissidente, participando activamente na revolta *irmandinha*, que acabaria

por punir a alta nobreza galega e, conseqüentemente, deixar a Galiza "decapitada" ao longo da Idade Moderna. A própria língua, elemento principal da sua identidade, ficou confinada à coroa, tornando-se numa simples fala desde o século XVI até ao XIX, altura em que foi recuperada por obra do *Rexurdimento* galego.

Este despertar do nacionalismo galego, como força emancipadora face ao nacionalismo opressor que o estado espanhol representaria, vinha significar a assunção de uma "consciência de identidade", expressão da vontade de uma comunidade que compreende, objectivamente, a sua condição de nação. Beiras referia-se aos novos imperialismos que, dissimulados nas políticas ultra-liberais, estão a renovar esses nacionalismos perversos que nada têm de liberalizadores. As recentes declarações de Angela Merkel acerca da necessidade de reformar a política de imigração na Alemanha, ou as deportações de ciganos decretadas por Sarkozy em França, viriam ilustrar este nacionalismo de nova matriz que se está a viver na Europa e que nada tem que ver com os outros nacionalismos "libertários", devedores das grandes lutas de emancipação do século XX, entre os quais situava o nacionalismo galego. Um movimento político que, limitado originalmente à causa "provincialista", viria a identificar-se pela primeira vez nas acções insurreccionais de 1846, ligado já às propostas democráticas alimentadas pelo liberalismo mais radical. A partir de então, foi-se formando a essência doutrinária do nacionalismo galego, caracterizado por ser, na sua corrente central e maioritária, soberanista e não independentista. Um movimento que tem postulado, portanto, a articulação da nação galega dentro de um estado espanhol que assuma, de forma federativa ou confederativa, a pluralidade de nações que o configuram. A sua estratégia política tem procurado abrir um processo constituinte em que participem as outras soberanias existentes (a catalã, a galega e a basca), juntamente com a espanhola, e que culmine num pacto que dê corpo ao estado federal a que aspiram.

Foi, precisamente, a estratégia federal adoptada pelo nacionalismo galego que incluiu Portugal nos seus projectos e objectivos. Uma inclusão

que não pretende confundir a Galiza com este país, pois ambas as nações são defensoras das respectivas identidades, mas sim formar parte, juntamente com o resto das nacionalidades, de uma mesma entidade política, que nasça do pacto e da voluntariedade. Beiras encontrava nos primeiros manifestos políticos dos nacionalistas galegos essas alusões a Portugal, o qual, juntamente com a defesa da “autonomia integral” da Galiza, entendida como exercício pleno da sua soberania, propunha, como a maioria do republicanismo federal espanhol, a federação ibérica, baseada na igualdade de relações com Portugal. Mais abrangentes são as palavras do grande apóstolo do nacionalismo galego, Rodríguez Castelao, que delineava um mapa mais completo da república federal a ser formada por Castela, Catalunha, Euskadi e Galiza, à qual se sobreporia a confederação ibérica, juntamente com Portugal. Ideias a que Beiras recorria para contradizer aquela imagem negativa dos nacionalismos peninsulares, vistos como ideologias egoístas, encerrados nas suas particularidades e pretensões secessionistas, defendendo, pelo contrário, o seu carácter aberto, progressivo e até universalista.

A relação de Portugal com o nacionalismo catalão, pelo menos o de cariz republicano e federal, seguiu um caminho muito semelhante ao descrito para o nacionalismo galego. Neste caso, a figura principal em que se concentram as contribuições mais importantes seria, sem dúvida, Pi i Margach, que dedicou especial atenção ao iberismo de cariz federal. O tema de Portugal despertou menor interesse para o catalanismo conservador –que alinharia, neste aspecto, com o nacionalismo basco–, cujo projecto político, para além daquele desejo de emulação a que se aludiu anteriormente, podia prescindir completamente de Portugal e de qualquer espaço ibérico associado. Uma situação que contrasta com os interesses estratégicos da Catalunha nas últimas décadas, que encontrou no país vizinho –um “vizinho afastado”– um parceiro comercial preferencial e, nomeadamente, um mercado onde colocar as suas exportações. Isto foi acompanhado de uma forma diferente de olhar para Portugal, que se traduziu num fluxo de relações mais intenso. Neste novo cenário, a

Fundação Catalunya-Portugal, dirigida até à sua recente dissolução por M^a do Carmo Marques-Pinto de Dalmau, que canalizou e promoveu as iniciativas das empresas catalãs e portuguesas em ambos os países, desempenhou um papel de destaque.

Marques-Pinto destacava como elemento mais sensível e delicado das relações luso-catalãs o risco de as traduzir em algo político, como duas entidades independentes de peso equiparável. Uma tentação muito de acordo com as posições soberanistas do nacionalismo catalão, que pretende ter uma representação própria em determinados contextos internacionais e, em consequência, manter relações bilaterais com outros estados. Esta capacidade de gerir a sua própria política externa, que a constituição estabelece como competência exclusiva do estado espanhol e não das autonomias, tornou-se numa aspiração central do catalanismo, que tentou introduzi-la na reforma do seu estatuto. E embora o nacionalismo catalão defenda a existência na península de cinco nações –Catalunha, Galiza, País Basco, Portugal e uma quinta constituída pelo resto de Espanha–, pelo menos os mais moderados têm admitido, não com resignação e muito pragmatismo, que as relações internacionais são uma questão dos dois únicos estados actualmente existentes. Mas não os mais radicais, como a *Esquerra Republicana de Catalunya*, a força independentista maioritária, que pretende a possibilidade de uma relação directa com outros estados, colocando-se num mesmo estatuto político que Portugal.

Não obstante, Marques-Pinto referia que, na conjuntura actual do nacionalismo catalão e das suas relações com Espanha, as coisas poderiam ir por outros caminhos. No novo panorama político que definiu a reforma do estatuto, e muito especialmente na questão da concertação económica, de maior peso e importância, a intenção dos nacionalistas moderados, e em especial a da *Convergència i Unió*, é alcançar, em breve, a sua aprovação. Caso não encontre receptividade às suas exigências, muito provavelmente derivará numa situação de conflito e numa maior radicalização do seu discurso político, incluindo-se na tendência soberanista. Citava as recentes declarações do líder da CiU, Artur Mas, que

explicava as duas vias possíveis que a sua formação poderia adoptar com a sua presença à frente da *Generalitat*: a participação no governo de Espanha, assumindo a responsabilidade partilhada, no caso de vir a aceitar-se finalmente a concertação e outros aspectos contidos na reforma do *Estatut*; ou, caso contrário, adoptar uma postura mais intransigente na via nacionalista. Nesse caso, Portugal viria a ocupar uma posição bem distinta para o governo catalão, optando por uma relação directa e bilateral, concorrente com a acção diplomática do estado espanhol. Nesta conjuntura, o próprio governo português deveria estar mais atento e expectante em relação à realidade da Catalunha, e preparar-se para um cenário que, de qualquer forma, vai exigir uma relação mais intensa e directa com as instituições políticas catalãs.

Para além da situação e da posição da Catalunha no espaço das relações luso-espanholas, Marques-Pinto apontava a necessidade de as considerar sob o ponto de vista de uma nova dimensão, que correspondesse ao grau de inter-relação que se está a produzir entre os dois países. Ambos os governos deveriam enfrentar com certa ambição os desafios que tanto a iniciativa empresarial como a própria cidadania estão a exigir. Desde uma intensificação da livre circulação de pessoas que implicasse uma verdadeira “liberdade de estabelecimento”, à criação de mecanismos conjuntos que conduzissem a uma projecção externa comum. O que viria a significar uma maior efectividade na defesa dos seus interesses no seio da própria União Europeia e em áreas geográficas de especial significado para os dois países, como é o caso da América Latina ou de África. Mais um passo no âmbito da colaboração que já se está a materializar em campos como a investigação, a energia, os recursos hídricos ou as infra-estruturas, e que deveria continuar noutras áreas estratégicas. Trata-se, em suma, de avançar para uma nova fase da “agenda conjunta” que tenha, sobretudo, um maior peso na cidadania e que torne mais visível o grau de cooperação que se está a alcançar.

Estes novos desafios teriam sido impensáveis há apenas algumas décadas, quando, em Portugal, ainda se olhava para Espanha de acordo

com o mito da ameaça constante. De facto, a identidade portuguesa construiu-se, em grande medida, “apesar de Espanha”, tal como reconhecia o diplomata português Francisco Seixas da Costa. Uma desconfiança nascida de condições quase naturais, relativas à sua posição geográfica e à sua população e tamanho, que contribuíram para o seu carácter periférico e fizeram com que se interiorizasse o seu ser nacional em “contraste silencioso” com o país vizinho. De facto, a estratégia de política externa portuguesa centrou-se, secularmente, na política de alianças de cautela contra Espanha, que encontrou em Inglaterra –a sua “fiel aliada”– o seu principal porto seguro. As relações luso-espanholas podem assim definir-se em torno de três conceitos, que contribuíram para construir o olhar de Portugal em relação ao seu vizinho peninsular: a desconfiança, o desconhecimento e a assimetria. Quanto ao primeiro, é fácil analisar a sua evolução ao longo dos séculos XIX e XX, mas que o Estado Novo conseguiu prolongar através da doutrinação, criando uma “mitologia da desconfiança”, perfeitamente observável no imaginário colectivo e que definiu a estratégia diplomática portuguesa durante o salazarismo, hoje felizmente superada. O desconhecimento mútuo foi patente, salvo excepções, em todas as áreas culturais, que só após o fim das respectivas ditaduras e, principalmente, com a entrada comum na União Europeia, começou a atenuar-se. Convém reconhecer que foram as relações comerciais que conseguiram superar as resistências culturais existentes, possibilitando a aproximação cultural que tem vindo a verificar-se desde há algumas décadas. Uma nova realidade que, para além das evidentes diferenças territoriais, económicas ou demográficas, revela a assimetria real entre os dois países e dá significado ao papel que cada um desempenha em relação ao outro.

As relações bilaterais, desde há mais de trinta anos, inserem-se no quadro de uma diplomacia que Seixas da Costa definia como “politicamente correcta”. Uma “retórica da fraternidade” que se instalou no discurso oficial de ambos os estados que, não sendo redundante, consegue eliminar o “sereno antagonismo” que subjaz entre os dois países. E embora a retórica

insistente da amizade, por vezes artificiosa, costume ser estéril, acabou por ser benéfica quando as relações entre Portugal e Espanha exigiam a resolução de questões conflituosas. Mais ainda nos tempos actuais, quando as suas relações devem entrar numa nova dimensão, que implica contar com uma disposição favorável como pano de fundo, sendo que são “dois países condenados a entender-se”. Não há dúvida de que o momento de maior importância nas relações peninsulares, e que marcou um antes e um depois, foi a sua entrada comum na União Europeia. É claro que a pertença conjunta a uma instituição supranacional não garantia soluções para os contenciosos que arrastavam os dois países, com interesses e agendas diplomáticas nem sempre coincidentes, mas permitia um cenário favorável ao entendimento. E embora permaneçam ainda divergências notáveis no terreno da política agrícola comum ou nas políticas de concorrência, que ainda dificultam a presença das empresas dos dois países nos mercados do vizinho, é preciso compreender que esses problemas têm que ser abertamente colocados e resolvidos. Assim aconteceu em questões de grande complexidade da política externa de ambos os países, como na questão do Iraque, em que se chegou a um ponto de vista comum e à adopção de uma estratégia conjunta. Uma posição que se situa para além das afinidades ideológicas ou partidárias dos governos em causa, situando-se as relações numa dimensão objectiva e imparcial. Isto permite trabalhar de forma conjunta, bilateral, em áreas e temas globais, e muito especialmente na América latina, onde é preciso superar a desproporção decorrente da supremacia do Brasil, com um peso geográfico e económico demasiado grande para ser tratado à escala unilateral.

Quanto à questão estritamente nacional, Seixas da Costa recuava até à data de 1994, quando se analisou, com certa preocupação no Ministério de Negócios Estrangeiros, a situação dos municípios fronteiriços e as relações que se estavam a estabelecer com as regiões limítrofes espanholas. Causava certo receio a possibilidade de se poderem vir a verificar desequilíbrios que pudessem afectar negativamente os territórios da fronteira. Nesta questão, que colocava em destaque a total assimetria no que respeita à

articulação territorial de ambos os estados, os espaços de interlocução e de análise do problema não eram fáceis. Além disso, as casuísticas que se apresentavam eram completamente diferentes ao longo da raia, oferecendo propostas distintas em vários âmbitos das relações transfronteiriças. Esta situação inaugurava um novo quadro nas relações entre os dois países, que as tradicionais negociações de estado a estado não serviam, por si mesmas, para conseguir resolver. Portanto, tornava-se imprescindível superar a rigidez institucional e ainda os “demónios ibéricos”, que dificultavam os novos espaços de cooperação e colaboração que se apresentavam. Por parte de Portugal, tornava-se necessário compreender a realidade autonómica espanhola, que o “imaginário regionalista” deveria interiorizar com o objectivo de dar conteúdo à sua natureza administrativa. Do lado espanhol, que já inclui as comunidades autónomas limítrofes em diversos níveis da negociação diplomática, e que reconhece essa “dimensão externa” inerente às autonomias, é preciso ter o cuidado de não ultrapassar as competências próprias dos estados e não esquecer a proeminência do eixo Madrid-Lisboa, que deve enquadrar o movimento profundo criado pelas relações transfronteiriças.

Por último, em resultado do que se dissera anteriormente, Seixas da Costa perguntava-se se os nacionalismos, e o suposto risco de fragmentação política e territorial de Espanha, beneficiam ou prejudicam Portugal. Afirmava claramente que não pode de todo interessar ao seu país uma situação de conflitualidade interna em Espanha. Antes pelo contrário, o que realmente poderia ajudar Portugal, através de um diálogo que encontre os canais apropriados para uma Espanha plural, é o despertar e promover nesse país as suas próprias “dimensões de diversidade” que possam enriquecer a sua realidade política e administrativa. Mas, em todo o caso, defendia novamente a posição cautelosa que Portugal deve adoptar ao lidar com os nacionalismos peninsulares, não devendo permitir, e muito menos acalentar, a “afirmação externa” das autonomias espanholas. Daí que a política da diplomacia portuguesa se oriente para a integração dessa diversidade espanhola, embora garantindo a supremacia das relações entre

os dois estados, numa posição que, apesar de poder ser considerada como “prudência excessiva”, implica uma perspectiva ambiciosa de reconhecimento e integração da sua pluralidade nacional.

Ignacio Sánchez Amor, director de *Ágora*, expunha uma alternativa às posições apresentadas pelos nacionalismos periféricos, representando, se não o ponto de vista do nacionalismo espanhol, pelo menos a perspectiva de quem vê o estado espanhol com olhos de “jacobino incorrigível”, racionalista e não nacionalista, como se definiu a si mesmo. A sua opinião sobre as relações entre Espanha e Portugal é que se encontram no melhor momento da sua história, o que implica uma nova forma de se entenderem e de se relacionarem, tornando desnecessária a “retórica da fraternidade” e exigindo, livres já de demónios e fantasmas, uma maior sinceridade e frontalidade ao abordar os problemas e os desafios que os unem. No caso dos nacionalismos peninsulares, é essencial prescindir de uma tese que, no plano diplomático, foi uma constante, embora felizmente já extinta, segundo a qual uma península com mais entidades políticas facilitaria a afirmação de Portugal no espaço ibérico. Uma posição estratégica e pragmática que não vê com maus olhos o desenvolvimento dos nacionalismos e que predispõe, pelo menos, certos sectores políticos e até da opinião pública a acolherem com benevolência os convites feitos a esse país a tornar-se algo mais do que um mero espectador –embora interessado– das “tensões territoriais” espanholas. Porque esta forma de encarar a questão nacional tem uma consequência perigosa, uma vez que reaviva a típica desconfiança em relação a Espanha e afecta a corrente positiva das relações entre os dois países. De facto, num momento em que os investimentos espanhóis se tornaram visíveis em Portugal, houve pretextos para um alarmismo em relação a uma suposta invasão económica, recentemente actualizada pelo affaire entre a Telefónica e a Portugal Telecom. Além disso, tende a perverter a cordialidade peninsular, condicionando a receptividade em relação ao local de origem, avaliando positivamente o que vem da Catalunha ou da Galiza, desde que se considere isento de qualquer conotação absorvente, e mostrando reticências ao que se associa ao espanhol, ou mesmo caste-

lhano, sempre marcado pelo estigma expansionista. Debate em si mesmo absurdo quando falamos de sujeitos empresariais, que não têm pátria e cujo único fim não é senão o próprio lucro.

Sánchez Amor considerava um verdadeiro retrocesso que Portugal viesse a participar activamente na questão territorial espanhola, sublinhando que nada de positivo pode advir da sua intromissão no debate político nacional. Na verdade, a situação actual da diplomacia bilateral abrange perfeitamente as impressões e interesses das distintas regiões, dispendo as comunidades autónomas dos meios apropriados para canalizarem as suas exigências, tanto nas cimeiras organizadas por ambos os governos, em que participam há anos, como noutros planos institucionais, criados em virtude das novas necessidades. De tal modo que as relações devem continuar a ser estabelecidas de estado a estado, o que não quer dizer de governo a governo, admitindo com naturalidade a polivalência trazida pela pluralidade política e administrativa espanhola. Mas em nenhum caso deve isto significar dar espaço aos nacionalismos, enquanto interlocutores independentes, porque isso acabaria por produzir não só malefícios substanciais nas relações luso-espanholas mas também por interferir significativamente no próprio equilíbrio territorial espanhol.

Citando Eduardo Lourenço, que perante a “implosão” das tensões territoriais espanholas destacava a posição existencial de certas nacionalidades, consideradas elas próprias como “Portugais frustrados”, Sánchez Amor referia-se àquela espécie de “dívida histórica” que a Catalunha reclamava a Portugal pela sua independência em 1640. O certo é que em Portugal, pelo menos em determinados sectores intelectuais e políticos, sentiu-se a necessidade de participação, de algum modo, no debate nacional espanhol, considerando-se que o cenário político que se abria era passível de ser aproveitado em benefício dos próprios portugueses. Uma perspectiva aberta e cúmplice com os nacionalismos que procuraria multiplicar e diversificar as relações com Espanha, superando a própria natureza bilateral das mesmas, em busca de uma posição que assegurasse a Portugal uma maior solidez e força. Uma perspectiva que não deve ser

ignorada, pois significa uma intromissão nos assuntos internos que, por outro lado, seria completamente inadmissível por parte da opinião pública portuguesa. Convém, portanto, estarmos atentos a essas tentações, que só podem complicar as relações luso-espanholas e, muito especialmente, as tentações que vêm da Catalunha, através de um discurso que tenta recuperar uma suposta “cumplicidade ancestral” entre ambas as nações. Neste sentido, recuperava as declarações do líder da esquerda catalanista Carod-Rovira, pronunciadas na Fundação Mário Soares em Lisboa, que defendiam uma aliança estratégica entre a Catalunha e Portugal, com a qual este país obteria, quando se desse a independência daquela, benefícios materiais, uma mais cómoda posição na península e um fortalecimento do seu “ser nacional”. Reproduzia, agora por parte do nacionalismo catalão, a ideia, aquele propósito da diplomacia portuguesa, de que uma Espanha dividida, fragmentada se se quiser, seria vantajosa para Portugal, convidando este país a adoptar uma posição activa e intencionada no conflito territorial existente.

Felizmente, estes convites não têm convencido os sectores maioritários da política portuguesa, que têm proposto em alternativa uma “inteligência estratégica” a estes oferecimentos, respeitando escrupulosamente os limites impostos pelos respectivos sistemas constitucionais. O que não só corresponde à prudência que a diplomacia espanhola, e mesmo a própria classe política, têm sustentado, como também ficou claro em 1998 aquando do debate sobre a regionalização em Portugal. Igualmente nesta questão, Sánchez Amor reconhecia ter sido um equívoco o simples facto de participar naquele debate nacional. De facto, o modelo territorial espanhol foi utilizado para demonizar qualquer fenómeno regionalista, e mais ainda se a direcção a seguir se assemelhasse minimamente ao actual estatuto das autonomias. Em consequência, o bom entendimento passa pela abstenção dos dois países, em qualquer conjuntura ou circunstância, de se aproveitar da situação de debilidade que o outro possa estar a atravessar. Assim aconteceu, como reconhecia o próprio Durão Barroso, com a situação económica de Portugal, que Espanha podia ter aproveitado para acentuar

a sua preponderância na península, mas que soube deixar passar. Da mesma forma, Portugal cometeria um erro grave se desse ouvidos às tentações e exigências dos nacionalistas.

À laia de pedagogia da prudência, Sánchez Amor incidia na necessidade de não confundir os distintos planos que constituem a base da realidade peninsular. Do ponto de vista político, o mapa que a representa é o de duas –e apenas duas– entidades políticas diferenciadas. Algo muito distinto do que se reflecte no plano económico, que delinearía um espaço interligado, sem qualquer fronteira, e em conexão com o resto de Europa. Um terceiro mapa abrangeria a vertente cultural ou nacional, em que se verificariam quatro círculos excêntricos –mais um, cinco, se se quiser reconhecer o âmbito espanhol–, por cada nacionalidade existente. O importante é não misturar os três planos apenas num, como se se tratasse de uma única dimensão, nem confundi-los entre si. Uma visão –ou deturpação– defendida pelos nacionalistas, que colocaria em perigo não só o excelente período que atravessam as relações entre os dois países, o melhor momento da sua história, mas também o próprio mapa da península.

Sánchez Cervelló, no espaço aberto a questões, comprovava a continuidade, no caso da política portuguesa, da defesa de relações de estado a estado com Espanha. Uma linha de conduta que teria nascido na data quase fundacional de 1640 e que se teria sobreposto a outras tentações anteriores, sublinhando a opção estratégica que Salazar considerou em plena Guerra Civil, afirmando preferir um estado espanhol íntegro a fragmentado. Na verdade, afinal, parece ser certa a doutrina do general Franco, ao considerar que a fronteira luso-espanhola é uma “parede de papel” e que qualquer problema que afecte um dos dois países acabará por afectar o outro. No que respeita à posição do nacionalismo catalão, relativizava o sentido do discurso do nacionalismo moderado, indicando que a defesa de posições mais intransigentes, que poderia vir agora a adoptar o líder da CiU, era condicionada pelo clima eleitoral prévio às eleições nas regiões autónomas. Em qualquer caso, a posição do nacionalismo catalão era uma consequência de um duplo problema não

resolvido: um que deriva de um conflito interno, que inclui perspectivas sociopolíticas e nacionalistas concordantes, e outro externo, que consiste no contencioso da Catalunha com o governo espanhol. Dois problemas que se condicionam mutuamente e que determinam o alcance e a intensidade do discurso político nacionalista. Na sua resposta, M^a do Carmo Marques-Pinto insistia na diferença substancial que representa a nova atitude de Artur Mar e, através dele, o catalanismo moderado. Uma encruzilhada que, dependendo da resposta que as suas exigências estatutárias venham a encontrar por parte do governo de Espanha, pode conduzir ou ao caminho do “soberanismo” e da defesa aberta da independência, ou à colaboração e participação nos assuntos do governo do estado. Duas propostas que, desde a restauração da democracia, o nacionalismo catalão não se atreveu sequer a colocar.

Em resposta a certos comentários extemporâneos, Xosé Manuel Beiras via-se obrigado a defender, com certa veemência, o direito de os nacionalismos lutarem pelas suas ideias e aspirações. No caso do nacionalismo galego, não só insistia no seu carácter emancipador e libertário, como também na sua natureza de vítima, sujeito a uma constante opressão, da qual nem mesmo na Espanha democrática actual tinha conseguido libertar-se. Como exemplo dessa ameaça incessante contra a identidade nacional, citava a actual política linguística da Xunta, à qual se referia como um programa de “analfabetização” da língua galega. Daí a pertinência do discurso político nacionalista e as boas intenções dos seus fins e objectivos, que passam por deixar o povo decidir, neste caso o povo galego, no pleno uso da sua soberania, se deseja ou não ser uma nação. São os estados, em reconhecimento da sua própria contingência, que devem permitir a articulação das realidades plurinacionais que o integram, mas em nenhum caso devem limitar ou proibir o direito dessas nações à autodeterminação.

O NACIONALISMO PORTUGUÊS E O DEBATE ESPANHOL

Para situar a posição de Portugal na questão dos nacionalismos espanhóis, e como ela pode ter sido influenciada pela própria identidade nacional portuguesa, Jaime Nogueira Pinto tomava como ponto de partida a data de 1975 e, com ela, as “mudanças radicais” associadas à sua transição para a democracia. Ora é fundamental considerar que, juntamente com as mudanças políticas verificadas no país, ocorreu uma intensa crise colonial. Num muito curto espaço de tempo, Portugal regressou às mesmas fronteiras em que se encontrava no século XV, depois de meio milénio de expansão territorial. O fim de um império que tinha significado não só a projecção atlântica de Portugal, mas também o “espaço vital” que lhe permitia contrabalançar a preponderância de Espanha na península e atenuar esse receio irredutível de a ver reunificada. Não é de estranhar esta ideia em Portugal, fruto da convivência, fronteira a fronteira, com um estado que quase quintuplica o seu território e a sua população, e o natural movimento de resistência contra uma possível absorção. Mas esse secular sentimento de cautela, enraizado no inconsciente colectivo, é pouco justificável historicamente e menos ainda na época actual. E não chega para motivar a intromissão interesseira, a modo de postura estratégica, nos problemas de índole nacional pelos quais Espanha atravessa, o que só pode criar riscos para um país que, nos seus séculos de existência, conseguiu livrar-se de todos os tipos de tensão territorial, porque, felizmente, o nacionalismo português pode considerar-se um triunfo, em que o esquema estado-nação permaneceu inalterado, sem ter sido questionado, desde o seu nascimento.

Jaime Nogueira Pinto defendia uma segunda perspectiva, fundamental para analisar o comportamento do nacionalismo português face a Espanha, e que se refere à relação entre a economia e o elemento nacional. Paralelamente ao paradigma que o marxismo popularizou, segundo o qual “a economia manda na política”, que ficou patente na unificação *bismarckiana* da Alemanha, surgiu uma tese que, se não a contradiz, pelo menos corrige-a. Trata-se de uma leitura não causal nem determinista dos

processos de integração económica, como o vivido pela própria União Europeia, que evidencia a falta de correspondência entre uma maior convergência das suas economias e um processo paralelo e proporcional de integração política. Antes pelo contrário, os países parceiros da maior unidade económica e monetária formada na Europa contemporânea estão a revelar uma forte e generalizada resistência em dissolver, ou sequer reduzir, as suas respectivas soberanias no plano político. A mesma tendência se verifica no que respeita às identidades culturais ou nacionais, o que está a ensombrar as ambições dos europeístas mais convencidos. Pois bem, no caso peninsular poderia fazer-se uma análise semelhante. A progressiva entrada de empresas e investimentos espanhóis em sectores estratégicos –e não tão estratégicos– da economia lusa, o que para alguns parecia configurar uma espécie de “mercado ibérico”, despertou fortes receios em Portugal relativamente a esse facto, que foi entendido como uma espécie de invasão, que poderia ferir a independência nacional. Uma actualização do “perigo espanhol” para se defender de uma suposta absorção financeira e comercial.

Foi, precisamente, a economia e a sua relação com a independência nacional, o centro da argumentação de Manuela Ferreira Leite (professora e deputada do PSD), para quem o nacionalismo se define essencialmente pela defesa dos interesses de uma nação, entendidos como superiores a qualquer outro interesse. Um sentimento que tem como objectivo principal não só preservar a identidade linguística e cultural da nação, mas também a sua independência económica, base principal da sua autonomia política. Ou, como ela própria destacava, sem independência económica não pode haver independência política. Esta questão é de uma importância capital na conjuntura actual, em que a crise financeira e económica que assola o mundo –e, muito especialmente, os países do sul da Europa, como Portugal e Espanha– provoca sérias dúvidas acerca da possibilidade de manter essa independência económica em relação às exigências dos mercados. Daí que esta mensagem tenha especial significado no presente mais imediato e crie a necessidade, especialmente para os responsáveis políticos, de

adoptar as medidas adequadas que possam defender a autonomia dos seus respectivos países.

Ao analisar a situação concreta de Portugal, a professora Ferreira Leite apresentava o modelo de desenvolvimento económico que o seu país seguiu nas últimas décadas. Um sistema que fez assentar o seu crescimento em dois pilares: o consumo interno e, principalmente, o investimento e consumo públicos. De particular preocupação é o peso do estado na actividade económica, pois a sua contribuição não é produtiva nem estimula a competitividade do sector empresarial, sem falar no custo que representa em termos de défice e de dívida. Com efeito, a perda de competitividade da economia portuguesa era identificada como um dos seus problemas mais importantes, dificultando e limitando a presença das suas exportações nos mercados internacionais. Trata-se, portanto, de um modelo esgotado que há anos que evidencia sintomas da sua inoperância, traduzida num baixíssimo índice de crescimento em relação ao seu produto interno bruto, e agravada, como nos outros países, pela crise internacional. Uma situação económica que expressa, mais do que uma questão conjuntural, uma verdadeira crise estrutural, muito distinta da que Espanha atravessa, e que singulariza a sua situação no contexto peninsular.

Por outro lado, a entrada de Portugal –juntamente com Espanha– para a moeda única fez com que o dinheiro ficasse mais barato, e a manutenção de alguns tipos de juros a níveis baixos permitiu o fácil e rápido endividamento de empresas e famílias. Face a este excessivo recurso ao crédito, o estado, que devia ter agido de forma a funcionar como contrapeso ao desequilíbrio financeiro que se estava a produzir, agiu da mesma forma que o sector privado, endividando-se numa proporção ainda maior. De tal forma que em Portugal toda a gente acabou por viver, desde há alguns anos, acima das suas possibilidades, com um nível de endividamento completamente insustentável. No contexto actual, é totalmente impossível voltar às receitas antigas, segundo as quais o investimento e o consumo públicos poderiam retirar Portugal da actual conjuntura de crise. Torna-se imprescindível alterar completamente o modelo de crescimento, entendendo

que só a iniciativa privada, juntamente com a entrada de investimento estrangeiro, e o aumento das exportações —e isso implica uma mudança radical na produtividade da economia portuguesa—, pode colocar Portugal em posição de superar a recessão e recuperar o crescimento. Caso contrário, a autonomia económica de Portugal será gravemente afectada, passando a depender directamente dos seus credores.

Questionava-se Ferreira Leite se fazia sentido falar de nacionalismo em Portugal quando está em risco a sua independência económica. Formalmente, poderá conservar os seus elementos de identidade próprios, as suas instituições, mas carecerá de autêntica autonomia se as decisões mais importantes, como as que se referem ao seu funcionamento económico, forem ditadas por outras instâncias internacionais. Deste ponto de vista, nem Espanha nem o suposto mercado ibérico representam qualquer problema para Portugal nem, muito menos, para a sua independência nacional. Antes pelo contrário, Espanha é o principal mercado para as exportações portuguesas, mas não tem nenhum peso no que se refere à dívida, e quase não se vê quando comparada aos seus principais credores. São estes os donos da dívida portuguesa, que ameaçam realmente a independência deste país, daí que a estratégia a seguir para recuperar a autonomia e o crescimento passe por encontrar a situação ideal face aos credores. Em consequência, Portugal deve conseguir diversificar o mais possível a sua capitalização, considerando que quanto mais detentores de obrigações e prestamistas houver, em termos internacionais, maior espaço terá para a sua independência financeira. Embora não seja fácil identificar quais são, no mundo globalizado actual, os centros de decisão que regem o funcionamento dos mercados, é preciso ter uma ideia de quem são e de onde se encontram. Porque não é irrelevante nem banal localizar a sua origem, uma vez que isso condiciona a posição do país no contexto internacional para a defesa dos seus interesses nacionais, para além de outros custos humanos, agravados pela saída de pessoal qualificado, e ainda de outros psicológicos causados pelo impacto provocado por qualquer situação de dependência.

Em todo o caso, Ferreira Leite insistia em que não é em Espanha que deve ver-se a ameaça à independência económica de Portugal. A relação económica e comercial entre os dois países não deixa de ser vantajosa para ambos, entendendo que não seria possível, em termos económicos actuais, uma situação de interdependência em que um país obtivesse vantagens à custa do outro. Portanto, não é verosímil nem aceitável acusar Espanha de uma posição de preponderância ou vantagem à custa de Portugal. Em suma, a independência económica de Portugal e a sua autonomia política não correm perigo, de todo, com as suas relações bilaterais com Espanha.

Basílio Horta (Ex-ministro e presidente da AICEP), na esteira do raciocínio exposto em torno da dicotomia economia-nacionalismo, insistia na necessidade de diferenciar os termos “nacionalismo económico” e “independência económica”. Quanto ao primeiro, aludia à carga histórica e política que encerra, identificado com a exigência de protecção das economias nacionais face ao comércio internacional. Uma tendência para fechar o mercado próprio ao comércio livre, com o objectivo de proteger os interesses nacionais e garantir a sustentabilidade económica do país em questão. Uma política que ainda se podia vislumbrar na década de setenta na maior parte dos países ocidentais, obcecados com o controlo das importações e a manutenção de um nível mínimo de reservas. No caso dos estados socialistas –há alguns anos usava-se o termo de países do “socialismo real”–, o nacionalismo económico fazia parte do seu credo, efeito da sua concepção de auto-suficiência e da sua total e completa centralização económica. Porém, no estado de globalização actual, nem sequer os poucos países que podem ser apelidados de socialistas representam, hoje em dia, exemplos de nacionalismo económico.

Quanto à “independência económica”, Basílio Horta apontava a exigência actual de qualquer país, se quiser garantir um mínimo de bem-estar económico aos seus cidadãos, se abrir ao mercado internacional. Foi isto que aconteceu com Portugal nas últimas décadas, num processo imparável de internacionalização da sua economia. Como consequência

desta progressiva abertura aos mercados, Espanha tornou-se no principal receptor das suas exportações –34% em 2005– e também o principal investidor, tornando Portugal demasiado dependente da economia do país vizinho. Uma situação que é entendida como um problema de urgente solução, já que tal nível de dependência não é concebível num mundo tão global, que exige uma maior diversificação da capacidade de venda de Portugal no mercado externo, tarefa que não é nada fácil. E embora, num período de cinco anos, se tenha reduzido esse nível para 28%, o certo é que se Espanha entra em crise, como está a acontecer desde 2009, esta crise afectará de imediato Portugal. De facto, actualmente a balança comercial entre os dois países revela um défice para Portugal, que aparece no terceiro lugar das exportações espanholas, com 14% do total, acima da América Latina, e surge como o principal cliente de comunidades como a Extremadura ou a Galiza. Uma desproporção que se reflecte também no investimento, sendo Portugal o principal foco dos investimentos espanhóis, com um montante de 20 000 milhões de euros, face aos 2000 milhões de capital luso investido em Espanha, segundo país em importância, depois do Brasil, que acolhe 14 000 milhões. Números que revelam a intensa interacção entre ambas as economias e que configuram a realidade do “mercado ibérico”.

No que se refere ao espaço comercial ibérico, efeito de um movimento natural, ao sabor da livre circulação de mercadorias e pessoas, Basílio Horta sublinhava que apesar da evidente assimetria comercial entre os dois países, que será crónica devido à dimensão das respectivas economias, é fundamental que não se verifiquem desequilíbrios ou tratamentos diferenciados. O que exige modificar certas inércias relativamente às contratações, especialmente públicas, mas também privadas, que impedem, de facto, a presença de empresas portuguesas em diversos campos da actividade económica espanhola, como, por exemplo, o da construção ou o das obras públicas. Ou do ponto de vista da localização das empresas e indústrias, sempre sujeita a impulsos e reacções proteccionistas, que se tentam sustentar e fixar dentro do território nacional. É que não se pode

crer ou apostar no mercado ibérico e tentar evitar, ao mesmo tempo, às suas consequências. Portanto, só será possível um mercado peninsular existir real e efectivamente se deixarmos que ele funcione dentro das suas próprias regras, de forma justa e equilibrada, sem intromissões interesseiras de nenhum tipo. Deste modo, Espanha e Portugal poderão considerar-se a si mesmos não como um simples prolongamento comercial, mas como partes de um mesmo mercado.

Esta integração dos mercados, destaca Basílio Horta, não tem nada a ver com a independência política de Portugal, que em nenhum caso se pode considerar ameaçada pela ligação económica e comercial com Espanha. De facto, ambos os países devem trabalhar em conjunto para converter este projecto, cheio de obstáculos, numa realidade acabada, com vista a representar um papel estratégico no Atlântico sul. Mas tal nível de interdependência implica, logicamente, um alto grau de vulnerabilidade em relação aos problemas que afectam o outro país, como a crise actual deixou patente. Porque se Espanha sofrer uma desaceleração ou um decréscimo, isto implicará directamente uma diminuição substancial e imediata das exportações portuguesas. Uma questão que aprofunda a grave situação que Portugal atravessa, que tem o seu ponto de origem no problema financeiro que se arrasta há duas décadas, desde a entrada deste país na União Europeia.

Coincidindo com a análise exposta por Manuela Ferreira Leite, Basílio Horta sublinhava o forte endividamento privado e público realizado no seu país, que superava, no caso da dívida do estado, 75% do seu produto interno bruto. “Contas pesadas” que dificultam e atrasam qualquer tentativa de crescimento económico, o qual, afinal de contas, constitui o único modo de pagar tal dívida. A grande questão a resolver é como pode conseguir-se um nível de crescimento suficiente e sustentado; como pode Portugal gerar riqueza. Para o conseguir, a economia portuguesa deve procurar uma maior e melhor qualificação do seu capital humano, incluindo em, grande medida, o sector empresarial. Porque é dele que vai depender, principalmente, a capacidade de ganhar novos mercados e aumentar as

exportações, verdadeiro desafio da sua economia, que tem de ter mais empresas a vender os seus produtos no exterior e mais mercados onde os vender. Situação que revela uma nova dimensão da sua abertura ao exterior, que pode sintetizar-se na frase “menos Europa e mais mundo”. Outro dos focos de atenção deve situar-se no investimento estrangeiro, em procurar formas de atrair maior quantidade de capitais que ajudem a economia portuguesa a crescer. Mas para isso é preciso satisfazer as exigências dos investidores, que pretendem condições que garantam uma certa competitividade e, portanto, rentabilidade dos capitais investidos. Basílio Horta centrava em quatro aspectos as reformas que há que realizar para o conseguir: os entraves burocráticos, que devem ser removidos para facilitar a formação de empresas com capital externo, tarefa já iniciada; uma fiscalidade atractiva; a legislação ambiental e, por último, a reforma laboral.

Com o aumento das exportações e o aumento dos investimentos estrangeiros seria possível assegurar o caminho do crescimento, pendente apenas da resolução do grave problema financeiro que o dificulta e atrasa. Para conseguir a independência económica de Portugal torna-se imprescindível que o estado assegure uma política de austeridade. Um estado que deixe de absorver recursos para seu próprio sustento e possa utilizá-los para financiar a economia, gerar riqueza e criar empregos, o que implica uma viragem importante na política orçamental. De facto, este é o grande debate da actualidade da política portuguesa, centrado na aprovação do orçamento. Uma questão que não deve colocar-se em termos de aprovação ou não das contas do estado, mas sobre a capacidade de Portugal financiar, por si mesmo, a sua própria economia. Caso contrário, daria origem a uma situação de crise financeira que implicaria uma grave renúncia da sua autonomia e independência, materializada com a intervenção do Fundo Monetário Internacional, questão que traria graves consequências políticas internas. Daí que Basílio Horta apelasse à união dos partidos políticos portugueses que, através de um diálogo sério, pudessem chegar a um acordo sobre os princípios e prioridades em que

deve assentar o desenvolvimento e o crescimento económico do país. Uma conjuntura em que é preciso contar com a resposta positiva da economia espanhola, com a construção de um “consenso peninsular” que permita não só a saída da crise de ambos os países, mas também um verdadeiro avanço na formação desse almejado, e já real, mercado ibérico.

No mesmo tom, se não catastrofista, pelo menos com certos laivos dramáticos, Joaquim Pina Moura (Ex-ministro e presidente de Iberdrola-Portugal) vinha explicar que nos encontrávamos na pior crise económica dos últimos oitenta anos, com uma extensão e intensidade antes desconhecidas. Não obstante, destacava que a principal diferença relativamente a outras crises económicas precedentes, e muito especialmente à de 1929, residia nos mecanismos económicos e financeiros internacionais existentes, que estão a permitir a opção de adoptar medidas de coordenação para atenuar e corrigir os seus efeitos. Graças à existência destas instituições –seja a própria União Europeia, a nível regional, ou o Fundo Monetário Internacional, a um nível mais global–, e esta é a grande novidade, conseguiu-se que a crise não tenha tido alcance e repercussões mais graves e profundas, que teriam implicado um verdadeiro “colapso global” da economia internacional.

Quanto à situação económica peninsular e às relações entre os dois países, Pina Moura destacava, tal como os outros oradores, o nível de interdependência económica alcançado entre Espanha e Portugal. O entrelaçamento das respectivas economias, fruto de uma nova forma de se relacionarem também politicamente, deu lugar ao nascimento de uma nova era que bem pode qualificar-se como “pós-iberista”. Nesta nova dimensão supranacional, é compreensível a relevância da interligação de ambas as economias, perfeitamente identificável não só no volume de trocas comerciais mas também em dimensões fundamentais, como o sector eléctrico, que permitem falar da existência de um verdadeiro mercado ibérico. É nesta realidade, forjada ao abrigo da moeda única, que deve formular-se a grande pergunta que dá sentido a qualquer questão relacionada com a identidade: “Onde vais, Portugal?”. Uma questão que deve analisar os

pontos fracos e fortes da economia portuguesa, para poder delinear caminhos que ajudem a sair da crise e a situar este país no novo contexto peninsular.

Pina Moura referia que esta situação de incerteza vivida pela economia portuguesa nasceu há uma década, quando Portugal se encontrou numa encruzilhada e da qual, em certa medida, ainda não saiu. Foi, então, em pleno processo de convergência europeia, que teve de escolher, e isto teria consequências fundamentais, qual o caminho que devia seguir para definir seu crescimento económico. Ou levar a cabo duros ajustes, que implicavam reformas estruturais de fundo para uma melhoria da produtividade, incluindo a consolidação orçamental, ou deixar passar esta oportunidade, adiando qualquer transformação radical dos fundamentos económicos e sociais do país. Ao decidir-se por esta segunda opção, sem tomar em consideração o que podia acontecer, tornando insuficiente qualquer medida reformista que se levasse a cabo, deixou-se o país sem capacidade de responder adequadamente à crise que agora atravessa. Porque Portugal depara-se com os mesmos desajustes e desequilíbrios que antes enfrentara, como se voltasse a encontrar-se na mesma encruzilhada de há dez anos, só que agora torna-se completamente impossível continuar da mesma forma. A economia portuguesa está a meio da ponte, o que a obriga a adoptar os sacrifícios que se têm vindo a adiar. E é essencial não perder a iniciativa de liderar o movimento de reforma da sociedade que a situação do país vem a exigir desde há algum tempo. Caso contrário, serão outras instâncias a decidir. Isto não significa, em nenhum caso, tal como alguns ousam afirmar, que a entrada no euro tenha sido, se não a causa da crise, pelo menos um elemento coadjuvante. Antes pelo contrário. A integração na união monetária foi imprescindível. Com efeito, se não fosse o euro, a situação económica de Portugal seria ainda muito pior.

Por último, Sánchez Cervelló (Historiador na *Universitat Rovira i Virgili*), obrigado a uma exposição breve e meteórica por falta de tempo, abordou a questão que dava título a esta ronda de intervenções, centrando a sua exposição na natureza e caracterização da identidade nacional portuguesa.

Uma nação que conta com os elementos mais favoráveis para a sua sustentabilidade e definição, como sejam a sua origem antiga, a inalterabilidade das suas fronteiras, quase inamovíveis desde o século XIII, e a sua configuração num estado unitário inquestionável, com excepção da sua conhecida pertença à monarquia espanhola durante o reinado de Felipe II. Somente o debate relativo à regionalização, já aqui referido, implicou uma discussão mínima acerca da organização territorial do estado luso. Uma polémica que pôde decorrer à margem do modelo autonómico espanhol, posição que exemplificou perfeitamente Mário Soares quando, numa visita oficial à Catalunha, respondeu aos convites descentralizadores de Jordi Pujol: “Você regionalizaria a Catalunha?”

Mas não há dúvida de que o nacionalismo português foi realmente efectivo na sua formação e manutenção, expondo Sánchez Cervelló as bases e fundamentos da sua identidade, que situava na construção de uma série de mitos históricos. No que respeita aos mitos da origem, destacava a figura de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, ao separar o condado Portucalense da coroa castelhano-leonesa. Mito que se complementa com o da batalha de Aljubarrota (1385), verdadeiro símbolo da independência nacional no imaginário português e, ao mesmo tempo, semente de outras lendas associadas à sua identidade. Porque estes discursos fundacionais têm um evidente conteúdo anti-espanhol, utilizando o elemento de diferenciação face a –e contra– Espanha como argumento principal da sua individualidade. Uma história que brota desde a restauração da independência de 1640 e que, desde então, manteve uma certa linha de continuidade. Prova da sua persistência na consciência colectiva foram os actos comemorativos do sexto centenário da referida batalha, celebrados em Abril-Maio de 1985.

Outra das grandes fontes em que bebeu o nacionalismo luso foi a imagem do Portugal imperial, a idade de ouro em que esta conceptualização transforma a história nacional num passado glorioso. Mas nem mesmo a expansão atlântica portuguesa está livre das suas conotações peninsulares. Ao fim e ao cabo, respondia à necessidade de

resistir à força centrípeta castelhana, procurando na vertente oceânica o contrapeso necessário para manter a individualidade e independência do Portugal continental. Não é de estranhar que a era dos descobrimentos tenha adquirido uma força simbólica e icónica fundamental na configuração da identidade portuguesa, mas deve entender-se que a perspectiva ocidental e marítima é consequência da procura de uma sobrevivência nacional face à sua inferioridade territorial em relação a Castela, e causa, por sua vez, dessa posição de costas viradas para o vizinho peninsular.

Também a aliança inglesa foi, tal como destacava Sánchez Cervelló, fruto e efeito desse receio de ver a independência nacional ameaçada. É certo que a era dos Filipes, tal como se denomina em Portugal o período de domínio espanhol (1580-1640), materializou essa imagem da Espanha invasora e absorvente interiorizada no imaginário colectivo. Daí que se tenha procurado, pela via diplomática, uma garantia que neutralizasse qualquer tentativa espanhola de se apoderar novamente do território português. Assim, a Inglaterra tornou-se na “tradicional aliada” de Portugal, protectora e supervisora da independência nacional, sempre alerta a qualquer tentativa de Espanha para se apoderar do país vizinho. Foi assim que acabou por se configurar a ideia do “perigo espanhol”, um estado de vigilância sempre expectante aos movimentos que pudessem verificar-se do outro lado da fronteira. É certo que o iberismo, essa ideia de ver Portugal e Espanha unidos numa mesma entidade política, que Sánchez Cervelló qualificou como uma verdadeira “obsessão espanhola” –e apenas presente em Portugal–, favoreceu o desenvolvimento da susceptibilidade portuguesa em relação ao mínimo sintoma, suposto ou real, de que a sua independência nacional pudesse estar ameaçada. De facto, houve na diplomacia espanhola e na esfera governamental planos para a anexação de Portugal, como Hipólito de la Torre revelou em relação a Afonso XIII e o próprio Sánchez Cervelló em relação a certos sectores franquistas. Porém, receio que essa interpretação do iberismo e a justificação das resistências anti-iberistas, que construíram a imagem perigosa e expansionista de Espanha, tem uma leitura mais ampla e complexa do que habitualmente se tende a considerar.

Em todo o caso, o nacionalismo português configurou-se e desenvolveu-se em permanente tensão com Espanha, que funcionou como verdadeiro catalisador da sua identidade. Mesmo na época recente, em plena transição para a democracia, Portugal continuava a entender que o seu ser colonial –caricatura do passado imperial– era consubstancial à sua independência. Dito de outro modo, com o processo descolonizador punha-se em perigo a autonomia portuguesa, que perdia com as colónias o contraponto necessário para manter a sua individualidade face ao vizinho espanhol. Ainda em 1985, referia Sánchez Cervelló, manteve-se a questão do perigo espanhol como a principal ameaça para a diplomacia portuguesa. Só a partir de então –e convém assinalar a coincidência com a data de entrada dos dois estados na União Europeia (1986)– mudou a estratégia internacional de Portugal, dirigindo-se para o Magreb enquanto área geográfica mais sensível para a sua integridade territorial. O ponto cardeal que indicava os riscos da identidade portuguesa era, enfim outro, deixando de se situar a Este, no seu vizinho peninsular.

NACIONALISMO E LITERATURA

O iberismo foi o tema que serviu a Carlos Taibo para dirigir a última mesa de debate, referindo que foi o interesse transfronteiriço, a aproximação cultural ao país vizinho, que deu corpo à existência de um movimento literário que reúne as impressões e preocupações suscitadas pela percepção do outro. No entanto, apontava que também neste ponto se revela uma evidente assimetria. Ao passo que na literatura portuguesa se encontram referências e reflexões constantes sobre Espanha e o universo ibérico –e recordava sumariamente literatos como Almeida Garrett, Antero de Quental, Fernando Pessoa, Miguel Torga ou José Saramago–, em Espanha apenas existe um movimento minoritário, sendo a figura de Unamuno uma exceção ao comum e geral desinteresse dos intelectuais espanhóis para com o vizinho Portugal. Nem mesmo o caso da Galiza poderia ser apontado

como uma atitude diferencial, já que a sua aproximação a Portugal tem outras intenções e propósitos.

Quanto ao significado do iberismo, justificação e argumento, como Sánchez Cervelló tinha assinalado, do receio anti-espanhol, Carlos Taibo introduzia uma crítica à visão malévola e perversa com que se tem tentado caracterizá-lo. É certo que o iberismo é uma invenção espanhola, com fins e objectivos claros, mas a sua existência não pode considerar-se essencialmente prejudicial para a identidade portuguesa. Afinal de contas, os iberistas foram, dentro do grosso da intelectualidade e da política espanhola, os mais destacados “lusófilos”, e também os mais receptivos, simpatizantes e amigos de Portugal. Uma defesa da benevolência de um movimento unificador, de uma tendência supranacional se quisermos, que ao contrário de atentar contra a nação portuguesa, e muito menos contra a sua integridade territorial com supostos planos de anexação, procurava uma maior integração dos dois países.

No que se refere à relação entre nacionalismo e literatura, Maria Jesús Fernández (Universidade da Extremadura) partia de uma concepção do nacionalismo como efeito e produto da “negociação de discursos”. Na sequência das teorias da modernização e em oposição às concepções essencialistas do elemento nacional, o discurso literário interviria, juntamente com outros, nesse processo de construção das identidades, consideradas como “comunidades imaginadas”. Não obstante, devido à própria natureza da literatura, não só confluem nela outras manifestações e expressões da identidade nacional, que são interiorizadas e reutilizadas, como é também capaz de construir novas construções simbólicas que integra no seu discurso e devolve ao imaginário colectivo. Porque o discurso literário utiliza os seus próprios recursos para veicular outras mensagens e criar novos mitos. Assim aconteceu, por exemplo, com *Os Lusíadas*, a autêntica bíblia da nacionalidade portuguesa, que não nasceu, sob o ponto de vista da identidade nacional, no século XVI por obra do seu autor, Luís de Camões, mas quando foi instrumentalizada com propósitos nacionalistas no século XIX. Uma capacidade germinadora que se desenvolve através da criação de

“caracteres nacionais”, perfeitamente personificados em personagens e figuras que os sintetizam, como é o caso do quixotismo, magistral representação de certa caracterologia nacional espanhola. O mesmo acontece com acontecimentos ou lugares, que atingem o estatuto de símbolo ou mito graças à sua dimensão literária. O que seria de Aljubarrota se não tivesse recebido o “eco literário” de Fernão Lopes na sua *Crónica de João I*? A literatura, portanto, desenvolveu uma função primordial ao criar os elementos constitutivos dos imaginários nacionais, um factor de coesão através da formação de cânones que vinham representar e apresentar o espírito nacional. Um universo mitológico, imaginário, que o nacionalismo se encarrega de retro-alimentar e transcender do plano literário, projectando-o no plano político e utilizando-o como instrumento ideológico e amálgama social.

E se a literatura foi capaz de assumir esta missão construtiva do universo nacional durante os dois últimos séculos, o certo é que, na actualidade, perdeu esse papel preferencial na configuração de mitos e arquétipos nacionais. Agora compete, com certa desvantagem, num conjunto heterogéneo de discursos, alguns com uma tremenda capacidade de identificação e mobilização, como é o caso do desporto, que relegam o discurso literário para fora dos principais canais formadores do sentimento nacional. Não obstante, os cânones e emblemas literários continuam a ter o seu espaço na construção de imagens nacionais e continuam a ocupar o seu lugar no imaginário colectivo. Contudo, a sua utilização encontra-se completamente instrumentalizada por outras instâncias, especialmente as económicas e comerciais, que o utilizam como marcas nacionais (*nation branding*). Uma nova forma de entender os ícones nacionais como artigos de consumo, dum ponto de vista que procura, não identidades, mas uma interesseira rentabilidade económica. É certo que este é mais um efeito do processo de globalização, que, no que respeita à literatura, implicou uma perigosa uniformidade estética, chegando mesmo a criar cânones globais, sujeitos aos gostos do mercado. De facto, a literatura actual, transformada em mercadoria, está a sofrer a mesma diversificação que outros serviços

que dependem da procura e das novas regras do consumo literário, o que implica a completa transformação do universo criador e académico em que se encontrava.

A literatura portuguesa respondeu, em grande medida, às próprias vicissitudes e características do nacionalismo português, que, embora tenha permanecido consolidado e não questionado, teve de lidar com um grave problema de “hiper-identidade”. Foi o que defendeu Eduardo Lourenço, que sublinhou –muito particularmente no seu *Labirinto da Saudade*–, com singular clarividência, a preocupação obsessiva da literatura lusa dos séculos XIX e XX em atribuir sentido à sua própria identidade e responder à pergunta sobre o que somos enquanto portugueses. Um intenso e longo exercício de “autoconhecimento” e, ao mesmo tempo, de “autogénese”, em que a literatura vai construindo com o seu discurso a sua própria forma de entender a nação. Desde o nacionalismo romântico, encarnado em Almeida Garrett, até ao nacionalismo místico de Fernando Pessoa, passando pela geração de 1870 ou o “saudosismo” de Teixeira de Pascoaes, manteve-se sempre essa constante introspecção nacional, ausente talvez apenas no parêntese universalista encarnado em Miguel Torga ou Carlos de Oliveira, de 1930 a 1960. Quanto à literatura mais actual, condicionada pelos últimos anos do salazarismo e, sobretudo, pela Revolução de Abril, a preocupação comum foi “repensar Portugal”, tentar compreender –e assumir– os processos de transformação produzidos em tão breve período de tempo. Assim, Portugal deixou de ser objecto para se converter em sujeito, em resposta à necessidade urgente de romancear o processo histórico vivido.

Deste modo, foram-se abordando, na literatura dos anos oitenta e noventa, os grandes temas que constituíram as marcas de identidade do Portugal actual, desde a própria revolução, que acabou com a ditadura de Salazar, ao fim do colonialismo e da guerra colonial ou à reprodução da emigração. Uma forma de recuperar a imagem da sua própria identidade, deformada nos anos anteriores em virtude da mitologia nacionalista engendrada pelo *Estado Novo*, para poder situar-se, livre das inércias do passado, de acordo com os novos tempos. Não obstante, a leitura que se fazia da

nação era especialmente crítica e consciente da posição de atraso de Portugal em relação às nações mais avançadas, relacionando-se assim com a geração de escritores de finais do século XIX. Uma literatura que revela a desconfiança das capacidades próprias para responder às exigências da modernidade, mas também céptica em relação à própria Europa, da qual fazia parte com a sua integração institucional. Mas esta linha de introspecção colectiva acabaria por durar pouco. Já em finais do século XX, ao ritmo que marca a própria internacionalização do país, a tendência que irá definir a literatura portuguesa foi justamente a contrária: a “desnacionalização”. Um processo que tendeu a apagar as singularidades e particularidades próprias para se incluir na universalidade, perceptível na obra de José Saramago, nomeadamente n’*O Evangelho segundo Jesus Cristo* e no seu *Ensaio sobre a cegueira*; ou em obras mais recentes, como em *O senhor Valery*, de Gonçalo Tavares. A literatura portuguesa afasta-se assim dessa linha substantiva centrada na identidade nacional, para abordar problemas universais, em espaços já não identificáveis dentro do imaginário português, em alguns “não lugares” onde se movem personagens igualmente apátridas e desnaturalizados. Uma nova literatura que se desvia daquela constante “autogénese”, que deixa definitivamente para trás a referência obrigatória ao ser português e à inevitável relação com Espanha ou o iberismo, livre das preocupações particulares e interesses supostamente nacionais. Uma perspectiva de que faz parte uma geração jovem de escritores portugueses, como Jacinto Lucas Pires, João Tordo ou Valter Hugo Mãe, que dirigem a sua obra para além de qualquer exercício de autoconhecimento nacional, abordando preocupações ou problemáticas fora do estrito âmbito do português, em busca de leitores globais.

Pode falar-se, nesta perspectiva, tal como aponta o crítico Miguel Real, da “morte de Portugal”, no sentido em que esse ser nacional, omnipresente na literatura lusa, deixa de considerar-se como o centro de atenção da narrativa actual. Uma dissolução das especificidades nacionais, nivelação, se quisermos, na nova escala global, que reflecte a realidade do Portugal

contemporâneo. Uma sociedade modernizada, integrada no contexto internacional, que expressa com afirmação a sua natureza multicultural.

Quanto à relação entre o nacionalismo e a literatura espanhola, Antonio Sáez Delgado (Universidade de Évora) reconhecia que o conceito de identidade, principalmente no século XX, se manteve também omnipresente, ainda que de uma forma distinta da que se interiorizara em Portugal. Neste lado da fronteira, a identidade não se expressou de uma forma tão intensa e focalizada, mostrou-se antes como um fantasma, um pano de fundo que se manteve à base de intermitências, mas sempre presente para colocar as grandes questões sobre quem somos e quais são, na Espanha múltipla e diversa, as nossas pátrias, ao ponto de constituir para alguns “o grande romance em construção” da nossa literatura. Mas é necessário não sobredimensionar a identidade em relação ao nacional, questão de especial significado em Espanha, ultrapassando as conotações negativas ligadas ao nacionalismo. Porque é difícil evitar a satanização do sentimento nacional, efeito de uma forma de conceber a nação como uma “identidade substantiva” que precisa de se afirmar através da negação do outro. Um nacionalismo exclusivo, essencialista, que considera que “o que somos é e deve continuar a ser”, como um ente compacto, sólido, inalterável e sem miscigenações.

De qualquer maneira, a relação entre a identidade, o nacionalismo –ou o patriotismo se quisermos– e a literatura é certamente fecunda. Sáez Delgado definia-o como verdadeira “matéria literária”, não no sentido da capacidade de construção de identidades, dos seus ícones, símbolos e mitos, mas como um espaço essencial e naturalmente literário. A identidade gera no escritor uma “forma profunda e absoluta de nostalgia”, concebida de um modo criativo e existencial, incitando-o a transformar-se numa espécie de herói fundacional. Abre as portas ao mito, num terreno que se estende, inevitavelmente, entre a utopia e o desengano ou, nas palavras de Cernuda, entre a realidade e o desejo. Mas o nacionalismo também é um terreno favorável a perversões, se não por culpa dos que escrevem, pelo menos devido às utilizações que possam fazer-se das suas palavras.

Citando dois autores totalmente insuspeitos –“a minha pátria é a língua portuguesa” (Fernando Pessoa) e “o meu destino é a língua castelhana” (Jorge Luis Borges)–, Sáez Delgado alertava para os equívocos escondidos no labirinto da identidade, que pode constituir um ponto de partida e de chegada ao mesmo tempo. Uma evidência oculta que Oscar Wilde já tinha revelado: “a pátria é o último refúgio dos depravados”.

Mas porventura quem mais claramente soube ver os efeitos malignos da literatura associada ao elemento nacional terão sido –e estes sim, sob todos os pontos de vista, suspeitos– Franco e Salazar. O ditador português, em palavras de 1938, já alertava para os perigos que encerrava esse interesse cultural mútuo que mostravam as literaturas de ambos os países. Afinal de contas, não se tratava senão de uma forma de “penetração pacífica”, sob a forma de invasão cultural e dissolvente da nacionalidade portuguesa. Um discurso semelhante ao do próprio Franco, visível nos seus discursos de agradecimento ao ser investido doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, onde expressava a mesma desconfiança e cautela em relação ao país vizinho, embora este lamentasse a dificuldade que Portugal mostrava, precisamente, em deixar-se penetrar. De uma e outra parte ficava claro que o diálogo cultural entre os dois países não era conveniente, constatação que, de alguma forma, os tinha antecedido e que expressava a histórica dificuldade de um encontro fecundo entre as literaturas ibéricas.

Os nacionalismos utilizaram –e utilizam– a alteridade como mecanismo de auto-afirmação. Em grande medida, qualquer nacionalista necessita de um inimigo em face do qual se identifique. Mas esta posição antagonista e de confronto, por vezes vítima, que costuma atribuir-se aos nacionalistas, também é utilizada pelos anti-nacionalistas, embora estes costumem passar despercebidos. Sáez Delgado mostrava como, em certas regiões espanholas, onde não existe uma identidade nacional definida, a forma de ver os nacionalismos criou uma intolerância apaixonada, uma autêntica “profissão de fé”, tornando-os nesse outro em face do qual têm que situar-se. Assim se chegou à absurda e incompreensível situação de gerar novas identidades por meio da crítica às identidades nacionais existentes. Um

jogo de espelhos perverso que deforma qualquer visão do outro e impede uma imagem compreensiva –e minimamente objectiva– do factor nacional.

O uso do “anti” tornou-se, assim, num procedimento recorrente e útil na afirmação de identidades, também perceptível no caso dos nacionalismos espanhol e português. Embora o iberismo não possa considerar-se como um nacionalismo, e não faltaram tentativas de assim o entender, o certo é que tem sido alvo de constantes negações e reacções, utilizando-se o anti-iberismo como um recorrente e eficaz instrumento para o desenvolvimento da identidade nacional portuguesa. Apesar disso, ao longo do século XX foram várias as tentativas que procuraram a confluência ou a intersecção entre os dois países, às quais a literatura não ficou alheia, tentando vencer os obstáculos que identificavam o diálogo cultural com a perda de –ou o ataque contra– a identidade nacional. Sáez Delgado destacava nesta missão o papel das revistas literárias, como espaços de encontro e intercâmbio entre escritores de ambos os países. Um rápido périplo iniciado no *Renacimiento latino*, revista fundada em 1905 por Francisco Villaespesa e Abel Botelho, que só teve dois números de existência. Não vingou, possivelmente por incompreensão, essa tentativa de estabelecer um diálogo entre os poetas peninsulares, num terreno literário entre o naturalismo e o simbolismo, e apesar da consistência poética de Villaespesa. Na década de vinte surgiram novas tentativas, como a protagonizada por Ramón Gómez de la Serna com a revista *Prometeo* ou, em Portugal, com *Lisboa Contemporânea*, dirigida por José Pacheco, que seria atacada no seu país por “vender-se ao ouro de Espanha”. E, por último, *La gaceta literaria*, talvez a mais sólida tentativa de conseguir essa união literária no plano ibérico, que não chegou a frutificar em virtude dos receios que o seu director, Jiménez Caballero, despertou em Portugal devido às suas pretensões imperialistas. Tentativas, todas elas, que se depararam com a indiferença ou directamente com a oposição de quem entendeu que tal diálogo, por muito literário que fosse, encerrava um questionar da própria identidade.

Porém, neste elemento de perversão que germina nos nacionalismos, de que a literatura foi cúmplice, todos temos de certo modo culpa ao termos interiorizado essa suposta oposição entre identidades. Uma bipolaridade que estendemos a conceitos e ideologias, e também a escritores e até a gerações, que não têm necessariamente de ser opostos. Referia-se Sáez Delgado à falsa oposição entre cosmopolitismo e nacionalismo, como tendências que se neutralizam e que não é possível coadunar, projectadas até em movimentos literários que parecem encarná-las. De tal modo que atribuímos ao modernismo a representação desse espírito universal e cosmopolita em oposição à recuperação do nacionalismo pela geração de 98 e aos regeneracionistas, entendendo que ou se é uma coisa ou outra, o que é muito pedagógico, mas não as duas de uma vez. Uma suposta dualidade que apresenta imagens falsas e deformadas, e que encontraria em Machado, por exemplo, uma das mais injustas e falazes formas de se ler e interpretar. E isso sem deixar de reconhecer que a literatura contribuiu, sem dúvida, para fomentar determinadas identidades, mesmos nos territórios onde que não existiu qualquer base nacional que as alimentasse. Assim aconteceu em inícios do século XX na Extremadura, onde se tentou construir, talvez devido a um certo desejo de emulação, uma nação imaginada. Um mundo arcádico que quis materializar-se com uma súpula de localismos e com a invenção de uma espécie de língua que não existia, o *castúo*, recriação de uma fala popular que, em si mesma, também não existiu.

Em suma, para além da denúncia desse cenário de perversão em que se encerram as identidades, convém refutar o anátema lançado contra o nacionalismo, que o associa à loucura e ao fanatismo. Menos inocente será essa “ética da resistência” em que se abrigam os anti-nacionalistas, embriagados das mesmas paixões que criticam. Em oposição a esta perspectiva que demoniza o sentimento nacional, como se encarnasse a pior das invenções do homem, Sáez Delgado defendia, precisamente, a natureza essencialmente humana da nação. Isto se, com um “amor desapaixonado”, se entender o nacionalismo como o modo de integrar a

terra, a pátria, dentro do espaço sentimental, fazendo da identidade um antídoto para o patriotismo. Uma pretensão de chegar a ser, citando José Ángel Valente, “mais pelo lugar e menos pela pátria” e avançar, por esse caminho, para a universalidade.

Não há, talvez, escritor português que simbolize melhor essa tensão entre o universal e o nacional, interiorizando o significado ambivalente do iberismo, que Fernando Pessoa. A professora Inês Lage Pinto Basto (Universidade de Coimbra) aludiu ao “calvário topográfico” que Pessoa identificou nos destinos de Portugal. Uma difícil posição entre uma frente ocidental, Espanha, limitadora e oclusiva, e uma ampla frente oriental, o oceano, sem limites nem fronteiras. Uma nação que procurou precisamente ultrapassar as suas fronteiras e alinhar-se com a Europa, já então sinónimo de civilização. Um projecto que exigia, não por causa das meras evidências geográficas, encontrar-se com Espanha, assumindo o seu passado heróico comum como berço do mundo atlântico. Daí o sentido de uma aliança peninsular em que Portugal não perdesse a sua singularidade, procurando os elementos de unidade sem prejuízo da sua independência. Ao fim e ao cabo, o sentimento nacional face a Espanha permitiu a sua sobrevivência, base da sua individualidade e da sua resistência às forças absorventes de Inglaterra e França. Ambos os países partilhavam um destino comum para além das suas diferenças, síntese das civilizações passadas, cuja missão era a de “ocidentalizar a Europa”. Um novo “imperialismo ibérico”, ressurreição dos imperialismos passados, que um e outro países deveriam construir unidos. E Pessoa acreditava na existência de uma “alma ibérica” e na contribuição espiritual que a península podia irradiar, capaz de fazer frente as ingerências externas e estranhas. Daí que perguntasse, num dos seus poemas, “Uma Ibéria, para quando?”

A Ibéria com que sonhava Pessoa não era, é claro, uma unidade em que os distintos povos ficavam sujeitos a Castela. Antes pelo contrário. Identidades como a Catalunha no plano mediterrânico ou, no Atlântico, o mundo galaico-português, constituíam os pólos de um cenário complexo e diverso, em que Castela viria a significar, para além do seu suposto papel

preponderante e hegemónico, o contrapeso necessário de uma geografia marcadamente oceânica e bilateral. Pessoa reconhecia o potencial desintegrador dos particularismos espanhóis que, no mundo americano, tinham implicado a fragmentação da herança colonial hispânica, contraponto do carácter homogêneo de Portugal, que tinha transferido a sua uniformidade para o grande estado brasileiro. A unidade ibérica que Pessoa idealizava devia ser capaz de superar as tendências centrífugas dos nacionalismos peninsulares, que só poderiam ser neutralizadas com a aliança cultural entre as duas nações. Uma união de nações independentes que, em termos políticos, só poderia ter a sua expressão na construção de uma confederação republicana, assumindo uma unidade tarifária ou comercial e uma estratégia de defesa conjunta. Em nenhum caso a monarquia espanhola, incapaz historicamente de reunir as nações que havia albergado, conseguiria permitir a materialização deste desejo ibérico. O sonho de uma Ibéria que pudesse reunir o legado épico da sua civilização passada, livre dos desenganos dramáticos e da sublimação lírica do seu passado imperial.

Uma das principais heranças recebidas por Fernando Pessoa foi a da chamada “Geração de 1870”, a primeira geração portuguesa de escritores e intelectuais que tomou consciência da sua função educadora e cívica, encarnou o espírito crítico em oposição ao convencionalismo político representado pelo regime monárquico e interiorizou no seu pensamento e obras a questão ibérica. Porque o iberismo e, com maior intensidade, o anti-iberismo, definiram em grande medida a sua posição literária e constituíram a sua identidade enquanto movimento. Uma atitude que foi marcada, tal como indicava o professor José Carlos Seabra (Universidade de Coimbra), pela influência e fascínio exercidos por Alexandre Herculano, considerado um mito ético e social, bem como um dos principais apóstolos do anti-iberismo. E também pela reacção crítica contra alguns autores do romantismo português, de uma corrente secundária –um segundo romantismo–, dos quais recusavam o seu anti-espanholismo militante. Um exemplo paradigmático desta atitude hispanófoba foi o poema narrativo *Don Jaime*, de Tomás Ribeiro, em que se opunha os grandes valores nacionais

portugueses a uma Castela que encarnava a maldade e a perfídia. Foi contra esta expressão anti-castelhana e anti-espanhola que se pronunciou a geração de setenta, com Eça de Queirós à cabeça, ou o próprio Bulhão Pato, ele próprio de ascendência espanhola, que recusaram essa forma de entender a nacionalidade.

A influência do iberismo nesta geração não pode entender-se, indicava o professor Seabra, sem uma referência à revolução de 1868 em Espanha. A questão dinástica, suscitada pela expulsão de Isabel II colocou, como opção preferida de progressistas e democratas, a aceitação do trono por parte da família real portuguesa, nas mãos do rei D. Luís ou nas do seu pai, D. Fernando. As tentativas por parte do governo espanhol para conseguir que os Bragança se tornassem na nova dinastia reinante implicavam a realização, a curto prazo, da unidade ibérica. Ao mesmo tempo, os republicanos tentavam materializar o seu projecto alternativo de federação ibérica, frustrando as tentativas dos monárquicos e promovendo a proclamação da república em Espanha, a qual, por contágio, também se instauraria em Portugal, aspirando a federar num mesmo estado as duas nações. Foi este ideal federalista, republicano e iberista o que vingou entre os intelectuais de 1870, recebido e integrado através da influência política e filosófica de Proudhon. Um projecto defendido com firmeza por Antero de Quental na sua obra *Portugal perante a revolução de Hespanha*, em que propunha abertamente a federação dos dois países, única forma de Portugal, por meio da sua nacionalidade, sair da sua debilidade e decadência. Foi precisamente esta consciência da decadência, do atraso dos povos peninsulares face ao novo modelo de desenvolvimento, que situou ambos os países dentro do “combate pela modernidade”, sendo certo que se encontravam num estado “pré-moderno”. O núcleo da civilização, da racionalidade, estava na Europa transpirânica, situando-se Espanha e Portugal numa mesma encruzilhada, efeito de um passado comum, e perante um mesmo destino que os irmanava.

O autor desta geração que com maior profundidade abordou a questão ibérica foi Oliveira Martins, que construiu com solidez a ideia desse destino

comum na sua *História da civilização ibérica*. No entanto, Seabra referia que a contaminação política que Oliveira Martins introduzira na literatura não devia ler-se de um ponto de vista unívoco, mas que o seu iberismo vai evoluindo, diluindo-se até se colocar num segundo plano. Tal como aconteceu com outros escritores e políticos, como Sampaio Bruno, que, na sua filiação republicana e socialista, se afirmou primeiro a favor da federação ibérica, alterando posteriormente a sua posição iberista até defender, somente, a aliança peninsular entre dois estados independentes. No caso de Eça de Queirós, esta nova atitude revela-se num maior cepticismo e desconfiança em relação a Espanha, que passa a um segundo plano nas suas obras. Mesmo na sua novela *A Batalha do Caia* –que foi publicada já depois da morte de Eça com o título *A Catástrofe*–, aparentemente apocalíptica, que mostra a imagem de um Portugal não só decadente, mas catastrófico, na iminência da invasão militar espanhola, o papel representado por Espanha é secundário, instrumental e tangencial. E embora essa visão do Portugal irreformável, imerso numa decadência insarável, se mantenha nas suas principais obras, e muito especialmente n’*Os Maias*, a imagem de Espanha na literatura de Eça de Queirós admite uma nova leitura. Espanha, igualmente decadente e débil, sobretudo devido à guerra com os Estados Unidos, passa a tornar-se numa cultura desconhecida que pode servir de antídoto em detrimento de outras influências estrangeiras, mais concretamente a francesa em *O francesismo*.

Todavia, por oposição ao derrotismo que Eça impregnou à sua geração, verifica-se uma evolução em diversos autores, como Oliveira Martins ou Sampaio Bruno, que coloca a possibilidade de auto-superação dos povos peninsulares, admitindo o progresso destes países, por novas vias, em direcção à modernidade. Mas, em nenhum caso, implica uma nova emergência dos postulados iberistas. O próprio Teófilo Braga, defensor ele próprio de uma república federal ibérica, e esta viragem pode alargar-se à generalidade do republicanismo luso, tende para uma apropriação do sentimento nacional, que vem retirar ao regime monárquico. José Carlos Seabra recordava o congresso republicano luso-espanhol celebrado em

Junho de 1893, precisamente em Badajoz, em que os projectos passados de federação ibérica eram substituídos por uma aproximação táctica dos republicanos dos dois países, embarcando os republicanos portugueses na perspectiva de um triunfo próximo da revolução, na sua deriva nacionalista. Guerra Junqueiro, que não assistiu ao acto mas enviou um discurso, abria portas a um novo conceito de universalismo, não ibérico, de que Portugal e o mundo lusitano fariam parte. Uma corrente que passaria depois por Teixeira de Pascoaes ou o próprio Pessoa, chegando mesmo aos tradicionalistas como Mário Beirão, e desembocando no “integralismo lusitano” de António Sardinha. Neste autor, símbolo da contra-revolução, manifesta-se a contradição, o conflito, entre um nacionalismo intenso e, ao mesmo tempo, a interiorização de um sentimento ibérico, que materializava na defesa de uma aliança peninsular. Uma ambiguidade que deixará marcas noutros autores posteriores, como Franco Nogueira, que dedicará especial atenção à presença do iberismo em Sardinha. Em todo o caso, o iberismo e a própria Espanha foram-se deslocando, como temas ou centros de atenção da geração de 1870, até ocuparem um lugar irrelevante. Uma desatenção que será herdada pelas gerações posteriores e que, já bem entrado o século XX, acalmados já os ímpetus provocados pela crise do Ultimato de 1890, acabará por marcar a indiferença peninsular perceptível na literatura portuguesa.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Eduardo Lourenço (filósofo e ensaísta) retomou a figura de Fernando Pessoa para abordar a questão dos nacionalismos peninsulares, fazendo uma leitura redimensionada da já citada frase “a minha pátria é a língua portuguesa”. Mais do que interpretar esta afirmação como uma expressão nacionalista, Lourenço desvinculava-se dessa evidência patriótica, para a assimilar a um conceito de identidade que supera a natureza empírica, enquanto construção histórica, da pátria. De facto, para Pessoa, existiam

duas verdadeiras identidades: a individual, que é universal por natureza, e a própria humanidade, que constitui uma espécie de universalidade colectiva. As restantes identidades são fenómenos políticos ou ideológicos, que deram lugar às nações, mas que são circunstanciais e sujeitas ao passar do tempo. Quanto aos nacionalismos peninsulares, trata-se de uma questão que carece de importância e actualidade para Portugal e, no caso de Espanha, faz sentido em função da sua própria história. É certo que Pessoa conheceu a emergência destes nacionalismos, mas sempre considerou que se tratava de um problema exclusivo de Espanha, que em nada afectava Portugal. É que, no que respeita ao tema nacional, ambos os países têm uma história que marca uma diferença fundamental. Ao contrário da “Espanha como problema” que, do ponto de vista das identidades, Ortega definiu como um conjunto de nações com vontade de o ser efectivamente, em Portugal não existe, nem nunca existiu, nada semelhante.

Em oposição ao conceito de nação essencialista, Eduardo Lourenço reivindicava a natureza rousseauiana do pacto social, enquanto desejo comum de levar a cabo um projecto de vida em comum. Estava, deste modo, estabelecida a relação com o carácter afirmativo do ser nacional, que definira já Ernest Renan, enquanto vontade de ter um presente e um futuro colectivos, negando o carácter preexistente da nação, dos que consideram a sua existência em si mesma. A língua, neste sentido, está sujeita à consideração de constituir a alma de uma nação, ao mesmo tempo que expressa a identidade e a diferença. Mas isto não deve entender-se em sentido estrito e reduzido. No caso de Espanha, e aqui coincide com Portugal, a língua comum, o castelhano, está também vinculada ao seu carácter mais ou menos universal, que supera e prolonga o simples âmbito nacional. Os nacionalismos periféricos, como o basco ou o catalão, devem, antes, reforçar o seu carácter plurilingue e não o ensimesmamento linguístico, que os reduz a um âmbito reduzido e isolado.

Por outro lado, o professor Lourenço alertava para a condição de culpabilidade dos nacionalismos, ao necessitarem de afirmar a sua

identidade à custa de outras, numa tendência hegemónica e imperialista, sendo, portanto, responsáveis pelos grandes conflitos bélicos do século passado. Uma transformação do carácter natural e romântico dos nacionalismos originais, próprios do século XIX, transformados em ideologias perniciosas, efeito de uma fase mórbida do desenvolvimento do capitalismo internacional e transformados em movimentos totalitários como o fascismo, o nazismo ou o próprio estalinismo. Uma perversão dos grandes ideais nascidos com a modernidade, contra os quais o nacionalismo se apresentou como um verdadeiro veneno letal, uma patologia de uma forma natural de entender a nação e as identidades. Assim o entendeu Pessoa ao afirmar que “o nacionalismo é uma degeneração do patriotismo”, corrigindo a visão romântica e positiva de Oliveira Martins, negando qualquer opção idólatra e exaltada do elemento nacional. Frente a essa realidade imperialista, de luta de umas nações contra as outras, Pessoa propunha o regresso a uma era pré-nacional, que situava como modelo e origem na Grécia antiga; uma ressurreição do paganismo, da civilização pré-cristã, que deixasse a humanidade livre dos efeitos malignos do elemento nacional.

Para Eduardo Lourenço, o regresso dos nacionalismos, na sua faceta perversa e antiliberal, tem muito a ver com o fracasso da utopia da construção europeia. Numa conjuntura em que a Europa deixou de ser hegemónica e na qual se encontra, pela primeira vez na sua história recente, paralisada no seu projecto de ver construir o mito da “Europa como nação”, o sentimento nacional reaparece em força. De facto, estamos muito longe dessa utopia universalista, em pleno regresso ao velho estatuto da nação, que torna duradouro o risco de uma guerra civil contínua de umas nações contra as outras. Sintoma e causa desta situação é o que acontece com França, o paradigma moderno de nação, em plena crise de identidade. O estado francês, que encarna o ideal de nação soberana e, além disso, o projecto universalista e igualitário, encontra-se actualmente confundido, interrogando-se sobre o seu próprio ser, o que leva a alargar e contagiar esta grave crise da consciência nacional. Uma situação que apresenta um futuro

aberto e incerto, que continua a ter, no seu horizonte presente e próximo, o estatuto de nação como elemento central da entidade e identidade dos povos. Como sintetizaria posteriormente o professor José Carlos Seabra, a nação ocupa um lugar chave no futuro, ao representar a “mãe antiga dos destinos novos”. ❖

RAMÓN BESONIAS ROMÁN

Directores

ANDY RAMOS GIL DE LA HAZA

LÍDIA OLIVEIRA

P Passaram dez anos desde que *Ágora, el debate peninsular* iniciou a sua actividade, com o objectivo de apostar num projecto de cooperação com Portugal que inaugurasse uma plataforma plural de conhecimento e uma troca de ideias entre ambos os países. Neste sentido, *Ágora* tem-se empenhado, ano após ano, em oferecer a cidadãos, empresas e instituições um espaço de diálogo sobre diversos temas de interesse. Para esta décima edição, Ignacio Sánchez Amor, director do projecto, incluiu no programa um debate de grande interesse para a cidadania: o impacto social e económico originado pelas Novas Tecnologias no que toca à configuração dos nossos hábitos de vida, consumo e negócio. Da mesma forma, durante esta sessão debateu-se aprofundadamente um assunto que está actualmente a gerar uma viva polémica social e política: a propriedade intelectual. Utilizadores da Internet, autores, empresas e instituições públicas parecem não coincidir quando se trata de prever um futuro em que os interesses de todos convirjam satisfatoriamente. No entanto, há algo com que todos concordam: devemos procurar soluções a partir do diálogo aberto e da apreciação de todos os pontos de vista. Neste sentido, esta conferência contribuiu para ampliar os espaços de debate sobre este

tema e desenvolver medidas eficazes de melhoria, colocando sobre a mesa as posições e reflexões de diversos especialistas, provenientes de distintas áreas de estudo, assim como de representantes de colectividades e grupos sociais directamente afectados pela sorte deste conflito, empresas de comunicação e instituições públicas, responsáveis pela mediação dos diferentes agentes sociais e económicos.

O programa foi consistente, tendo servido para conhecer os diferentes pontos de vista que polarizam o debate e representou, para os assistentes, uma importante fonte de informação sobre a propriedade intelectual e a sua conceptualização sociocultural, empresarial e política. Por outro lado, sem abandonar o rigor e a seriedade, não esteve isento de dialéctica. Os assistentes destas jornadas puderam comprovar que um assunto como este apresenta ainda posições muito divergentes e de difícil conciliação. Revelou-se em especial um estimulante confronto entre quem defende uma concepção aberta da Internet, onde os conteúdos fluam livremente, propiciando uma *cultura de intercâmbio*, e quem defende com mais ou menos flexibilidade a protecção dos direitos de autor na Web. Os especialistas prevêem que a cultura digital da cidadania, utilizadora e, ao mesmo tempo, produtora criativa de conteúdos, está a alterar-se a passos largos e, mais cedo ou mais tarde, obrigará à adaptação dos modelos de negócio aos novos contextos de consumo. Esta necessidade de adaptação deverá ter em conta tanto os interesses do consumidor como os do criador e do empresário. Durante estas jornadas foi possível constatar o compromisso por parte das instituições públicas (Junta da Extremadura e Ministério da Cultura) de se colocarem ao serviço deste consenso, assumindo o papel de mediadores que potenciem acordos e facilitem a sua posterior aplicação.

O programa do dia foi articulado por três mesas redondas de debate. Na primeira, *Novos hábitos de consumo cultural*, jornalistas e internautas analisaram o impacto social, cultural e económico trazido pelo acesso ao conhecimento, à informação e ao lazer, mediado pelas Novas Tecnologias. A segunda mesa-redonda, *Direitos de autor vs. direitos de internauta*, focou

o conflito de interesses e perspectivas acerca do futuro da propriedade intelectual à luz da revolução digital. Como compatibilizar a protecção da liberdade do internauta na Web com os direitos de propriedade de quem cria produtos lucrativos? Será possível continuar a sustentar o actual modelo de propriedade intelectual, proveniente de uma cultura do papel, numa sociedade cada vez mais digitalizada? Será possível conceber a Internet como um espaço plural de livre troca de informação, sem as ingerências do mercado? E será possível fazer negócio na Web, respeitando esta liberdade dos cidadãos? Na terceira e última mesa redonda, *Quadro legal actual e futuras regulações*, advogados e especialistas em Direito Civil clarificaram conceitos, procedimentos e acordos jurídicos em matéria de propriedade intelectual e descreveram o panorama actual que enfrenta esta questão e as possibilidades de criar uma legislação internacional estável que satisfaça com equilíbrio os interesses de todas as partes.

A encerrar o dia, Raúl Rodríguez Porras (Secretário da Comissão de Propriedade Intelectual do Ministério da Cultura e Turismo) destacou a vontade, por parte do Ministério, de encetar medidas políticas que facilitem a criação de um quadro regulador europeu, sensível às necessidades tanto do utilizador como do empresário.

INAUGURAÇÃO OFICIAL

Javier Alonso de la Torre inaugurou a conferência, elogiando a contribuição de *Ágora, el debate peninsular* como impulsionador de diálogo e encontro entre culturas e destacou a necessidade de abordar com seriedade e vontade de escutar, uma questão tão importante como o impacto das Novas Tecnologias da Informação na cidadania e nas empresas. De la Torre sublinhou igualmente a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o respeito pelo trabalho alheio e a urgente adaptação ao novo contexto digital. O papel do ministério regional, declarou, deve ser sempre apoiar, fomentar e facilitar o progresso cultural e económico,

procurando o consenso entre utilizadores e criadores. Devemos garantir a protecção dos direitos de todos os envolvidos no processo de criação, venda e consumo de produtos digitais. É essencial apoiar as indústrias culturais, mas não é menos verdade que “a gestão da propriedade intelectual deve sofrer uma renovação”, com o fim de “adequar os seus objectivos à realidade em que se desenvolve”. O ministério regional compromete-se a promover medidas neste sentido. No entanto, De la Torre destacou que as criações culturais não podem transformar-se, uma vez realizada a transacção comercial, num “bem intransferível... protegido, a que os cidadãos não possam aceder”. Por último, elogiou a presença de novas perspectivas sobre a propriedade intelectual (*Creative Commons*, licenças livres), mais flexíveis e adaptadas às novas circunstâncias que configuram as redes de informação.

Após a intervenção de Javier Alonso de la Torre, Ignacio Sánchez Amor apresentou e deu a palavra aos coordenadores da conferência, Lídia Oliveira e Andy Ramos.

Lídia Oliveira protagonizou a primeira intervenção, defendendo, em primeiro lugar, uma concepção da Internet como espaço aberto e utilizações não proprietárias como a própria essência da revolução digital. Neste novo contexto, não podemos já falar de autores ou editores em particular mas de milhares deles que reproduzem velozmente informação por toda a rede. Esta realidade apresenta um desafio para quem pretenda fazer negócio através da Internet. Novos problemas exigem novas perguntas e soluções em todos os âmbitos. Especialmente no terreno judicial, onde se torna necessária uma internacionalização dos quadros legais, numa vontade de eliminar a disparidade e confusão de legislações nacionais sobre a propriedade intelectual.

Na mesma linha, Andy Ramos recordou-nos que, no que respeita às Novas Tecnologias e propriedade intelectual, as legislações vão “a reboque” da realidade, sempre atrás dela. É essencial que o ordenamento jurídico e os mediadores políticos tenham em conta que os produtos culturais na Web são “objectos não tangíveis”, evitando assim uma colisão de direitos entre

autores e receptores, entre empresas e internautas. Ócio e negócio devem ser compatíveis num contexto em constante evolução tecnológica.

CONFERÊNCIA INAUGURAL

“A gestão da Internet é uma questão de equilíbrio entre direitos e liberdades, sem esquecer o contexto altamente mutável em que se insere”. Estas palavras de Bárbara Navarro servem de carta de apresentação da porta-voz de uma das empresas de tecnologia da informação mais relevantes no panorama da Internet, revelando a sua perspectiva do confuso cenário da propriedade intelectual e definindo as contribuições que a Google pretende protagonizar em apoio da livre utilização de conteúdos culturais na Web.

De acordo com Bárbara Navarro, o facto de abundarem fóruns de reflexão, como o proporcionado por *Ágora Academia*, deixa claro que existe uma urgente “necessidade de ver o que vai acontecer com os direitos no futuro”. Antes de mais, temos de reconhecer que o momento em que nos encontramos é um período de transição: de uma economia quantificada pelo capital físico à tentativa de controlar as ideias, do tangível ao intelectual, do conceito de *propriedade* ao de *acesso*, da propriedade industrial à produção cultural, do *ter* ao *aceder*. É a era da Internet, fruto da globalização e democratização do acesso à informação, em que o utilizador pode expressar-se livremente. Um movimento imparável a que nem todos os países respondem de igual forma. O modelo europeu está a adaptar-se mais lentamente do que o norte-americano às exigências desta realidade, existindo um menor equilíbrio entre direitos de propriedade e direitos de negócio. A Europa precisa de inovar em relação ao resto dos concorrentes num contexto global. A este respeito, a Comissão Europeia está a começar a tomar medidas, empenhando-se na aplicação de uma agenda digital, em que sejam discutidos temas tão importantes para a Google, como a digitalização de obras órfãs.

Bárbara Navarro lança a pergunta sobre se o actual modelo de protecção estará em crise e defende uma flexibilização dos direitos de propriedade, adaptando as medidas jurídicas às alterações culturais. A Internet não conhece barreiras. Não se pode falar de *propriedade* da mesma forma que antes de existir a Internet. A Europa pode perder a oportunidade de explorar o espaço onde flui livremente a maior quantidade de conteúdos: a Internet. Ora bem, é preciso proteger os direitos de propriedade intelectual, mas de uma forma equilibrada, com limites e com excepções.

Primeiro: “é preciso proteger os autores”, mas defendendo os direitos e liberdades dos cidadãos. Segundo: “existe o direito de aceder à cultura, ao direito à informação e ao direito à produção, criação literária, artística e científica”. Um nível adequado, flexível, de protecção de direitos estimularia o investimento e a produção de conteúdos. É fundamental que existam excepções a este direito como condição para o progresso económico da Europa. Bárbara Navarro está convencida de que Espanha e Portugal, e a Europa em geral, não têm ainda um modelo de propriedade intelectual adequado ao novo contexto que se avizinha, pelo que se torna necessário apresentar o desafio da sua renovação. O actual regime de excepções não é válido, deve ser revisto a fim de tornar possível a inovação de que todos necessitamos para ser competitivos com o resto do mundo.

Vivemos, hoje em dia, quatro progressos fundamentais na sociedade digitalizada:

- A Internet está a permitir o “alcance global do conteúdo e do conhecimento”.
- A Internet coloca “toda a informação, alguma vez criada, à disposição do utilizador”.
- A Internet permite a “capacidade do utilizador para seleccionar e criar conteúdos” (todos somos pequenos produtores de conteúdos).
- “Os utilizadores criam, cada vez mais, valor de forma conjunta” (colaboração em massa).

O novo quadro legal deve abranger o que é já uma realidade social na Web, sem que isso signifique debilitar os direitos de propriedade intelectual. Ambas as necessidades são complementares e uma ajuda ao crescimento económico. A Comissão Europeia já “se interessou publicamente por tudo o que está relacionado com o sistema de limites e excepções e iniciou um processo aberto de consulta”.

A Google considera relevante:

- “a digitalização, conservação digital e acessibilidade em linha de obras literárias na Europa”, de acordo com o seu projecto empresarial e a sua filosofia de tornar a cultura acessível a todos os cidadãos.
- “O conteúdo criado pelo utilizador” como elemento intrínseco e natural da Internet, em aumento crescente nos últimos anos. Isto obriga os meios de comunicação tradicionais a repensar o seu papel social e económico neste novo contexto. “Agora são mais importantes os comentários à notícia do que a própria notícia”. “Já não está apenas ao alcance de alguns, está ao nosso alcance”.

O debate sobre a protecção dos direitos de propriedade intelectual deve estar sempre em linha com futuros modelos de negócio. É necessário “encontrar o equilíbrio entre protecção e exploração eficiente”. Caso contrário, estaremos a perder uma oportunidade única de ser competitivos num mercado global em constante evolução.

Por sua vez, Andy Ramos apresentou a Bárbara Navarro os limites que a Europa deverá colocar em discussão na sua agenda digital. A directora da Google Espanha responde que já está em agenda o tema da digitalização de *obras órfãs*, em que não se pode tocar no quadro da legislação actual, mas que seria muito útil para a cidadania poder aceder-lhes livremente. Por outro lado, há a debater o tema dos conteúdos extraídos da Internet para serem recriados e utilizados na rede por terceiros. Não há desvalorização para o autor, mas um delito contra a propriedade intelectual.

A Europa deve encontrar o seu modelo. Não sabemos se o *free use* é o mais adequado, mas é certo que o modelo a encontrar deve tornar-nos mais competitivos. Muitas vezes, o debate gira em torno de temas como a pirataria ou a violação de direitos de propriedade intelectual, secundarizando outros assuntos mais urgentes e necessários.

No espaço aberto a questões, um dos assistentes transmite a Bárbara Navarro a sensação de que a Google no fundo está preocupada com os direitos de propriedade intelectual apenas porque representam um obstáculo aos seus interesses económicos, e pergunta se isto não será uma posição que poderá conduzir a uma nova *ditadura*, a da digitalização de conteúdos, passando por cima de outros modelos positivos. Por exemplo, ficam fora do debate questões importantes como os direitos dos utilizadores que geram (não confundir com *criar*) conteúdos na Web. Em resposta a esta reflexão, Bárbara Navarro esclarece que seria benéfico para o progresso económico que os direitos de propriedade intelectual não fossem vistos como incompatíveis com os novos modelos de negócio. A Google –afirma– bate-se pela protecção destes direitos, embora com limites e excepções adaptados ao novo contexto.

NOVOS HÁBITOS DE CONSUMO CULTURAL

A mesa de debate foi moderada pela directora, Lúcia Oliveira, e composta por Miguel Pérez (Presidente da Associação de Utilizadores da Internet), Antonio Granado (professor da Universidade de Oviedo, jornalista e bloguista), António Machuco (professor de jornalismo e ciências da informação da Universidade do Porto) e Fernando Jáuregui (editor do grupo Diariocrítico). Miguel Pérez começa por sublinhar a contribuição dos internautas para um novo modelo de cultura baseada na *partilha*. O modelo tradicional de criação e reprodução de conteúdos culturais, caracterizado por um custo elevado na produção, distribuição e venda, tem vindo a ser substituído por um novo modelo de baixo custo, barato e de fácil acesso. Fazer uma cópia é um acto simples.

Miguel Pérez sugere-nos uma história simples que ilustra a sua exposição: imaginemos que vivemos no fundo do mar, mas um belo dia decidimos sair e ir viver para fora, para a superfície, onde o ar é gratuito. As empresas que nos vendiam, quando estávamos debaixo de água, as garrafas de oxigénio para podermos sobreviver, iriam assustar-se e haveriam de querer continuar a pedir-nos dinheiro, desta vez pelo ar que respiramos. No entanto, em terra o ar flui livremente e seria gratuito. Esta situação *a priori* não implicaria a ruína das empresas de garrafas de oxigénio. Veja-se o exemplo da rádio: durante mais de um século sobreviveu às alterações tecnológicas através das suas receitas de publicidade, oferecendo aos ouvintes um serviço de qualidade e gratuito.

“A criação de cópias digitais não acrescenta valor à cadeia de negócio”. As formas tradicionais de fazer dinheiro não olham para o futuro. O mesmo acontece com a legislação. Os políticos tendem a legislar olhando para trás, raramente para a frente. Um exemplo claro é a existência de uma taxa por cópia privada, entendida como o pagamento de uma taxa que deverá supostamente beneficiar o autor. Então, por que é que o autor não ganha com isto? Porque as leis não são feitas para os beneficiar, mas aos intermediários, às entidades de gestão (no caso espanhol, a SGAE). Outro exemplo contraditório é a lei que obriga os detentores de ligações para conteúdos protegidos a fechar a página no período de quatro dias. Por que não se fecham, então, os motores de pesquisa através dos quais acedemos a essas ligações? Porque as leis tendem a beneficiar as grandes indústrias digitais.

Miguel Pérez propõe quatro propostas de melhoria. Em primeiro lugar, a protecção da propriedade intelectual e dos direitos fundamentais dos cidadãos. A fronteira está no conceito de *fim lucrativo*. Se não houver fim lucrativo, deve ser despenalizada a troca de conteúdos na Web. Não devemos colocar portas em campo aberto. As pessoas têm senso comum; não são piratas nem delinquentes. De igual forma, medidas como a taxa por cópia privada ou a *Lei da Economia Sustentável* deviam ser eliminadas. E, por último, devia ser estabelecido um plano estratégico para a reconversão

do sector dos conteúdos digitais. Neste plano, devia contar-se com os utilizadores, até agora excluídos das mesas de negociação e debate. “Onde alguns vêem piratas, nós vemos leitores, ouvintes, telespectadores; onde alguns vêem ciberdelinquentes, nós vemos cidadãos; e onde alguns vêem ameaças, nós vemos oportunidades”.

Terminada a exposição do presidente da Associação de Utilizadores da Internet, é a vez de Antonio Granado, que declara falar do ponto de vista do jornalista, testemunha privilegiada das alterações de consumo cultural da cidadania a que certo sector da sociedade não pode ou não quer adaptar-se. Por exemplo, os cidadãos de mais idade. É preciso ter em conta que o consumo dos conteúdos digitais se concentra nas novas gerações, que procuram a informação fora dos meios tradicionais. Estes jovens investem mais tempo e meios para aceder à informação do que aquele que era dedicado pelas gerações que os precederam. A Internet “canibalizou” os meios de comunicação, mas não de forma definitiva. Há excepções prodigiosas, tais como a protagonizada pelo diário *The Guardian*, que soube rentabilizar a sua presença em formato digital. Os jovens utilizam os *media*, não apenas enquanto consumidores mas também como produtores de informação, livre das ingerências dos diários ou dos poderes estabelecidos.

A pergunta recorrente no jornalismo moderno é como fazer negócio neste contexto. A resposta é: “com a publicidade”; mas para isso é preciso convencer as empresas de que devem pagar mais pelos seus anúncios, pois há mais cidadãos a acederem-lhes do que nos meios de comunicação tradicionais. Não devem pagar só de cada vez que um cidadão clica num conteúdo. Torna-se também necessário, com urgência, digitalizar os documentos dos organismos públicos e não fazer negócio através dos conteúdos criados pelos utilizadores. Nem tudo deve ter valor económico.

Segue-se António Machuco, que recoloca a questão da noção de *copyright* e de *acesso ao conhecimento*. Na sua opinião, verificaram-se historicamente duas posições a esse respeito: uma, que assenta no direito natural e que afirma que a obra pertence ao seu autor, e outra, baseada no direito positivo, que define a obra intelectual como um mero artifício. É esta

última que tem estado no centro dos debates actuais acerca da propriedade intelectual.

António Machuco sublinha que, num contexto digital, a informação não é rival do consumo; pelo contrário, esta multiplica-se, dando lugar a muitos mais conteúdos e consumidores. É preciso perceber que, uma vez publicada, o rasto da obra perde-se através das suas múltiplas utilizações e derivações. Para além disso, a distribuição de conteúdos num contexto digital é extremamente barata e acessível. Não devemos ver a informação como um rival mas como uma oportunidade. Exemplo desta concepção aberta são as licenças, como a Creative Commons, a GPL, etc.. Há que admitir: os conteúdos definem-se, em primeiro lugar, como bens comuns, não rivais (*res communis*), depois como apropriação legal (*res nullius*), e, por último, como *res publicae*, de livre acesso à cidadania. É importante dispor destes conteúdos na Web, com liberdade de utilização. António Machuco dá um exemplo desta necessidade, que foi vivido na primeira pessoa. Nunca teria podido aceder a uma obra de Alexandre Herculano se a Google não a tivesse digitalizado. E isto foi possível porque já tinham passado mais de 75 anos. E há tantas outras obras fundamentais à espera de ser digitalizadas! Talvez algumas delas se percam antes que isso aconteça. Os prazos são excessivamente longos. Devia existir uma legislação mais flexível para estes casos.

Por último, Lídia Oliveira apresenta o último interveniente, Fernando Jáuregui. “Há 11 anos que nós, os jornalistas, observamos esta revolução” nos hábitos de acesso e utilização da informação, confessa. A informação é, para Jáuregui, um bem essencial para o ser humano, semelhante à saúde e à integridade física. O êxito das Novas Tecnologias da Informação afecta aspectos tão importantes como a nossa concepção do espaço-tempo, a cultura, a vida quotidiana ou os negócios. Hoje em dia, a informação viaja com rapidez, quase não nos dá tempo para a podermos digerir. Transforma-se, com frequência, num mero espectáculo, alterando a forma como os jornalistas informam.

Uma característica fundamental da informação digital é a interactividade, a possibilidade de o receptor comentar a notícia, dar respostas ou opiniões

ao jornalista. E esta interactividade ocorre utilizando várias linguagens, não apenas a escrita, linguagens mais atractivas para os jovens, que procuram na Internet aquilo que não encontram nos meios de comunicação tradicionais. Isto implica em parte uma “banalização da informação”. A Internet transforma-se num espectáculo, onde a objectividade é relegada em favor do lúdico. Os jovens preferem interagir mais através de redes sociais do que ler jornais. Nem os estudantes de jornalismo lêem jornais. Para a *geração Google*, a realidade está no computador. O jornalismo presencial, “de circunstância”, está moribundo, em favor dos blogues e dos jornais de cidadãos. No entanto, em nenhum caso deve considerar-se esta informação como verdadeiro jornalismo. O importante é o espírito crítico; a realidade está cá fora, não na Web. Por outro lado, Jáuregui destaca a existência de um proteccionismo excessivo dos bens culturais. Deveria haver, na sua opinião, liberdade de circulação, embora com determinadas leis reguladoras que não acabem por tornar a Internet num território controlado pelos poderes públicos.

Durante o período de pedidos e perguntas, um dos assistentes questiona Jáuregui sobre as possíveis soluções para a citada “banalização da informação”. Jáuregui reafirma que o Ministério vai atrás da realidade, mais preocupado em proteger o cinema do que qualquer outro bem cultural. Parece claro para o jornalista que não deveria haver tanto proteccionismo nem taxas que prejudiquem o cidadão.

Por seu lado, Miguel Pérez insiste na necessidade de a Internet ser um espaço para a cidadania, acedendo sem preconceitos às Novas Tecnologias, evitando criticar sem oferecer nada em troca. Neste sentido, outro assistente reflecte acerca da responsabilidade pessoal em relação ao acesso à informação. É o cidadão que, em última instância, deve escolher o que quer ver ou ler, evitando a falta de qualidade ou escolhendo consumir produtos-lixo. Antonio Granado sublinha a tendência dentro do novo jornalismo para ceder à pressão desta revolução digital, perdendo qualidade pelo caminho. O “jornalismo de nicho”, especializado, interessa a poucos. Por último, Granado recorda-nos que “a função do jornalista é confortar o aflito e afligir o conformado”.

DIREITOS DE AUTOR VS. DIREITOS DE INTERNAUTA

A mesa de debate foi composta por Juan Carlos Rodríguez Ibarra (Ex-presidente da Junta da Extremadura), Eduardo Bautista (Presidente do Conselho de Administração da SGAE), Rui Negrão (Departamento das novas tecnologias da Sociedade Portuguesa de Autores) e António Fidalgo (Professor Catedrático de Ciências da Comunicação e director da Lab-com).

Depois das apresentações, a cargo de Andy Ramos, Rui Negrão dá início à sua intervenção, levantando uma questão fundamental: porquê pagar por uma obra? Os cidadãos, em geral, acham bem pagar por uma criação: o facto de que devemos contribuir economicamente pelo que consumimos é aceite socialmente. Mas nem todas as empresas ou actividades culturais se baseiam no lucro. As licenças proprietárias devem, por isso, adaptar-se com flexibilidade às necessidades e intenções do criador ou distribuidor. Deve pagar-se o preço justo por um bem cultural, não mais, assim como investir em educação para valorizar, com ou sem lucros, a contribuição social das obras culturais.

Eduardo Bautista, por seu turno, explica que centrará a sua exposição na contestação do que considera as sete perguntas fundamentais e as setes respostas correspondentes, que vêm refutar os tópicos habituais neste tipo de debates. Primeira: “Como se poderia garantir o equilíbrio entre os interesses dos autores e o resto dos titulares de direitos e os interesses dos cidadãos?” Resposta: “como se harmonizam absolutamente todos os temas sociais, ou seja, através do diálogo”. Um diálogo plural, abrangente e construtivo, sem deixar de lado a questão internacional em que a Espanha se encontra. Os direitos de propriedade intelectual já não podem ser abordados apenas a nível nacional, mas precisam de um enquadramento comunitário.

Segunda: “Deve cada Estado procurar uma solução segundo as suas peculiaridades nacionais ou, pelo contrário, deveria haver um acordo internacional que procurasse soluções globais para tais assuntos?” Resposta: existe já uma organização internacional que vela por tais interesses, a

Organização Internacional da Propriedade Intelectual, com protocolos, instrumentos diplomáticos, acordos reais. Existe uma inteligência inter-governamental que aborda esta problemática universal de uma forma global.

Terceira: “É necessária uma modificação profunda dos acordos internacionais de forma a garantir mais flexibilidade aos Estados signatários, para que possam adaptar a sua legislação às alterações produzidas ou introduzidas pela Internet?”. Resposta: “até certo ponto, sim”. Sempre que clarifiquem a situação e enriqueçam as oportunidades de trabalho. A Internet é uma ferramenta que permite a participação, integração, produtividade e difusão do conhecimento.

Quarta: “As medidas para reduzir a infracção de direitos na Internet deveriam dirigir-se contra aqueles (caso espanhol) que facilitam a violação de direitos de propriedade intelectual ou contra os cidadãos (casos francês, inglês, holandês, alemão e sueco)?” O caso espanhol (*Disposição Final Transitória da Lei da Economia Sustentável*) é um exemplo claro da busca de um equilíbrio entre as partes, mas revela muitas dificuldades de aplicação. Bautista confessa preferir o modelo espanhol, “que actua contra quem viola algum dos direitos de propriedade intelectual, e não sobre o cidadão, que, em muitos casos, age por desinformação”.

Quinta: “Entre a privacidade de um utilizador infractor ou o direito de propriedade de um autor, qual deve ser alvo de maior protecção?” Resposta: “o direito de autor é uma propriedade, é intelectual; não é menos importante do que a propriedade privada. Quando uma propriedade é reconhecida pela lei, só se pode expropriar”. Já agora, se queremos expropriar, então expropriemos também outras coisas de interesse geral, como a habitação.

Sexta: “Sobre o papel das entidades de gestão no século XXI”. Se não existissem, tinham de ser inventadas. “Têm o mesmo valor essencial do que os sindicatos”. Não obstante, está na moda atacar os sindicatos, apesar da sua importância. Pode, às vezes, enganar-se, mas a sua função é indubitável: trabalhar em prol do bem comum. “O fundador da Sociedade de Autores é Ignacio Delgado, um colega de Pablo Iglesias”.

Sétima e última: “Qual pode ser o papel da cidadania e dos especialistas na procura de soluções para este problema global?” Resposta: “o poder é a cidadania, a cidadania tem tudo a dizer”. Por isso, na mesa de convergência “não só têm de estar os detentores de direitos, a indústria, enquanto tal, que é a exploradora da cadeia de valor acrescentado”, mas também as associações de internautas e de consumidores.

Após a intervenção de Eduardo Bautista, é a vez de António Fidalgo, que explica que a sua exposição pretende ser uma reflexão ética, pois, por detrás deste debate, subjaz a questão moral acerca da justiça ou não das atitudes, das leis e dos comportamentos a ela associados por parte de todos os envolvidos. Para ilustrar o que diz, convida-nos a ver um vídeo da MTV, em que se compara a cópia ilegal com o roubo.

A propriedade consiste, para Fidalgo, no acto de *emprestar*, não de *alugar*. Pressupõe uma forma de justiça distributiva. Não emprestar, não partilhar, é, portanto, um acto imoral. Partilhar bens é uma forma de criar comunidade, como acontece no caso de uma unidade familiar. A este respeito, surge uma pergunta: o *copyright* fomenta esta “cultura do empréstimo”? Esta questão é muito pertinente se tivermos em conta que o preço de alguns produtos culturais, como a música em mp3, continua a ser abusivo em relação às despesas que gera. Se quisermos emprestar uma música em mp3, o que estamos a fazer é duplicar o original. A nossa música continua no nosso computador, não desaparece. Os produtos digitais não são objectos físicos, e, portanto, não se pode dizer que estejamos a roubar quando emprestamos música em mp3 a um amigo. Porque roubar é retirar uma coisa a alguém contra a sua vontade, despojando-o dela. Copiar não é roubar. A propriedade intelectual não é, portanto, um direito absoluto. Num contexto digital, é necessário repensarmos a própria essência do *copyright*, já que a sua entidade é muito diferente da de um objecto tangível. Tratar como criminosos os jovens que partilham, é absurdo. Não espanta que a Sociedade Geral de Autores tenha uma reputação tão desfavorável entre a juventude.

Depois da intervenção de António Fidalgo, é a vez de Juan Carlos Rodríguez Ibarra, que esclarece que não fala em nome de ninguém, apenas

em seu próprio nome, enquanto defensor convicto dos interesses públicos, das ideias que beneficiam a maioria dos cidadãos.

O próprio facto de não se poder evitar —explica Rodríguez Ibarra— que as nossas intervenções, actualmente, sejam retransmitidas através do Twitter, e de não se poder exigir qualquer pagamento pelas mesmas, é um exemplo que ilustra a natureza do debate de que se ocupa a mesa-redonda. Qualquer cidadão, esteja ele aqui, em Murcia ou em Nova Iorque, tem o direito de ouvir as coisas que aqui se dizem. A Internet permite-o e o cidadão aproveita, sem ter de prestar contas a quem quer que seja.

Todos nós que estamos nesta mesa, e qualquer outra pessoa, relacionamo-nos com o mundo de forma diferente daquela com que nos relacionávamos há vinte anos. Reservar um bilhete para o cinema, para o teatro ou um quarto num hotel, comprar um livro na Amazon, ler um jornal, acompanhar a evolução académica dos nossos filhos através, do Rayuela, comprar as cápsulas de café Nespresso, etc., etc.. “Tudo isto se faz agora com um clique, o que há vinte anos era impensável”. É verdade que há quem continue a fazer as coisas como antigamente, mas são cada vez são mais os cidadãos que apanham o comboio da alfabetização digital. Todos eles podem confirmar que a realidade quotidiana já não é só física mas também digital. As empresas que fomentam ou trabalham directamente com as novas tecnologias asseguram um êxito maior do que aquelas que se recusam a inovar. “A transmissão e produção do conhecimento far-se-á cada vez mais na Web, sem qualquer dúvida”. Hoje em dia, 11 milhões de cidadãos usam a Internet. Ocupamos a 15ª posição, em termos de utilização da Internet dentro da União Europeia. Desses 11 milhões, 75% utilizam a Internet como fonte de lazer. Primeira conclusão: “perseguir quem entra em páginas relacionadas com o lazer é não contribuir para os interesses do nosso país”, e fazer com que os empresários se retirem dessas tecnologias. Quando os jovens entram na Internet, embora o façam só para consumir produtos de lazer, este facto está a contribuir para a sua alfabetização futura.

As alterações tecnológicas implicaram, desde sempre, transtornos na produção de bens e serviços. “Não houve nenhuma alteração tecnológica que não tenha trazido perdas e ganhos”. Quando foi criado o computador pessoal, quem fabricava máquinas de escrever eléctricas questionou-se sobre o mesmo que algumas pessoas nesta mesa: o que vai ser de mim? Temos pena, mas as máquinas de escrever eléctricas já não se usam. E, de igual modo, poderíamos dar dezenas de exemplos semelhantes. A Internet é a alteração tecnológica na indústria do lazer.

Quem lucra com esta alteração são, antes de mais, os cidadãos. Há alguns anos, só para dar um exemplo, não podíamos sequer sonhar com a possibilidade de poder aceder a um catálogo universal de música. Não só podemos descarregar *ilegalmente* o CD do nosso cantor preferido, como podemos comprar legalmente por menos de um euro a canção do nosso artista favorito. Além disso, podemos ouvir em linha a canção ou o CD de qualquer artista que queiramos. Esta nova forma de acesso à cultura é uma melhoria substancial para o ser humano.

No reverso de tudo isto está uma elite cultural que pretende proteger os seus direitos através da SGAE. 600 artistas arrecadam 75% dos pagamentos por direito de cópia. “Entre o acesso universal e os interesses de uma minoria elitista e cultural, um social-democrata como eu não pode, senão, assumir, com orgulho, que defende a opção de as pessoas acederem universalmente ao acto de criação mais genuíno do ser humano, que é a música”.

“Quem perde? As empresas discográficas, as lojas de discos. As lojas físicas estão praticamente em vias de extinção”. Em qualquer alteração tecnológica, há perdas mas também há ganhos: as vendas em linha em Espanha passaram de 1,4 milhões de euros, em 2004, para 19,8 milhões de euros, em 2008. Até empresas de lazer que não querem ficar para trás, como a Warner, assinaram com os seus artistas exclusivos um contrato, intitulado *360 graus*, em que o artista não só é pago pelas vendas mas também por todas as actividades digitais geradas pela promoção da sua imagem na Web. A Amazon (catálogo em linha), a Spotify (conta *premium*),

a iTunes (música em linha), etc. são alguns dos muitos e crescentes exemplos desta tendência para transformar a alteração tecnológica numa oportunidade.

Em 2005, o negócio da música gerou 550 milhões de euros, a maioria dos quais obtidos, não através dos concertos mas da venda de discos. Em 2009, os lucros mantêm-se (cerca de 600 milhões), mas através dos concertos ao vivo e não dos discos (exceptuando a ligeira subida do mercado da música através da Internet). “Isto demonstra que um mercado da música sem leis que penalizem os descarregamentos é absolutamente rentável” se nos dispusermos a compreender o momento em que estamos.

E os artistas? Para defender a criatividade, será preciso perseguir quem descarrega música? Embora se vede à maioria o acesso a esta cultura universal, dizem os defensores da proibição: fazêmo-lo para que, no futuro, haja música e para que, no futuro, haja criadores. “Se não se proteger os grandes artistas, dizem, ninguém vai querer dedicar-se a cantar”. Mas isso é absolutamente falso. A Academia das Ciências dos Estados Unidos confirma-o nos seus relatórios desde 2005.

“Há uma certa forma de negócio que está a acabar e, das duas uma, ou nos adaptamos às novas tecnologias, à nova situação, ou ficamos para trás”. Há sangue novo a entrar no comboio desta alteração e a melhorar os seus negócios. “O argumento de que uma menor protecção do *copyright* é igual a uma menor produção artística é falso”. A realidade desmente-o; cada vez há mais criadores. Há mais música no mundo do que nunca. Aqueles 600 artistas que arrecadam 75% dos pagamentos por direitos de autor, através da SGAE, são precisamente os que não precisam dessa protecção. Podiam oferecer a sua música e continuariam a ganhar fortunas. Para o mega-artista, o direito de autor não significa nada. E o artista que ninguém ouve, quem é que vai piratear? Pelo contrário, até lhe interessa que o pirateiem, para se dar a conhecer. Ninguém vai pagar 20 euros por um artista que mal conhece. No entanto, se o partilhar com outras pessoas, a rede social que daí advém, acabará por fazer com que os jovens assistam a um concerto seu. Portanto, “de que é que estamos a falar? Quem é que queremos proteger nesta situação?”

Se eu tivesse uma solução, “já a teria vendido à SGAE, já a teria patenteado e ganhava a vida com isso”. (risos na assistência). A nova lei aprovada pelo governo “favorece os mega-artistas, as grandes empresas discográficas e prejudica a cidadania”. “Apoiar a liberdade e a neutralidade na Web é apostar na geração de uma quantidade de criações artísticas, que podem ser contempladas por uma grande quantidade de pessoas”. A rapidez com que avançam as novas tecnologias torna difícil encontrar fórmulas milagrosas que permitam soluções ideais. Só nos resta “reinventar os direitos de autor na tecnologia digital”.

Finda a intervenção de Rodríguez Ibarra, dá-se início ao debate. É Eduardo Bautista quem toma a palavra. Em primeiro lugar, começa por lamentar que Ibarra tenha ocupado demasiado tempo para desenvolver a sua intervenção, não respeitando, assim, os minutos estipulados para cada orador. Em seguida, Bautista responde ao ex-presidente da Junta que os números que apresenta são de uma credibilidade duvidosa e que alguns dos seus argumentos são claramente demagógicos, insistindo que estes devem ser sempre debatidos na tentativa de chegar a um terreno comum, com regras partilhadas, se é que queremos chegar a uma solução.

“Não são 600 mas 38 000 os sócios que recebem receitas da sociedade de autores”, nas últimas contas de 2009. Quanto aos modelos de negócio terem mudado, ninguém duvida disso. “Mas, neste caso, não estamos a falar de uma alteração de modelo de negócio mas de uma alteração do modelo de gestão”. Nesta questão, nada mudou. Anteriormente, os produtos eram físicos, agora estão digitalizados, “vivem na noosfera, sob a forma de zeros e uns”, mas continuam a ser elementos distinguíveis” e com uma relação com o seu criador. É preciso reconhecer a contribuição cívica dos autores e “o que faz falta é discutir como se remunera isso sem contrariar outros direitos reconhecidos”.

Os direitos de autor nascem com a Revolução Francesa. No artigo 27.º da Declaração de Direitos Humanos, lê-se: “todos os cidadãos têm direito a fruir a cultura e todos os criadores têm direito a que se lhes reconheça a sua autoria”. O acesso e fruição da cultura não têm necessariamente de

ser livres porque não são gratuitos. Se o que se propõe é um acesso livre, tem de se incluir os criadores nas listas da Segurança Social e nos Orçamentos Gerais do Estado. Existe uma cadeia de valor acrescentado e o elo principal é a contribuição do criador.

Por último, “a Internet não é livre nem gratuita; isso não é verdade. Todos temos de pagar por uma linha de largura de cabo”. É preciso pagar a electricidade, comprar um computador, comprar periféricos. Em suma, não é gratuita. Todos nós pagamos para ter acesso à Internet. No entanto, o produto que se desmaterializa, que é intangível, esse pode ser descarregado sem custos. Por que é que o criador não tem qualquer direito e o construtor tem? “Um expressa-se com um material e o outro com outro”.

Juan Carlos Rodríguez Ibarra, por alusões, exerce o seu direito de contra-resposta. O cidadão –argumenta Ibarra– tem de ir a uma loja, comprar uma caixa de plástico e um disco, e isso não tem nada a ver com o criador mas com a indústria do século XX, que a alteração tecnológica está a arrasar e à qual nos temos de adaptar para sobreviver e inovar. A SGAE comporta-se como se vivesse ainda no século do CD, é um grémio do século XX e comporta-se como tal. “Você representa os criadores do século XX, eu falo dos criadores do século XXI, que me dizem que eu lhe vendo a si a minha criação cultural sem que você tenha de ir à loja, nem comprar plástico, nem nada”. A cultura do século XXI já não precisa de formato. “E ou você compreende isto (referindo-se a Eduardo Bautista), ou fica como o da máquina de escrever”.

Segundo esclarecimento: “eu não disse que os sócios da SGAE são 600, o que digo é que são 600 os que arrecadam 75% dos direitos de cópia, o que não é o mesmo... e isso está publicado por vocês”. Terceiro: a Internet é um espaço “quase gratuito”, e “esse *quase* multiplicado por milhões é o que gera negócio na Web”. Já ninguém compra um CD numa loja física quando pode comprar canções individuais da sua preferência por menos de um euro. E, por último: os senhores têm de perceber (referindo-se à SGAE) que o modelo de negócio mudou. Os senhores gastam milhões a tentar controlar as pessoas que descarregam música através da Web, mas essas

peçoas ganham muitos outros milhões numa só noite a trabalhar por amor à arte a furar-vos a rede. “Não conheço nenhum juiz em Espanha que tenha condenado alguém por descarregar algo (ilegal) de uma página. Os senhores devem reflectir seriamente sobre isto”. “A natureza da Internet é ser livre”. Quem pretender controlá-la será responsável pelo progresso e pelo futuro deste país.

Um dos assistentes faz notar a Eduardo Bautista que muitos músicos espanhóis sobrevivem sem ter nada a ver com a SGAE, publicando eles próprios a sua música na Web. Para muitos autores, a SGAE deve desaparecer. Há até grupos de cidadãos que se juntam na Web contra os senhores (EXGAE). Se as entidades de gestão são assim tão importantes, como é que explica que haja tantos músicos que dispensam a SGAE, ganhando a vida por sua própria conta? Bautista, por sua vez, congratula-se com o facto de existirem músicos que vivem da sua música à margem da SGAE. Ninguém é obrigado a inscrever-se na SGAE. A SGAE agrupa milhares de músicos para lutar pela defesa dos seus direitos em conjunto, algo que cada um por si não poderia fazer.

Outro assistente recupera a ideia de António Fidalgo, segundo a qual “partilhar a cultura cria comunidade”. Se partilharmos mais, criaremos uma comunidade mais forte. Por seu lado, Fidalgo sublinha que já não podemos continuar a sustentar o conceito clássico de propriedade (apesar de, no início, ter sido criado para proteger os utilizadores), porque uma música em mp3 não é um objecto físico, como uma casa ou um carro. O autor tem de ter a noção de que cria um produto, vende-o e depois já não é seu nem da empresa discográfica. A propriedade fica para a comunidade a difundir livremente e partilhá-la na Web. A obra torna-se num empréstimo.

Rui Negrão, em resposta a Fidalgo, destaca também a ideia de que todos os envolvidos devem adaptar-se a esta nova forma de mercado. Os utilizadores não são culpados desta situação e os autores podem viver de outra forma, sem necessidade das entidades de gestão nem da venda de discos, através dos concertos, por exemplo. Pois bem, a figura do autor não deverá ser abolida mas diversificada no seu sentido e significado.

Um assistente levanta um outro tema de reflexão: o utilizador paga, e paga por tudo, não só pelos direitos de propriedade. Talvez a SGAE devesse pressionar as companhias eléctricas, por exemplo, para que canalizem as suas taxas para os autores. Será que não estamos a pagar à pessoa errada? Rodríguez Ibarra refere que quando se consome água, estamos a retirar à companhia uma certa quantidade de água. Faz sentido que isso seja pago. Algo muito diferente é o serviço de banda larga. O que nos oferecem? Nada, *a priori*. E, ainda por cima, querem agora cobrar por conteúdos que não lhes pertencem. Não há dúvida de que estamos a pagar por coisas que não deveríamos pagar. No entanto, este assunto não impede o debate de que se ocupa este fórum. Se reflectirmos sobre a percentagem que fica para o autor, vemos que é uma miséria em relação ao que ganham as empresas discográficas ou as lojas. Deveria existir uma sociedade de gestão que não se baseasse no formato para defender o direito dos criadores. “Como é que é possível, Tedi (referência a Eduardo Bautista), que tenham chegado a este ponto e não percebam isto! Que não conseguissem entender isto há cinco ou dez anos, compreendia-se. Mas continuar na mesma passados dez anos... e com toda a gente a atirar-se a vocês”. “O maior pecado da SGAE foi o de nos privar de referências culturais em Espanha”. “Defendam os criadores com uma tecnologia que já não precise do formato. Repensem o vosso papel”.

Eduardo Bautista esclarece que representa os criadores que integram a SGAE, e estes têm consciência desta alteração tecnológica. Os criadores são internautas. Não há nenhum conflito entre criadores e internautas. A SGAE não está presa ao passado. Também trabalhamos com licenças não proprietárias. “Não somos das cavernas”. Simplesmente, queremos que os autores tenham o que merecem.

Um assistente refere que a comparação feita por Bautista entre os sindicatos e a SGAE como defensores das liberdades e direitos, pode voltar-se contra eles, pois os sindicatos passaram de representantes dos trabalhadores a um grupo alheio às exigências e necessidades dos trabalhadores. E também a SGAE corre o perigo de se transformar num “lobby”.

Os oradores fazem uma última reflexão à laia de epílogo do debate. Rui Negrão insiste numa realidade que é preciso ter em conta: o autor recebe uma parte muito reduzida dos lucros gerados pela sua obra. António Fidalgo declara: sim ao *copyright* mas sem posições extremas. Eduardo Bautista faz menção a trabalhos académicos em matéria internacional que estabelecem o valor acrescentado e o lucro que os produtos culturais devem ter neste novo contexto de negócio. A SGAE não improvisa, baseia-se em estudos sérios quando elabora as suas propostas de solução. Por último, Rodríguez Ibarra insiste que o sistema actual não favorece o criador, o que exige uma revisão urgente do conceito de propriedade intelectual, não ligado já ao formato. Neste novo modelo, é o criador quem deve ganhar; são os intermediários quem deve perder ou procurar outras formas de negócio. Viver dos direitos de cópia é coisa do passado. A missão da cidadania é exigir que qualquer acordo nesta matéria respeite a essência da Internet: a sua liberdade. “Se a Internet não for livre, deixa de fazer sentido”. Os especialistas, por sua vez, têm de reconhecer que estamos na pré-história da alteração tecnológica e antecipar-se na medida do possível.

QUADRO LEGAL ACTUAL E FUTURAS REGULAÇÕES

Integram a mesa de debate Rafael Sánchez Aristi (professor titular de Direito Civil da Universidade Rei Juan Carlos), Isabel Fortuna (advogada e docente da Universidade de Aveiro), Javier de la Cueva (advogado especializado em propriedade intelectual) e Carlos Madureira (advogado da Sociedade Portuguesa de Autores).

O debate é iniciado por Isabel Fortuna, reconhecendo a complexidade do tema da propriedade intelectual num quadro jurídico, pois aplica-se a uma infinidade de conteúdos, não só os digitais. A aplicação jurídica varia segundo o conteúdo ou formato e depende de factores, como a dificuldade de cópia, o interesse social, a procura comercial, etc.. No entanto, há que reconhecer que só há alguns anos se começou a aplicar direitos de autor

a um bem (suporte) não material, e nunca tinha existido uma pressão social tão forte a esse respeito. A “desmaterialização dos direitos de autor” é semelhante à que se verifica nas marcas comerciais. Uma marca não é um produto mas tornou-se num acessório indispensável para aumentar as receitas, pela compra dos produtos a ela associados.

No contexto das obras musicais, os direitos de autor nasceram inicialmente para assegurar que o autor recebia compensações pela sua obra. Porém, isto foi-se complicando com o tempo. Existem problemas de tutela, de controlo (ou não) da responsabilidade civil pelos direitos de autor. A pressão social, no sentido da despenalização das infracções é muito forte. De igual modo, a internacionalização do problema obriga a repensar a lei que devemos aplicar; existe uma disparidade legislativa enorme entre diferentes países. Por isso, surgiu a necessidade de criar um quadro legal internacional, europeu. O núcleo do debate centra-se na procura de um acordo jurídico sobre o que é “cópia privada”. A directiva de 2004 parece defini-la como “reprodução” sujeita a uma utilização privada, sem possibilidade de ser partilhada, mas não é clara. O “caos conceptual” é, hoje em dia, algo que ocupa os debates jurídicos internacionais, dilatado pelas lacunas legislativas. Qual é o nosso direito sobre a cópia privada? O futuro que se avizinha será ainda mais complexo porque surgirão diferentes tipos de obras sem formato físico, o que vai tornar necessário estabelecer categorias de direito de autor adaptadas.

Segue-se na mesa-redonda Javier de la Cueva. Existem dois países em que não se paga pela propriedade intelectual, os Estados Unidos e o Reino Unido. Todos os outros o fazem. A propriedade intelectual representa 15 a 20% do PIB norte-americano. A propriedade intelectual é-nos imposta, não é um acordo democrático, através de tratados internacionais que implicam a adesão de cada país a determinadas normas. Se determinado país não o assinar, ficará sem a tecnologia de ponta de que necessita para inovar e estar entre os grandes (Organização Mundial do Comércio). Conclusão: não estamos a falar nem de direitos nem de autores, estamos a falar de dinheiro. Os Estados Unidos impuseram o segredo com o acordo ACTA (Anti-

Counterfeiting Trade Agreement). Isto é democracia? O acordo ACTA penaliza o utilizador que descarrega conteúdos com interesse económico directo ou indirecto. Esta medida não existe noutros sectores industriais, só na propriedade intelectual. No entanto, existe um novo agente no panorama dos direitos de propriedade: o cidadão, que pode defender-se, recorrendo a instâncias superiores, de tentativas de criminalização.

E depois há os programadores, que concebem programas como o Emule, que fazem coisas como o OpenSSH server, um sistema de encriptação de transmissões, ou codificam o OpenVPN, redes privadas virtuais. Geram os programas e também as protecções privadas. Estes programadores configuram-se como legisladores negativos da Sociologia do Direito. Ninguém sabe o que circula por estas conexões encriptadas. Face a esta situação, o ordenamento jurídico nada pode fazer. Através da aplicação informática consegue-se pressupostos de modificação das normas jurídicas. “Estamos nas mãos dos engenheiros” que, aliás, são autores com obras protegidas pela mesma legislação de quem cria obras culturais. O legislador está de mãos atadas. Tenta legislar e, dois minutos, depois um engenheiro informático cria um código que viola a lei.

Um tema interessante em relação à propriedade intelectual, quando se trata de determinar excepções, é o caso das Universidades. Por exemplo, em Portugal as Universidades gozam de um grande número de excepções, com base no pressuposto de que o que se está ali a fazer é partilhar e aprender uns com os outros. Os professores da Universidade de Valência, Javier Orduña e Javier Plaza, propõem quatro alterações:

- estipular que os actos de reprodução em centros educativos (colégios, bibliotecas, Universidades) sejam legítimos;
- que a citação seja também introduzida como utilização livre no âmbito de obras académicas;
- que, para consultar uma bibliografia, não seja necessário entrar numa rede interna, mas que seja possível aceder (com palavra-chave e nome de utilizador privados) às respectivas obras, a partir de qualquer lugar;

- que o material publicitário criado por instituições culturais, tais como museus, esteja isento do pagamento de direitos;
- que as instituições públicas (festas, actos oficiais, celebrações religiosas, etc.) que realizam eventos gratuitos não sejam obrigadas a contactar o autor para solicitar a sua autorização.

Como epílogo, de la Cueva reitera o seu cepticismo em matéria de direitos de autor sobre conteúdos em formato não físico, e insta as instituições políticas a serem sensíveis à necessidade da liberdade para ampliar a nossa cultura.

Após a intervenção de Javier de la Cueva, Carlos Madureira dá início à sua exposição, reconhecendo que tem mais perguntas do que respostas. As sociedades de gestão colectiva em Portugal nasceram para proteger os direitos dos criadores, mas a longo prazo isto teria uma repercussão negativa para os utilizadores dos produtos de consumo digitais. Quando as obras eram físicas, os direitos de autor eram tratados a nível nacional, através das sociedades de autores de cada país. As Novas Tecnologias alteraram este panorama; o princípio de territorialidade alterou-se, assim como o próprio conceito de “autorização”. As limitações têm lugar dentro do conjunto das obras, mas não em termos de territorialidade. Não existem contratos de gestão recíproca de conjuntos de obras entre sociedades de autores. É uma oportunidade para estas sociedades que o conjunto das obras não se dissemine entre elas. O futuro desejável seria criar uma centralização da autoridade em matéria de autorizações de direitos. As empresas recorreriam a essa autoridade, pagariam aos autores e mais nada.

Por sua vez, Rafael Sánchez Aristi iniciou a sua intervenção destacando que o grande salto tecnológico não tem sido acompanhado pelo esperado salto no plano jurídico. Existe uma migração tecnológica por parte do utilizador, mas não existe migração legal. Neste novo contexto, acede-se aos bens digitais mais facilmente e sem controlo. É preciso deixar claro, deixando de lado alguns discursos enganadores, maximalistas ou demagógicos que se ouviram durante a conferência, que a forma de acesso

mudou, mas não as obras ou conteúdos. A música que antes ouvíamos num CD é a mesma que agora se ouve num iPod. Os autores “continuam a ser proprietários e titulares de um bem que continua a ser utilizado como há dez ou quinze anos”. A propriedade intelectual é uma propriedade especial, diferente da das laranjas ou da da electricidade. “Para o titular da propriedade intelectual não há um valor de utilização, há um valor de exploração e isso exige esse tipo de controlo”. Este tipo de propriedade não é novo; já se verificava antes com a utilização, por exemplo, de uma obra teatral para a sua representação particular. A propriedade intelectual, de facto, é uma grande sobrevivente às alterações tecnológicas (cinema, rádio, televisão, etc.) que foram ocorrendo ao longo da história da nossa cultura. Agora também está a adaptar-se ao novo panorama trazido pelo aparecimento da Internet.

Não se podem aplicar com leviandade certas palavras que ouvimos durante a conferência, tais como “partilhar”, “liberdade”, “acesso”, “democratização”, etc.. No plano jurídico, os conceitos são diferentes: “propriedade”, “restrição”, “controlo”. Todas as empresas, sejam culturais ou de outro tipo, procuram benefícios. Não podem ser tratadas de maneira diferente; temos de ser isentos ao abordar o tema dos direitos de propriedade intelectual. Em ambos os lados há interesses e altruísmo.

“Partilha-se o que se tem, não o que não se tem”. Só o titular pode emprestar a propriedade intelectual. Posso emprestar um CD ou um livro mas não a propriedade intelectual. Não se controla o empréstimo entre particulares, só o empréstimo público e de forma limitada.

Quanto ao quadro legal actual, passou-se de uma atenção centrada na propriedade intelectual, ou nos direitos de autor, para a “sociedade da informação e da comunicação”. Actualmente, é quase impossível falar da regulação da propriedade intelectual na Internet se não tivermos em conta este novo tipo de considerações, baseado no papel desempenhado pelos prestadores de serviços, os intermediários (companhias telefónicas, fornecedores de dados ou de pesquisas, etc.), enquanto colaboradores na investigação de infracções. Isto fez com que nos tenhamos centrado mais

num outro tipo de leis, como o da Conservação de Dados nas comunicações electrónicas. O problema central é sempre o anonimato que encobre quem infringe as leis de propriedade intelectual. As leis de protecção de dados dificultam o acesso aos infractores.

Outra questão problemática é a dualidade entre normas nacionais e supranacionais. As normativas supranacionais costumam ter uma formulação ampla e ambígua. Os tribunais nacionais, ao interpretar uma norma própria, estabelecem um contraste com a norma superior e colocam a dúvida sobre se a norma nacional respeita a norma supranacional.

Os acordos sobre propriedade intelectual a nível internacional estão obsoletos há dez anos, como o tratado do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), de 1994, ou da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), de 1996, que rapidamente ficaram para trás em relação aos novos desafios trazidos pela Internet (redes de intercâmbio, conteúdos criados por utilizadores, digitalização maciça de obras, etc.). Tudo isto tem de ser actualizado. O ideal seria que isso fosse feito pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual, se não fosse tão ineficaz devido à própria mecânica de funcionamento e à diversidade de pontos de vista consoante o país membro. A esperança é que a União Europeia tome as rédeas do problema, e participe, como parece que está actualmente a fazer, em temas como o das obras órfãs. Se não fizermos nada, tratados como o ACTA serão reforçados, impedindo que o modelo europeu tome forma e substância.

O quadro de regulação deve reflectir o equilíbrio entre os interesses dos titulares (autores) e os do público ou destinatário desses conteúdos. Hoje em dia, esse equilíbrio não existe. Um sintoma disto é que ninguém está contente com a situação actual. Os titulares consideram que não estão suficientemente protegidos e os utilizadores julgam o contrário. Algo está a falhar num sistema legal em que as duas partes entendem que o equilíbrio está mal ponderado. É preciso introduzir válvulas que controlem o prazo de duração da lei, que tende a alongar-se excessivamente, e trabalhar com um sistema de limites fechado (como até agora), mas que proporcione

realmente instrumentos judiciais eficazes aos titulares. Em todo o caso, a serenidade e o equilíbrio devem prevalecer sobre as posições que radicalizam este debate.

Um dos assistentes perguntou a Javier de la Cueva se existem doutrinas fixas no plano judicial que regulem a Internet, como, por exemplo, os *downloads*. Será que é o Supremo Tribunal que continua a tratar destes assuntos, enquanto espera por um acordo definitivo? Por agora, não há casos que tenham chegado ao Supremo Tribunal. Só o famoso caso da demanda interposta, em 2009, pelas quatro grandes multinacionais do cinema contra o criador de *software* Pablo Soto, que seguramente chegará ao Supremo Tribunal. Mas trata-se de um criador de *software*, não de um utilizador. Por agora, o utilizador é intocável em Espanha, a não ser –como indica Andy Ramos– que haja indícios de delitos, como a posse e troca de material pornográfico infantil na Web.

Em resposta à reflexão de um dos assistentes, Javier de la Cueva salienta a questão dos interesses dos lobbies e o novo “negócio da antipirataria”, que começa a ter uma importância económica capital. É do interesse deste negócio que o debate se prolongue sem chegar a soluções definitivas. Um exemplo clássico é o caso da taxa por cópia privada. Nos anos sessenta, isto foi resolvido fazendo com que sejam os que mais lucram (os fabricantes de equipamentos e materiais) a pagar, e não os prejudicados (autores e titulares dos direitos). Os autores, através das sociedades de gestão, receberão a sua retribuição através desta taxa. Actualmente, a situação é diferente. Com a antipirataria quem está a lucrar são os gabinetes de advogados, os criadores de *software* antipirataria, os peritos judiciais, em suma todos aqueles que fazem lobby, e a quem não interessa que se altere o actual estado de coisas. O ideal seria, como nos anos sessenta, fazer com que pague quem lucra, as grandes companhias telefónicas, evitando que os titulares de direitos e os autores saiam novamente prejudicados. Mas “quem consegue controlar a Telefónica?”

Carlos Madureira, na esteira da reflexão de Javier de la Cueva, apresenta outra solução: favorecer a tendência para uma licença única em

que os utilizadores, em troca de um acesso rápido, paguem os direitos de autor correspondentes. Por sua vez, Isabel Fortuna concluiu a sessão fazendo notar que as personalidades nacionais que compõem o cartaz de *Ágora, el debate peninsular* representam muito bem o binómio que esteve em causa durante toda a conferência relativamente aos direitos de autor. O toiro de Osborne tem direitos de autoria, mas não o galo de Barcelos.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Para encerrar a sessão, contámos com a presença de Raúl Rodríguez Porras, Secretário da Comissão de Propriedade Intelectual do Ministério da Cultura e Turismo espanhol. Começou por declarar a sua convicção de que a Internet e a propriedade intelectual são e devem ser compatíveis. A Internet é um suporte necessário para inúmeras actividades que revelam não só o direito democrático de livre expressão, mas também o direito do autor. Este novo suporte exige que se actualizem os modelos de negócio e se repense o próprio conceito de “propriedade intelectual”. Mas isto não se pode fazer sem se perceber que deve existir a premissa do justo equilíbrio entre os direitos dos utilizadores e os dos autores.

Um desafio importante de adaptação da propriedade intelectual ao novo contexto da Internet é a criação de um quadro regulador adequado. Do ponto de vista europeu, Espanha e Portugal assumem o compromisso de apoiar os objectivos definidos na agenda comunitária, com vista a criar um “mercado digital único” (fruto dos acordos da Declaração de Granada, em Abril de 2010). Muitos estudos preliminares a esta agenda “determinaram a propriedade intelectual como um obstáculo à consecução desse mercado digital único e o desenvolvimento propriamente dito da integração comunitária”. Fazer parte deste novo mercado é uma condição necessária para garantir o progresso económico da Europa e a competitividade com mercados já consolidados neste terreno, como o Japão ou os Estados Unidos.

Na agenda comunitária estão já sobre a mesa acções aprovadas, como o estabelecimento de um novo modelo de negócio através de super-portais, uma oferta digital adequada e de qualidade e uma transformação na fragmentação dos mercados (permitindo que todas as lojas em linha possam comercializar em toda a União Europeia). Da mesma forma, existe um compromisso para impulsionar a digitalização de conteúdos através da Europeia ou Biblioteca Pública Digital, que tentaria resolver o problema actual que existe com as obras órfãs. Como é lógico, todas estas acções serão acompanhadas do respectivo apoio jurídico.

Todas estas acções devem ter uma tutela (controlo) adequada dos direitos de propriedade intelectual, de modo a evitar a sua violação. Como prova desta vontade está a recente resolução europeia que protege os direitos de propriedade intelectual através de um plano contra a falsificação e a pirataria.

Para Espanha e Portugal, medidas como estas significam proteger um mercado em ascensão. Em Portugal, os produtos culturais representam 3% do PIB e geram cerca de 130 000 empregos. Em Espanha, representam 4% do PIB e dão trabalho a mais de meio milhão de cidadãos.

O Ministério da Cultura trabalha a curto e médio prazo na adaptação deste quadro regulador em torno de três eixos principais:

- Uma via administrativa que actue contra as actividades violadoras da propriedade intelectual. Esta medida não afecta os utilizadores da Internet nem páginas Web que contenham conteúdos licenciados.
- Impulsionar uma oferta digital legal de conteúdos de alta qualidade, através da Red.es ou da Associação Espanhola de Criadores e Indústrias de Conteúdos Digitais. Propõe-se a criação de um super-portal, de conteúdos culturais digitais, e a criação de um selo de qualidade que identifique os portais de conteúdos legais.
- Acções de educação e sensibilização social em coordenação com os Ministérios regionais da Educação e demais instituições educativas de todas as Comunidades Autónomas.

Não se deixam de lado outros assuntos igualmente relevantes, como o das licenças abertas ou semiabertos (Copyleft), tendo em conta que os titulares devem ter controlo sobre as suas próprias obras. A nível internacional (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), não há, para já, medidas a curto prazo.

Terminada a sua intervenção, Raúl Rodríguez Porras deu por encerrada a sessão. ❖

GANHA A BANCA? DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA TEMPESTADE FINANCEIRA

FRANCISCO BARCIA

Directores

HELENA GARRIDO

JUAN FERRARI

“**G**anha a banca?” Os organizadores de *Ágora* apresentaram uma questão, à qual os participantes da conferência responderam sem hesitar: sim, ganha. Ganhou, está a ganhar e ganhará. Aliás, é bom que isso aconteça porque, se perde, como se repetiu nas duas sessões do seminário, perdemos todos, dada a importância do sector para a actividade económica. Pois bem, o debate deixou-nos uma reflexão inquietante: se os governos, os bancos, os reguladores e os supervisores não aprenderem a lição desta grave e traumática crise económica, provocada –convém não esquecer– pelos erros e excessos do sector financeiro, corremos o risco de tudo voltar a ser como antes. Estaríamos perante uma vitória incondicional da banca face ao poder político e aos cidadãos, um cenário que ninguém deseja.

Helena Garrido, directora-adjunta do *Jornal de Negócios*, de Lisboa, e Juan Ferrari, cronista de opinião do *Cinco Días*, de Madrid, dirigiram uma conferência que sentou na mesma mesa representantes de entidades financeiras espanholas e portuguesas, utilizadores da banca (particulares e empresas), destacados economistas, alguns dos quais desempenharam altas funções nos governos e nos bancos centrais dos dois países, e jornalistas. O propósito de *Ágora* era debater o papel dos bancos e saber como reagiram às turbulências; reflectir sobre as causas e os efeitos da

crise económica; encontrar saídas para a difícil situação que Espanha e Portugal atravessam; analisar as oportunidades e os desafios com que se deparam os grupos bancários e as empresas; e examinar a relação entre o poder político e o financeiro. No fundo, como assinalou no início da conferência Ignacio Sánchez Amor, director de *Ágora*, o grande objectivo era romper o silêncio, uma afonia em que se refugiaram os banqueiros depois de tantos anos de loquacidade e protagonismo excessivo, alguns comportamentos alheios ao seu perfil tradicional de sobriedade e discrição.

Antes de descrever cada uma das intervenções, apresento-vos as grandes conclusões deixadas por esta conferência, celebrada em Badajoz:

- Nada voltará a ser como antes de 2007, quando rebentou o escândalo do crédito *subprime* nos EUA. Estamos perante a crise económica e financeira mais grave de todos os tempos. Acabou-se o ciclo do dinheiro fácil e barato.
- Os bancos cometeram erros e excessos que não foram devidamente ponderados pelos governos, pelos reguladores e supervisores. As empresas de auditoria e as agências de qualificação de risco não ficaram bem na fotografia da crise.
- A banca está mergulhada numa profunda redefinição da sua estratégia. Tem por diante alguns anos de reestruturação difícil e complexa, um processo que as caixas espanholas já iniciaram, entre elas, as da Extremadura. O sector deve reformular o seu negócio e voltar a ser mais conservador na avaliação do risco, reduzindo, ao mesmo tempo, a sua exposição à construção e ao sector imobiliário. Os especialistas defendem o regresso ao negócio tradicional.
- É necessário melhorar o quadro regulador do sector financeiro. Pede-se mais transparência às entidades e mais protecção para os consumidores. Existe o risco de se alterarem algumas normas, para que tudo continue como antes e de que, uma vez recuperada a economia, a reforma do quadro regulador deixe de ser uma prioridade e fique esquecido.

- A falta de liquidez restringiu o acesso ao crédito, um problema que afecta gravemente as empresas, sobretudo as de pequena dimensão. Os Estados têm de pagar mais para se financiar nos mercados internacionais e enfrentam mais dificuldades.
- Num mundo globalizado como o actual, os Estados são cada vez mais vulneráveis, como se viu nos casos da Islândia e da Irlanda, cujas economias se desmoronaram devido ao colapso do sector financeiro. O poder político perdeu relevância em detrimento do poder económico.
- A estratégia seguida pela União Europeia (UE) merece duras críticas. Faz falta mais determinação para defender o modelo europeu, baseado no Estado do bem-estar, face ao norte-americano e ao asiático. A Europa progrediu muito nos aspectos comerciais e financeiros mas deveria ir mais além na união política. Parece que anda sem rumo, errática.
- As bancas de Espanha e de Portugal resistiram bem à crise internacional. O atraso de pagamento dos créditos concedidos às famílias e às empresas subiu nos dois países, mas mantêm-se em níveis relativamente baixos.
- A política prudente do Banco de Espanha e do Banco de Portugal, preocupados com o risco e a insistência nas provisões, salvou os dois países de uma crise mais grave. Durante anos, os parceiros europeus, os analistas e a imprensa criticaram-nos pelo seu conservadorismo. Afinal, o tempo deu-lhes razão.
- A crise internacional, iniciada em 2007, foi primeiro financeira e só depois passou para a economia real. Em Espanha e em Portugal traduziu-se em mais desemprego, problemas com o défice público, cortes salariais e aumentos de impostos. Espanha tem de digerir, além disso, a queda do sector da construção. Portugal, pelo contrário, não sofreu uma bolha imobiliária. Os dois governos devem acertar as suas contas públicas.

- É alarmante o grau de desconhecimento dos espanhóis e dos portugueses sobre os produtos financeiros mais básicos, como as hipotecas, os empréstimos pessoais ou os cartões de crédito. Muitas pessoas assinam documentos sem conhecer os riscos que implicam esses contratos. É preciso mais formação e pedagogia.
- Os dois países ibéricos terão mais vantagens se procurarem soluções comuns e trabalharem juntos no mercado globalizado.
- A banca espanhola conta com uma presença importante em Portugal. A sua cota de mercado ronda os 15%. A representação dos bancos portugueses em Espanha é modesta e não ultrapassa 1%. Há potencial para crescer.
- Não se pode falar plenamente de um mercado bancário ibérico. Persistem obstáculos legais e fiscais que fazem com que as práticas bancárias sejam diferentes.

Passamos agora às intervenções da conferência. Agrupei os temas em seis grandes conjuntos: Extremadura; a relação entre a banca e os utilizadores; a presença dos grupos financeiros espanhóis em Portugal e vice-versa; a comparação entre ambas as economias e a crise que as afectou; a banca e o poder e quem manda realmente; e as transformações que é preciso fazer no sector como consequência da tempestade financeira. Desta forma, a crónica iniciará a sua viagem na região que acolhe *Ágora*, percorrerá a Península Ibérica e acabará com os temas globais. Começamos, pois, pela Extremadura.

O FUTURO DAS CAIXAS EXTREMENHAS

A conferência teve início com dois dirigentes da Caja Extremadura e da Caja Badajoz, que explicaram o contexto em que se move o sector, a estratégia das suas entidades face à crise e a decisão de formar parte, em casos separados, de um Sistema Institucional de Protecção (SIP), também

denominado fusão fria. Este processo de concentração é um mecanismo de apoio e de defesa mútuos entre as entidades integrantes, cujo objectivo é garantir a liquidez e a solvência dos membros, permitindo, ao mesmo tempo, manter a sua entidade e a sua personalidade jurídica. Não é uma fusão pura no sentido mercantil, em que desaparecem as empresas e se cria uma nova. Pelo contrário, as entidades subsistem, mantêm a sua personalidade jurídica e o seu funcionamento. Numerosas caixas optaram por esta via, sem perder nem a sua marca nem o seu vínculo aos seus territórios.

Miguel Ángel García, sub-director geral da Caja Extremadura, expôs a situação com que se depara o sector em Espanha: queda muito importante da actividade económica desde 2008; aumento do desemprego; subida significativa dos casos de atraso de pagamento dos empréstimos, o que pressiona as contas de resultados e obriga a importantes saneamentos das mesmas; e uma crise generalizada de confiança que comprimiu o sistema financeiro. Apesar das dúvidas, os resultados das provas de resistência (*stress tests*), que foram realizados às entidades espanholas, em meados de 2010, mostraram que o sector, em geral, e as caixas, incluídas as duas extremenhas, são muito solventes, segundo assinalou este dirigente.

A crise traduziu-se num abrandamento da actividade creditícia, que não aumenta basicamente por duas razões, de acordo com Miguel Ángel García: em primeiro lugar, porque ocorreu uma diminuição muito importante da procura solvente de crédito, sobretudo, e principalmente, no sector imobiliário, que era a base de crescimento dos balanços, e, em segundo lugar, porque as entidades começaram a aplicar políticas de concessão do crédito mais ortodoxas e restritas, fomentadas pelo Banco de Espanha. O principal factor que agora é preciso ter em conta para conceder um empréstimo é a capacidade de pagamento do acreditado, deixando para segundo plano, e como um facto adicional, a garantia, seja ou não suficiente para cobrir a operação de crédito. Além disso, os depósitos dos clientes, componente importante do negócio, estagnaram e, em consequência, um dos principais motores de financiamento não aumenta.

As entidades, sobretudo as pequenas, sentem dificuldades em aceder aos mercados grossistas, o que também limita a sua capacidade de financiamento. Estas restrições despoletaram uma guerra pela captação dos depósitos tradicionais, com o conseqüente aumento dos custos. O sector não consegue crescer, o volume de negócio não aumenta e as contas de resultados estão a ser cada vez mais pressionadas.

Neste contexto, os responsáveis da Caja Extremadura decidiram pôr em marcha uma fusão fria com a Caja de Ahorros del Mediterráneo (CAM), a Cajastur com Caja Castilla-La Mancha (CCM) e com a Caja Cantabria. A operação, de acordo com o sub-director geral, garante o futuro da instituição e coloca-a no terceiro lugar entre as caixas, apenas atrás da La Caixa e da Caja Madrid+Bancaja (integradas num processo de fusão fria), e no quinto do *ranking* espanhol, incluindo bancos e cooperativas de crédito, ultrapassada apenas pelo Santander, BBVA e pelas duas caixas anteriormente citadas.

A integração no SIP permite à Caja Extremadura conseguir três objectivos: em primeiro lugar, ganhar dimensão e facilitar o acesso à liquidez. Os mercados grossistas estão fechados e as únicas entidades que a eles têm acesso, sem necessidade de recorrer aos avais do Estado, que encarecem mais o financiamento, são as de tamanho significativo. Em segundo lugar, ganhar eficiência, uma vez que a união de três caixas produzirá importantes economias de escala. E, em terceiro lugar, aumentar a solvência porque um grupo com estas características permite no início da constituição sanear os balanços graças também às ajudas concedidas pelo Governo central no Fundo de Reestruturação e Ordenação Bancária (FROB). FROB e SIP são dois dos acrónimos e novas palavras, como *sub-prime*, que aprendemos com esta crise.

Com a fusão fria, a entidade extremeña cumpre os seus objectivos de continuar a ser a Caja Extremadura e de continuar como uma entidade de referência no sistema financeiro regional, o que lhe permite manter a marca, os próprios órgãos de gestão, a capacidade de gestão dentro da comunidade e a obra social. Segundo García, a caixa poderá aumentar as

dotações a médio prazo para este fim, já que os recursos que obterá por formar parte do SIP serão superiores àqueles que conseguiria se continuasse sozinha.

José María Portillo, sub-director geral da Caja Badajoz, contou a experiência da sua entidade, que também decidiu levar a cabo uma fusão fria, neste caso com a Caja Círculo de Burgos e a Caja de Ahorros de la Inmaculada, de Saragoça. Esta operação permite-lhe cumprir vários propósitos: reorientar o seu futuro empresarial, enfrentar os desafios que virão depois da crise, conseguir mais tamanho, consolidando a sua presença em Espanha e em Portugal, e obter um maior nível de eficiência.

A crise deixa várias lições para o sector financeiro espanhol, de acordo com este dirigente: é oportuno reorientar as estratégias de negócio, é preciso diversificar as carteiras de crédito, diluindo a alta concentração que existe no sector imobiliário e ampliando as fontes de financiamento para uma menor dependência dos mercados de retalho, e é necessário otimizar as estruturas de custos, através de economias de escala e de sinergias que permitam aumentos de produtividade.

No caso das caixas, os problemas económicos revelaram a necessidade de evolução e de adaptação a um novo modelo de desenvolvimento. Portillo defendeu que estas entidades foram uma alavanca essencial do desenvolvimento de Espanha, fomentando a poupança, financiando o investimento e contribuindo de forma importante para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, no que se refere ao rendimento, acesso à cultura ou cuidados de assistência aos grupos mais desfavorecidos. O sub-director geral da Caja Badajoz sublinhou que uma boa parte do êxito empresarial e institucional das caixas reside na solidez da sua marca, uma solidez que é reconhecida por dois grupos-chave para a sua actividade: os clientes e os reguladores.

O ministro regional da Administração Pública e Finanças da Junta da Extremadura, Ángel Franco Rubio, aplaudiu a ideia de Sánchez Amor de que *Ágora* é um debate contra o silêncio, que propicia o diálogo e reflecte sobre a melhor forma de resolver os problemas da banca. Assegurou que

é difícil —e porventura também demasiado cedo— definir quem foram os culpados e exigir responsabilidades. Há mais certezas sobre a sua origem mas continuamos com muitas incertezas. Sem se conhecerem as causas e sem chegarmos a acordo sobre os factores que desencadearam as turbulências, será difícil opinar e emitir juízos sobre o futuro. Assim, o ministro regional apelou a que se procurem soluções porque “todos somos culpados, em certa medida, da situação actual”.

Ángel Franco elogiou o papel desempenhado pelo Banco de Espanha, embora tenha dito não partilhar de todas as opiniões emitidas por essa entidade. Graças à disciplina e ao controlo exercido pelo banco central, o sector financeiro esteve mais organizado e resistiu melhor do que outros ao impacto da crise internacional.

O ministro regional referiu-se às caixas extremenhas e disse que a Junta não se opôs nem se irá opor a operações que procurem aumentar a dimensão, mas defendeu a manutenção da sua função social redistributiva. O tamanho, referiu, permite às caixas enfrentar os desafios com mais tranquilidade e garantias. A Caja Extremadura, tal como a Caja Badajoz e as duas caixas rurais extremenhas, encontram-se numa situação invejável, “na maior parte dos casos acima da média do sector”, segundo Franco, opinião que também manifestaram os dois sub-directores gerais.

Nos últimos tempos, as caixas foram as protagonistas da reestruturação do sector financeiro espanhol. Assistiu-se a uma onda de concentrações de norte a sul do país. São, como recordou Ángel Franco, entidades tradicionais, muito dispersas, em alguns casos de pequeno tamanho, com um negócio muito consolidado, doméstico, muito próximo do cliente, com uma história de mais de cem anos, que têm sido muito úteis e que, no caso da Extremadura, tem acompanhado o Governo regional no desenvolvimento de políticas iniciadas pelas instâncias públicas, e que têm como fundamento o trabalho social. A imprensa quer saber se, quando terminar esta actividade inicial de fusões, tudo voltará ao mesmo. Ángel Franco limitou-se a dizer que não era adivinho.

Perante um auditório com espanhóis e portugueses (havia noventa alunos de Economia e Gestão da Universidade de Évora, que assistiram a toda a conferência), o representante da Junta referiu que os dois países deveriam procurar soluções comuns para a banca. Há oportunidades de negócio para ganhar músculo tanto na Extremadura, no Alentejo e na região centro de Portugal, como no resto dos dois países. Citou vários antecedentes: a rede de dependências da Caixa Geral de Depósitos (CGD) na região, a presença da Caja Badajoz em Lisboa, Porto e Évora, e a participação do grupo luso Banif no capital da Banca Pueyo, uma entidade privada eminentemente extremeña. Há experiências e seria desejável que Espanha e Portugal trabalhassem em conjunto para fortalecer as suas economias. Esta foi, de resto, uma das ideias mais repetidas em Badajoz.

Para terminar este bloco sobre a Extremadura, gostaria de referir duas intervenções por parte de outras mesas-redondas. Rodolfo Lavrador, administrador executivo da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e presidente da filial espanhola (Banco Caixa Geral), afirmou que a região, pelo seu carácter fronteiriço, tem de tirar mais proveito da sua relação com Portugal. Embora o país vizinho seja já o primeiro parceiro comercial da Extremadura, este dirigente considerou que há muito potencial ainda por explorar, como revela a forte relação económica entre a Galiza e Portugal. O intenso intercâmbio de pessoas e uma história e cultura partilhadas em muitos momentos são duas razões de peso para que uma empresa extremeña pense no mercado português como primeira opção para ir para o exterior, insistiu.

Sobre o rebotar da bolha imobiliária, Manuel Pardos, presidente da Associação de Utilizadores de Bancos, Caixas de Aforro e Seguros, comentou que o seu impacto foi menos intenso na Extremadura, “seguramente porque a política de habitação protegida é uma das mais avançadas de Espanha e pelo carácter rural de vastas zonas”. Na Extremadura não se assistiu com tanta intensidade ao sobre-endividamento das famílias, como aconteceu nas grandes cidades e na costa mediterrânica.

A CARA MAIS VISÍVEL DA CRISE. BANCA E CLIENTES EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Falemos agora da banca e dos utilizadores, sejam particulares ou empresas, uma relação que vive momentos agitados pela crise económica. Muitas famílias espanholas e portuguesas, a braços com o desemprego, não puderam pagar as suas hipotecas e tiveram de abandonar as suas casas. Multiplicaram-se os embargos e os casos de atraso de pagamento dos empréstimos. As entidades, reféns da conjuntura internacional, reduziram drasticamente a concessão de crédito, o que deixou inúmeras empresas numa situação crítica.

Um dos momentos mais interessantes da conferência aconteceu no primeiro dia com o confronto (dialéctico, não se chegou a vias de facto) entre o citado Manuel Pablos, da Associação de Utilizadores da Banca, e Santos González Sánchez, presidente da Associação Hipotecária Espanhola. Helena Garrido e Juan Ferrari tinham-nos citado frente-a-frente na mesa redonda *“A cara visível da crise. Banca e clientes em busca de saídas”*. Era meio-dia em Badajoz. Começou o duelo, ou melhor, o debate.

Pablos não hesitou em disparar: “os bancos e as caixas foram os causadores da bolha imobiliária em Espanha”. É evidente que houve uma crise internacional, mas os espanhóis, além disso, foram afectados pela queda a pique do mercado imobiliário e pelos erros das entidades financeiras. Os bancos, segundo o representante dos consumidores, estiveram por detrás da bolha especulativa, alimentando-a e dando-lhe oxigénio em condições desproporcionadas. “Houve pouca responsabilidade e pouca perspectiva de futuro. Olhou-se para o lucro imediato”.

De nada valeram as advertências feitas pela sua associação, desde 2002, sobre a bolha imobiliária. “Em 2003, não tinha rebentado, nem em 2004, nem em 2005. Algumas pessoas acusavam-nos de sermos exagerados. Passaram, nada mais nada menos, do que sete anos em que foram aumentando os números que todos conhecemos. O *subprime* americano foi o despoletar a nível internacional, mas Espanha teria ex-

plodido de qualquer forma, porque há anos que vinha a crescer de um modo artificial”, continuou.

O sobre-endividamento cresceu de forma vertiginosa em Espanha e em Portugal nos últimos dez anos e tornou-se numa situação insustentável para muitas famílias. Nos anos de bonança, com a introdução do euro e de certas taxas de juros, que baixaram até níveis históricos, gerou-se um efeito de riqueza em ambos os países. Era uma ilusão, uma falsa ilusão, como se viu depois. Com a mudança de ciclo económico, o desemprego fez com que muitas pessoas não pudessem pagar as suas hipotecas. Segundo este especialista, em 2008 começou um “fenómeno dramático que é o mais visível que está a acontecer em Espanha”: 131 884 embargos e casos de atraso de pagamento de hipotecas, de acordo com o Conselho Geral do Poder Judicial. Este número subiu para 176 211, em 2009, e tudo aponta para que aumente ainda mais em 2010 e 2011.

Aos embargos, há a acrescentar as negociações entre o banco e o consumidor, através da fórmula da dação em cumprimento, isto é, uma via que evita o procedimento judicial de despejo. Em 2009, registaram-se 40 000 casos. “As condições em que ocorrem estas dações em cumprimento deixam muito a desejar por parte das entidades financeiras”, declarou Manuel Pablos.

Os bancos, como insistiu, querem continuar a ganhar dinheiro em proporções escandalosas: “não deixaram de ganhar dinheiro em Espanha nem antes, nem durante, nem depois da crise”.

Sobre a protecção dos consumidores, destacou que a legislação europeia nessa matéria é muito avançada, mais do que a dos EUA, mas no papel não tem a efectividade que deveria ter. “Pedimos melhor regulamentação, nem boa nem pouca, melhor regulamentação. Não sei se os governos europeus querem aplicá-la. Existe o perigo de mudar alguma coisa para continuar tudo igual”, alertou o representante dos consumidores.

Mas a banca não tem a culpa toda. Muitas pessoas com escassa ou nenhuma educação financeira subscreveram produtos sem conhecer o que estava por detrás deles ou as suas implicações. Os inquiridos da

Associação de Utilizadores de Bancos mostram um grande desconhecimento por parte dos espanhóis, um problema que também se verifica em Portugal, como recordou a co-directora da conferência, Helena Garrido. Muitas pessoas que contraíam empréstimos não sabiam sequer o que era a Euribor e desconheciam que a sua prestação podia aumentar de um mês para o outro. A ignorância sobre estes temas, algo incompreensível no nosso tempo, coloca o consumidor numa posição indefesa perante os bancos.

Pablos apresentou outro assunto inquietante e de extrema actualidade: mais de 3,8 milhões de pessoas ou famílias são afectadas pelas cláusulas-tecto nas hipotecas, que limitam a redução das taxas de juros a um nível determinado (por exemplo, 4%) e estabelece tectos de 8%, 9% e até 12%. Aparentemente, havia um acordo contratual, assinado na presença de um notário, mas muitos consumidores não sabiam o que estavam a assinar. Houve casos de publicidade enganosa. “É para não subir muito as taxas de juros, dizia-se nalgumas entidades. Faltou informação e não houve liberdade contratual porque o consumidor, nessas hipotecas, embora com a intervenção de um notário, não podia avaliar as implicações. Vamos tentar fazer com que os afectados renegoceiem as cláusulas. As entidades querem proteger-se. E parece-nos bem, não queremos levá-las à insolvência, mas vamos negociar os tectos. Situemo-los nos 2,5%, pelo menos”, explicou Pablos, que espera que os tribunais se pronunciem sobre estas condições “abusivas”.

Seguiu-se a vez de Santos González, da Associação Hipotecária Espanhola, que fez rapidamente um triplo ponto da situação: em primeiro lugar, Espanha criou mais de dez milhões de proprietários de habitações nos últimos dez anos e é o país do mundo com a maior percentagem de casas em propriedade. “Parece-me que o sector terá de pensar nisto”. Em segundo lugar, Espanha está nos primeiros lugares da Europa em matéria de normas de transparência, que, aliás, envolvem o notário. E, em terceiro lugar, o “denegrido” sistema financeiro espanhol está a resistir “melhor do que nenhum” (e repetiu), “melhor do que nenhum”. “A participação pública

no saneamento do sector é quase nula e dedica-se apenas a pequenos avais para o refinanciamento de algumas entidades financeiras”, salientou.

González descreveu a situação do mercado hipotecário espanhol, muito afectado pela crise, como era de esperar. Depois de uma época dourada, entre 1995 e 2007, a tempestade financeira desloca-se para a economia real e exerce um forte impacto nas contas das entidades e das famílias. Isto manifesta-se de duas formas: do ponto de vista do activo, há uma perda notável da actividade e um aumento considerável dos casos de atraso de pagamento e, do ponto de vista do passivo, estamos perante um acontecimento, porventura novo, dentro do sistema financeiro, que, desde logo, vai determinar o carácter competitivo do negócio no futuro: a liquidez (um dos “cavalos de batalha”, segundo este especialista, nos próximos anos). Em pouco tempo, Espanha passou de um país que crescia a taxas acumuladas de dois dígitos na última década a uma situação de impossibilidade de gerar crédito hipotecário suficiente para repor o cancelamento do balanço. O país, portanto, está numa situação inédita de perda de balanço hipotecário, um facto sem precedentes nos trinta anos de funcionamento do mercado, revelou.

O desemprego, como referiu o responsável da Associação Hipotecária Espanhola, é o principal inimigo do seu sector e o causador do aumento dos casos de atraso de pagamento.

As entidades “não estão deprimidas” e trabalham em dois planos: por um lado, gerem a crise e tentam adaptar-se à actividade normativa, que tende a harmonizar o mercado e as práticas de crédito e, por outro, tentam vender as casas das famílias que devolveram os seus imóveis por não poderem pagar a hipoteca.

Este “protagonismo não desejado” da banca no mercado imobiliário provocou um interessante diálogo na mesa de debate. Juan Ferrari, co-director da conferência, comentou que os promotores imobiliários se queixam amargamente de que os seus clientes querem comprar uma casa, vão ao banco e não lhes dão crédito. No entanto, ao mesmo tempo, as entidades vendem o seu stock imobiliário e facilitam empréstimos aos com-

pradores. Isto não é concorrência desleal? Santos González respondeu que era concorrência com os construtores, mas não era desleal. “Há aqui uma perversão porque as entidades financeiras estão a ser forçadas a desempenhar o papel de imobiliárias, como consequência da sua gestão de recuperação. É lícito e razoável tentarmos vender os nossos imóveis. A nossa actividade imobiliária incide sobre as habitações que o mercado não foi capaz de absorver em condições normais. Vemo-nos obrigados a fazê-lo. Deparámo-nos com um negócio que temos de reestruturar do ponto de vista estratégico, comercial e administrativo porque é um mercado que, para nós, não é natural, que acontece devido a circunstâncias conjunturais. Temos a responsabilidade de cobrar os créditos porque é isso que nos exigem os nossos accionistas e clientes. E, infelizmente, temos de executar algumas hipotecas”, respondeu.

O representante das entidades referiu outro ponto crucial: o preço da habitação, que em Espanha (não tanto em Portugal) disparou durante o *boom* económico. Na sua opinião, todos os intervenientes no sector devem procurar um “preço de equilíbrio”, que facilite o acesso à habitação. Deve repensar-se também a estrutura do sector imobiliário para elevar o número de imóveis em arrendamento porque “em Espanha não temos mercado de aluguer”. Por último, deixou um aviso sobre o endividamento das famílias. Neste momento, as taxas de juros continuam em níveis historicamente baixos na Europa, mas, mais tarde ou mais cedo, vão começar a subir. “Eu deixaria um alerta, não vermelho mas laranja, num cenário como este, de juros tão baixos. Temos de recuperar algumas fórmulas denegridas, talvez não muito bem contratualizadas no passado, de forma a atenuar o risco do encarecimento futuro do preço do dinheiro”.

Esta mesa-redonda abordou também as dificuldades que as empresas enfrentam para aceder ao crédito, um problema comum em Espanha e em Portugal, e que está a deixar muitas PME à beira da asfixia. Emília Espírito Santo, da Direcção de Assuntos Económicos e Monetários da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), assegurou que os empresários não só enfrentam uma subida dos juros praticados pela banca

como também critérios mais exigentes e restritivos na concessão de empréstimos. As empresas de menor dimensão, especialmente, depararam-se, de repente, com juros mais altos, condições contratuais mais duras, tais como a diminuição dos prazos dos novos créditos e uma redução dos montantes concedidos. “Em Portugal, o tecido económico é composto essencialmente por PME e micro-empresas que se ressentiram destas dificuldades. Paralelamente, verificámos que o investimento empresarial caiu 18,5% entre 2008 e 2010. Os empresários têm medo do risco e recorreram menos ao crédito bancário”, revelou esta economista.

As linhas de crédito do Governo português, com condições mais favoráveis, atenuaram, em parte, as dificuldades das pequenas e médias empresas.

AS ENTIDADES FINANCEIRAS ESPANHOLAS E PORTUGUESAS SALTAM A FRONTEIRA

Continuamos em Espanha e em Portugal, mas agora num outro capítulo: a presença dos grupos financeiros espanhóis e portugueses de um e do outro lado da raia. Será que se pode falar de um mercado bancário ibérico? Para reflectir sobre este assunto, *Ágora* convidou Laura Valdunciel, professora de Economia Financeira e de Contabilidade da Universidade de León, Rodolfo Lavrador, da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e presidente da filial espanhola Banco Caixa Geral, e Rui Semedo, responsável do Banco Popular em Portugal.

Laura Valdunciel apresentou as linhas gerais de um relatório que elaborou com Pilar Sierra, também da Universidade de León, em que se analisam o comércio, os investimentos e os movimentos da banca espanhola e portuguesa, entre 1998 e 2008. Antes de 1986, quando os dois países entraram para a Comunidade Económica Europeia (CEE), as trocas comerciais eram mínimas e a actividade produtiva praticamente inexistente. Tudo muda a partir desse ano, com um aumento gradual das exportações

e do investimento. Aumenta igualmente a interdependência económica, que é mais acentuada no caso de Portugal, já que Espanha se torna, em poucos anos, no seu principal cliente (destino de 25% das suas exportações) e fornecedor (um terço das suas importações). Para Espanha, o seu vizinho ibérico passa a ser um parceiro habitual, mas não o mais decisivo (França e Alemanha são mais importantes). Existe outra diferença: o comércio externo espanhol é muito mais diversificado produtiva e geograficamente. Continuemos com outros factores que distanciam os dois países: a dimensão (a população espanhola é quatro vezes superior à portuguesa), o rendimento per capita (30% mais alto, no caso de Espanha) e a evolução das duas economias (“Espanha teve uma época de bonança que todos conhecemos, entre 1995 e 2007, quando se verificou um crescimento ininterrupto, ao passo que, em Portugal, este período não foi tão estável nem com um crescimento tão pronunciado”), apontou Valdunciel.

A respeito do investimento, a economista afirmou que o capital espanhol em Portugal se concentrou nos serviços financeiros e no sector energético. As empresas portuguesas, por sua vez, investiram, sobretudo, na banca e na indústria da alimentação. Além disso, como se conclui pelo estudo, o investimento português no mercado espanhol apresentou um “comportamento errático”, com fluxos que aumentam e diminuem, de forma importante, de um ano para o outro.

Entramos na actividade bancária. Desde 1986, as empresas que prestavam serviços financeiros tiveram de adaptar-se a um novo mercado e a uma nova regulamentação. Espanha fê-lo de uma forma bastante rápida, mesmo “vertiginosa”, segundo Laura Valdunciel, mas Portugal fê-lo mais lentamente. Surgiram processos de liberalização, avançou-se na privatização da banca pública e multiplicaram-se as fusões, algo semelhante ao que acontece agora com as caixas espanholas. De todos estes ajustes surgiram entidades com uma maior dimensão e, sobretudo, mais eficientes. Isto era necessário para poder competir no mercado europeu.

Os bancos espanhóis foram pioneiros na criação do mercado ibérico bancário, antes dos seus concorrentes portugueses e das caixas. Isto

porque os grupos privados espanhóis tinham uma maior dimensão do que os seus rivais, eram mais eficientes e estavam dispostos a destinar mais recursos para se introduzirem no mercado.

A professora universitária focou a trajectória dos três grandes da banca espanhola em Portugal. O Santander comprou nos anos noventa o Banco de Comércio e Investimento (BCI), o Banco Totta & Açores e o Crédito Predial Português e a sua cota de mercado em finais de 2000 era de 10%. Trata-se do principal banco privado a operar em Portugal, em termos de receitas, e do mais rentável e eficiente. É igualmente o grupo espanhol com maior presença: tem 11,5% dos créditos e atrai 12,1% dos depósitos. Nos seus 770 balcões atende 2,1 milhões de clientes e dá emprego a 6500 pessoas. É, claramente, o banco que iniciou a estratégia do mercado ibérico.

Continuamos com o Banco Popular Portugal, criado em 1991. Dispõe de 232 sucursais, 1276 empregados, 296 000 clientes e 3091 milhões em depósitos. Atrai 1,51% dos depósitos do mercado luso e concede 2,38% dos créditos.

O BBVA instala a sua filial em 1991 e, depois de consolidar e fundir vários negócios, conta com 110 agências e tem 1,96% dos créditos e 1,15% dos depósitos.

A entrada das caixas começou com maior atraso e, sobretudo, de uma forma mais tímida. As entidades das regiões fronteiriças têm mais presença: Caja Badajoz (a primeira caixa a introduzir-se, em 1991, possui três balcões em Lisboa, Porto e Évora), Caixa Galicia, Caixanova, Caja Duero e Caja Espanha (as duas galegas iniciaram a sua fusão, assim como as duas castelhano-leonesas). Caja Madrid e Bancaja, unidas numa fusão fria, operam também do outro lado da fronteira. A Caixa, por sua vez, é o principal accionista de um dos maiores bancos do país: o BPI, com 30% do capital.

Valdunciel referiu que a crise irá travar a expansão das caixas em Portugal, mergulhadas no processo de reajuste que afectou os bancos quando Espanha entrou para a CEE. Quando se encontrarem com

características semelhantes (maior tamanho, solvência, eficiência), terão mais capacidade para enfrentar o mercado europeu e uma das prioridades será Portugal, na sua previsão.

O processo de penetração da banca portuguesa em Espanha decorreu com muito maior atraso e menor impacto. Os casos mais conhecidos são a Caixa Geral de Depósitos (CGD), um grupo que pertence 100% ao Estado, e o Banco Espírito Santo (BES), que adquiriu, em 1992, o Banco Industrial del Mediterráneo e que opera fundamentalmente na banca privada e de investimento e na gestão de activos. Dispõe de 26 agências e centros de empresas.

Mas deixemos falar um dos mais altos administradores da CGD sobre a sua estratégia em Espanha. Rodolfo Lavrador afirmou em *Ágora* que a intenção do grupo financeiro mais importante de Portugal é crescer no mercado espanhol, “mas não a qualquer preço porque, hoje em dia, ninguém está em condições de fazer maus negócios”. Com uma rede de 211 agências, a sua filial (Banco Caixa Geral) analisa todas as oportunidades que surgem, embora exista uma grande diferença “entre olhar e estudar, e concretizar”, esclareceu.

Juan Ferrari perguntou-lhe se estaria interessado em comprar agências que restem de fusões entre caixas. “Faz sentido para a CGD crescer em Espanha? Evidentemente. Quero crescer em Espanha? Claro que sim, mas quero fazê-lo para ter mais eficácia e rentabilidade, não só pelo facto de crescer. Qualquer negócio pode ser interessante se acrescentar valor e tiver bons resultados. Quando se procura uma oportunidade, o mais importante são os clientes, sobretudo se estivermos a falar de dois mercados muito maduros como Espanha e Portugal. Quem se desfaz de agências, vende-nos as instalações e os problemas. Não nos vende os bons clientes. Não há nada impossível, é tudo uma questão de preço e de aprofundamento. Mas é mais difícil fazer um bom negócio com a compra de agências do que com uma operação de outro tipo”, explicou Lavrador.

Na mesma linha de Laura Valdunciel, o administrador português explicou que as entidades mais importantes da Península Ibérica entraram e

cresceram no país vizinho, mas lamentou que, vários anos após o início deste movimento, o desequilíbrio seja tão notável: a banca espanhola tem uma cota de mercado que ronda 14% em Portugal, enquanto que a portuguesa, em Espanha, é de cerca de 1%. “Há uma grande diferença. Se a economia espanhola é cinco vezes maior do que a portuguesa, a proporção na banca deveria ser semelhante. As entidades portuguesas deveriam ter, portanto, 3% de cota em Espanha. Seria o mínimo”, referiu.

Rui Semedo, presidente do Banco Popular em Portugal, lamentou, como o seu compatriota Rodolfo Lavrador, a pouca visibilidade da banca lusa no mercado espanhol, mas também deixou claro que “gostaria de ter visto mais determinação na entrada dos grupos portugueses”. “A culpa é do impacto do tamanho tão diferente entre ambos os países. Temos tido algum medo de passar a fronteira. As empresas espanholas, pela sua dimensão, foram mais rápidas quando se abriram as fronteiras. Em qualquer caso, creio que, de todos os bancos estrangeiros que operam em Espanha, os portugueses são os que têm mais condições de triunfar, devido à proximidade geográfica e linguística”, assegurou.

Sobre a estratégia do Banco Popular, o seu presidente confirmou que continua interessado em crescer, “mas o problema é que é preciso medir muito bem os passos porque vivemos tempos difíceis”. Aquela época do “comprar por comprar passou um pouco de moda” e, agora, todos os agentes do sector sabem que os movimentos de concentração serão mais difíceis. “Neste momento, o tema central é as caixas de aforro”, salientou.

Este gestor, natural de Elvas, embora residente em Lisboa há muitos anos, declarou-se um apaixonado do tema peninsular, transfronteiriço. “A questão da proximidade, de como vamos construir uma nova identidade, recriar e inventar a relação entre os dois países, é um dos temas mais interessantes, do ponto de vista intelectual, para portugueses e espanhóis”.

Semedo identificou três planos diferentes na Península Ibérica (o político, o cultural e o económico) e apontou algumas restrições que impedem o seu pleno desenvolvimento. Todos os portugueses entendem castelhano, referiu, mas no dia-a-dia não é assim. As pessoas dizem que

entendem, mas, afinal, não o percebem tão bem como julgam. Os espanhóis, na sua opinião, são mais sinceros: “dizem que não percebem bem o português, mas tentam falá-lo”. E aqui começa o primeiro problema: a “desconexão” na comunicação. “Vamos perder muito tempo e energia a tentar falar a outra língua sem chegarmos a nada consistente. A questão linguística é um problema que hoje se vai resolvendo pouco a pouco, mas que vai continuar a ser uma restrição durante algum tempo”, argumentou.

Outro tema é a cultura. Não existirá uma relação sólida sem um bom conhecimento mútuo. Este é um caminho inevitável para construir uma península forte, disse Semedo, porque a cultura aproxima as pessoas. A relação económica será mais fácil se os espanhóis e os portugueses tiverem acesso à literatura, à arte ou ao teatro dos seus vizinhos.

No aspecto económico, apesar de os dois países pertencerem à UE e terem quebrado barreiras, continua a existir um emaranhado de restrições legais e burocráticas a afectar as relações. Semedo e Lavrador referiram que o quadro legal e fiscal é distinto nos dois países, o que representa, de facto, um obstáculo ao desenvolvimento de um mercado bancário verdadeiramente ibérico. “Duas entidades como as nossas têm de ajustar um sem número de coisas, para responder a realidades fiscais totalmente diferentes. A energia, os recursos e os esforços que devíamos dedicar aos clientes, ao crescimento do negócio e a apoiar as empresas são consumidos a tentar encontrar, neste labirinto de leis, uma forma de respeitar a legislação em ambos os lados da fronteira”, criticou o presidente do Banco Popular em Portugal.

Os dois executivos concordaram que a fiscalidade e as leis tornam as práticas bancárias diferentes em cada país e que estas divergências deveriam ser eliminadas para avançar na direcção de uma “mini-união económica”, com mais de 50 milhões de consumidores. Em todo o caso, Lavrador realçou que Espanha e Portugal podem estar orgulhosos dos seus sistemas bancários, pois encontram-se entre os mais desenvolvidos do mundo e dispõem de uma ampla rede de agências.

Semedo e Lavrador defenderam que Espanha e Portugal deveriam

trabalhar juntos para aproveitar todas as vantagens da globalização. A experiência e os laços históricos que ligam os dois países a várias zonas do mundo, como a América Latina, África ou alguns países asiáticos, poderiam ser aproveitados conjuntamente. “Tudo isto só é possível com novas mentalidades. Ficarei satisfeito quando vir mais espanhóis a estudar e a trabalhar em Portugal e mais portugueses a estudar e a trabalhar em Espanha. A união económica só será possível se as pessoas tiverem facilidade em deslocar-se pelos dois países, se todos nos sentirmos em casa, mantendo as nossas identidades. Acredito plenamente nisto e há um caminho a percorrer”, concluiu Semedo.

Juan Ferrari pôs fim a este painel com quatro ideias que lhe pareceram interessantes: existe um mercado ibérico, um conceito que quer ver cada vez mais enraizado; há espaço para crescer na banca, mas não a qualquer preço; as entidades financeiras devem ajudar as PME's a desenvolver-se nos dois lados da fronteira; e as autoridades devem avançar no desenvolvimento de um mercado bancário ibérico, o que implica a eliminação de certos obstáculos reguladores.

O IMPACTO DA CRISE NAS ECONOMIAS ESPANHOLA E PORTUGUESA

José Silva Lopes, ex-governador do Banco de Portugal, e uma referência-chave nas negociações que o seu país manteve com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em finais dos anos setenta e princípios dos oitenta, falou sobre o impacto da crise nas economias dos dois países. Numa exposição detalhada, comparou a situação de Espanha à de Portugal, no que diz respeito a aspectos, como o crescimento económico, o desemprego, a competitividade, a balança de pagamentos e as contas públicas. Adiantou que as perspectivas não são muito prometedoras e que a recuperação poderá demorar mais do que o previsto a concretizar-se. A melhoria dependerá, em boa medida, do que suceder com a produtividade e a competitividade, duas das debilidades dos parceiros ibéricos.

Convicto de que ambas as economias devem integrar-se, Silva Lopes destacou o forte crescimento de Espanha, desde meados dos anos noventa até 2008, um progresso que se deveu essencialmente ao sector imobiliário, “que não era sustentável”. O comportamento da construção explica, efectivamente, as grandes diferenças que se verificaram recentemente entre os dois países: o crescimento do sector em Espanha parecia imparável, enquanto que Portugal se encontrava em crise, desde 2000, e retrocedia ano após ano. Com a chegada da tempestade financeira, o sector da construção caiu “a pique” e Espanha entrou numa profunda recessão, com consequências mais graves do que as vividas no país vizinho. “As duas economias estão a viver um mau momento, mas, talvez, a crise seja mais passageira em Espanha”, augurou, com as devidas precauções.

Nos anos do *boom* imobiliário criou-se muito emprego, mas a crise internacional e o abrandamento da construção civil fizeram com que Espanha tenha, mais uma vez, desemprego. Este experiente economista confessou que nunca percebeu muito bem como pôde a sociedade espanhola resistir a níveis de desemprego de 20% nas últimas décadas. “Nós, em Portugal, andamos pelos 11%, e é uma verdadeira desgraça. Não sei o que aconteceria se chegássemos valores de 15% ou 20%. É uma coisa em Espanha que, para mim, é um mistério. A impressão que tenho é que quem sofre mais com o desemprego são os imigrantes”, afirmou.

Posteriormente, no debate, Ferrari comentou que o elevado nível de desemprego é um fenómeno estrutural que está provavelmente relacionado com a economia paralela. “Se o número fosse realmente 20%, haveria revoluções nas ruas de Madrid”, referiu.

Voltando à comparação entre os dois países, Silva Lopes mostrou-se preocupado com o “problema sério” da competitividade externa: “significa que as exportações não avançam o suficiente e que as importações crescem demasiado. Ou os dois países vendem mais para fora e compram menos ou vamos ter uma estagnação muito prolongada”. Outros dois pontos inquietantes são a dívida externa (mais importante, no caso de

Portugal, porque pesa mais em relação ao PIB) e o défice da balança de pagamentos, onde o seu país também está pior e é, para o ex-governador do banco central, “a maior diferença que existe entre os dois países e das mais preocupantes para Portugal”.

O economista referiu-se às contas dos governos de Madrid e de Lisboa, outro dos grandes contrastes: “a dívida pública espanhola desceu muito nos anos de bonança porque as autoridades aproveitaram as receitas, não para expandir a economia, mas para reduzir o endividamento. Nós não o fizemos e fomos sempre gastando. É verdade que a economia portuguesa não crescia, mas deveríamos ter ajustado a despesa do Estado, e não o fizemos. Isto está a criar-nos problemas actualmente. Com a crise, a dívida e o défice público em Espanha dispararam, mas continuam a ser mais baixos do que em Portugal. O Estado português vai ter de poupar e apertar o cinto porque, se não o fizer, não sei o que nos vai acontecer. Aqui também estamos pior do que os espanhóis, que têm uma carga fiscal menos pesada do que a nossa, e que poderiam subir os impostos se, em determinado momento, o necessitassem. Em Portugal, apesar de estarmos numa situação mais crítica, continuamos a sobrecarregar os contribuintes com mais impostos e a gastar dinheiro público”, lamentou.

Num momento muito difícil para os países do sul da Europa e para a Irlanda, Silva Lopes assegurou que uma boa parte dos problemas se deve à política económica seguida pela Europa. Concretamente, a estratégia de Berlim mereceu-lhe duras críticas: “A Alemanha está a aplicar medidas que não aumentam a sua procura e, portanto, não fazem crescer as suas importações. Além disso, os seus salários subiram muito pouco, pelo que a sua produtividade é das que mais cresce. Ganham competitividade em relação aos outros países, não aumentando tanto os seus salários. Só merecem a nossa inveja e há que tirar-lhes o chapéu. Mas isto está a criar um grande problema à Europa que, se estivesse mais organizada, obrigaria os alemães a subir os salários. Talvez exagere, mas a zona euro corre mais riscos com os alemães do que com os países do sul”.

BANCA E POLÍTICA. ONDE ESTÁ O PODER?

A segunda jornada abriu com uma mesa-redonda sobre a relação entre a banca e a política, uma questão que, na verdade, esteve presente desde o primeiro minuto. Quem manda mais: os banqueiros ou os políticos? Esta correlação de forças mudou com a crise? Participaram no debate Juan Francisco Martín Seco, ex-secretário de Estado das Finanças de Espanha; Manuel Baganha, presidente do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social de Portugal, e os jornalistas Miguel Ángel Aguilar e Helena Garrido.

Ao longo de toda a manhã, houve muitas pinceladas históricas. Baganha referiu-se aos Medici, uma das famílias mais influentes do Renascimento italiano, cujo poder se devia, em boa medida, à sua condição de financiadores de príncipes, e aos Rothschild, fundadores no século XVIII de um império financeiro que chegou aos nossos dias. Martín Seco falou de Montesquieu, Rousseau, Karl Marx e de Hermann Heller, entre outros, e afirmou que a pergunta sobre se o poder económico controla o político ou vice-versa surgiu desde os primeiros momentos da Revolução Industrial.

Para Baganha, a banca tem poder por três motivos: financia os estados, cria massa monetária (“se uma entidade financeira receber um depósito de 1000 euros, empresta 9000 ou 10000”) e são intermediários em operações relevantes para o poder político, como as privatizações ou as concessões. O Estado, por seu lado, detém o poder em três áreas: é o garante da lei, da protecção das pessoas e dos activos; tem a capacidade de tributar, de criar impostos e desempenha um papel de regulador. Na maioria dos casos, esta função, disse o economista português, faz-se indirectamente, como no caso dos bancos centrais. “Haverá sempre uma luta entre políticos e banqueiros. Em determinados momentos, existirá mais controlo político do que noutros”, concluiu.

Martín Seco pôs a tónica na globalização e na liberdade absoluta do capital de se mover sem barreiras pelos diferentes países. “Os estados aceitam essa livre circulação do dinheiro, que cria um desequilíbrio brutal

entre o poder político e o económico. Enquanto o capital se internacionaliza, a autoridade política fica recolhida nos âmbitos dos estados. Vimos, nesta crise, como os governos tentaram coordenar-se sem conseguir os resultados esperados porque é extremamente difícil”. Os estados, aliás, não têm capacidade de reacção, como se comprovou na Islândia: “este pequeno país de 300 000 habitantes e um PIB de 14 000 milhões de euros tinha três bancos que, com a liberalização e a abertura da economia mundial, começaram a comprar activos no exterior. Quando veio a crise, foram arruinados e o seu endividamento ascendeu a 60 mil milhões, isto é, quatro vezes mais do que o seu PIB. O Governo teve de chegar-se à frente, com todos os problemas económicos que causou”.

Para o ex-secretário de Estado das Finanças, a globalização impede que o poder político controle o económico, “como podemos ver na União Europeia”, e isto faz com que estejamos a voltar “à situação anterior ao Estado social”.

Miguel Ángel Aguilar foi um dos mais críticos de todos, em relação aos causadores da crise financeira. Numa intervenção ácida e corrosiva, o jornalista declarou que a banca “fez o que lhe apeteceu” durante anos e, agora, fuge das consequências. Dirigiu os seus ataques, em particular, à “banca anglo-saxónica”: “assistimos à queda da Lehman Brothers e até à da sua avó. Estas quedas ocorreram nas nossas costas. Estamos sempre a ser examinados por estes anglo-saxões com a sua lupa e microscópio electrónico, que nos olham de frente e de lado, e que, mal nos descuidamos, nos chamam PIGS (“porcos”, em referência ao acrónimo em inglês formado pelas palavras Portugal, Itália, Grécia e Espanha). Somos os porcos. Já agora podiam acrescentar o adjectivo que nos salvaria: porcos ibéricos. Porque o porco ibérico deu origem a esse maravilhoso produto que nos tornou líderes mundiais de um sector da alimentação. Somos o inconveniente do mundo, o que o atrasa, esta gentalha do sul, inúteis, sempre na sesta. Mas, onde reside a sesta, o abuso e a absoluta pouca vergonha é nesse escasso controlo que tiveram sobre as entidades financeiras, esses Madoff (em referência a um conhecido executivo de Wall

Street que foi condenado por uma das maiores fraudes da história), que se dedicavam à simulação do que não existia para ficarem com o dinheiro de uma forma indigna”.

Aguilar criticou a situação em que se encontra a Europa em relação aos Estados Unidos e às potências emergentes, como a China. “Os europeus tinham um modelo distinto do americano e do asiático. Esse modelo do Estado do bem-estar, da protecção social, das pensões. Esse modelo, dizem-nos, não serve, mas eu digo que serve. Não há maior fraqueza do que a ignorância da própria força. A UE, em vez de duvidar de si própria, devia fazer o contrário: acreditar e difundir o seu modelo entre os outros”.

Para este jornalista, que atacou o “novo dogma ultraliberal”, o poder económico está disperso: bancos, multinacionais... um grupo em que se incluem as empresas de auditoria e as agências de notação de crédito. “O mundo divide-se entre os auditores e os auditados, entre os qualificadores e os qualificados. E nós, que nos encontramos neste sector de auditados e qualificados, andamos sempre a tentar impressionar para ficarmos bem vistos. E essa gente, que age não se sabe com que critérios, está sempre olhar-nos com olhar de suspeita. Esse poder imenso é o de avaliar, o de nos avaliar a todos. O poder, em certa medida, migrou, como se diz agora, para onde está a avaliação. Desejo-lhes boa sorte na crise”.

Helena Garrido contou que o seu jornal (o Jornal de Negócios) fez, no Verão de 2010, um *ranking* para saber quem é a pessoa com mais poder em Portugal. Os responsáveis do diário e os leitores, através da sua participação na Internet, chegaram à mesma conclusão: o presidente do Banco Espírito Santo (BES), Ricardo Salgado, é o mais poderoso, seguido do primeiro-ministro, José Sócrates. “A ideia de que existe um poder económico acima do político está muito enraizada. Penso que a globalização reforçou esta sensação. Algumas empresas são maiores do que muitos países. As fronteiras diluíram-se e não há um regulador global. O sistema deixou de ser económico para se tornar num sistema financeiro, que nem sequer compreendemos bem. A crise revelou-nos quem manda. O sistema está organizado de tal forma que o sector financeiro subjuga

cada vez mais os outros poderes. É a história de uma submissão que não sabemos como vai acabar”, declarou.

A jornalista referiu-se também à necessidade de introduzir alterações na regulamentação do sector, para pôr cobro a “toda esta irracionalidade” que temos visto nos últimos anos e que provocou a crise das hipotecas lixo.

A BANCA DEPOIS DA CRISE. O QUE VAI MUDAR?

António de Sousa, presidente da Associação Portuguesa de Bancos e ex-governador do Banco Central, encerrou a sessão com uma intervenção sobre o futuro do sector depois da crise e as alterações que se deveriam realizar para evitar novos erros. Quase todos os intervenientes se tinham referido a esta questão e contribuído com ideias: é necessário controlar mais o risco, deixar de lado os artifícios da engenharia das contas, aumentar a transparência do negócio, reforçar a protecção do consumidor, regressar a um modelo mais tradicional de banca, reduzir o recurso à dívida para financiar um investimento (alavancagem), reforçar o papel dos supervisores...

Sobre estas questões, quero recuperar as palavras de Norberto Rosa, administrador executivo da Caixa Geral de Depósitos (CGD), que, na primeira sessão, não hesitou em reconhecer que a banca se tinha esquecido de três princípios fundamentais: não prestou a devida atenção aos *ratios* de capital e à avaliação do risco e não se preocupou em manter níveis adequados de liquidez. Pensando no futuro, este executivo pediu que as novas normas contábeis e prudenciais se apliquem a todos os actores, para evitar as arbitrariedades que ocorreram antes da crise. “Havia entidades que, na prática, não realizavam uma actividade financeira e não estavam sujeitas à supervisão. As novas normas têm de ser rigorosas mas sem ameaçar o negócio nem a inovação. Tem de se harmonizar as práticas prudenciais em todos os países e tentar fazer com que estas sejam anti-cíclicas. Os supervisores têm de estar muito bem preparados para entender

todas as alterações e inovações. As entidades devem ter uma cultura baseada na avaliação do risco. É bom que haja uma imposição dos *ratios* de liquidez, praticamente inexistentes antes da crise. Devem fixar-se limites para a alavancagem, pois havia bancos que tinham chegado a situações in-crivelmente anómalas”.

Concluamos, pois, com as reflexões do presidente da confederação dos padrões da banca de Portugal, António de Sousa, sobre o futuro do sector:

- **Regressar aos princípios básicos.** A banca deve recuperar um modelo de negócio mais tradicional, embora –insistiu– Espanha e Portugal nunca se tenham afastado muito deste padrão. As entidades têm de ser os intermediários que atraem fundos dos depositantes e emprestam dinheiro à economia. Em muitas geografias, este modelo tinha desaparecido e passaram a ser bancos de investimento. Deixaram de ter um papel de intermediação. A alavancagem financeira, que permitiu um crescimento artificial da economia, vai diminuir e teremos um crescimento mais baseado na produtividade e na competitividade, não tanto na ficção financeira. O modelo tradicional foi criticado, durante anos, por ser “conservador”, mas é o que mais se aproxima de uma banca verdadeiramente sólida.
- **Maior relevância à gestão do risco.** Na linha do que antes fora dito, é preciso regressar aos bons princípios de análise do risco. Práticas, como as segundas e terceiras hipotecas, muito em voga nos EUA antes do escândalo do *subprime*, têm de desaparecer. À medida que se ia pagando uma casa ou se ia revalorizando, os bancos davam um novo empréstimo sobre essa mesma revalorização. Acontecia algo semelhante com os créditos concedidos às empresas para a compra de activos financeiros. Como o dinheiro era abundante, era possível pagar o empréstimo com os dividendos obtidos nessas mesmas operações. É preciso perceber quais são os riscos que estão inerentes a cada negócio e produto.

- **Bancos mais simples.** A ideia tão divulgada, durante anos, de que os grupos tinham de ser globais e dedicar-se a mil e uma actividades, pode mudar no futuro. No início da crise, falou-se em impedir que a banca comercial se dedicasse a outros negócios, algo que é improvável acontecer, de acordo com o ex-governador do Banco de Portugal. O que será factível é que actividades, como a banca-seguros ou a banca de investimento, percam importância. A tendência será termos bancos com estruturas mais simples.
- **Depositantes e investimentos.** É necessário separar os dois conceitos. O depositante quer ter o dinheiro seguro no banco e, se possível, obter uma remuneração. O investidor, por outro lado, está disposto a assumir um risco, sabe-o e tem o direito de o fazer. Antes, havia muita confusão entre os dois perfis.
- **Supervisão.** Falou-se muito deste tema em Badajoz. António de Sousa defendeu um aumento da supervisão para que haja mais transparência e se protejam os consumidores. Explicou que o sector se propõe recuperar um aspecto que tinha desaparecido: a “persuasão moral”, isto é, não proibir uma determinada operação mas desencorajá-la claramente.
- **Liquidez.** É outra das grandes lições de *Ágora*. Os tempos do crédito fácil e barato acabaram. Os bancos, os governos, as empresas e os particulares terão de habituar-se a viver com um dinheiro que será mais caro e mais escasso.. ❖

"Abordar uma questão tão complexa como a crise económica e financeira numa conferência de dia e meio não foi tarefa fácil, mas “Ágora” conseguiu reunir especialistas de diferentes perfis que analisaram as suas causas e apresentaram propostas para sair da crise.

O “menu” apresentado na conferência de Badajoz foi de enorme actualidade permitiu compreender o que viria a acontecer pouco depois: as caixas de aforros continuaram a sua reestruturação e algumas optaram por transformar-se em bancos; a crise da dívida soberana agravou-se nos

países periféricos do euro e atingiu níveis preocupantes em Portugal; os governos de Madrid e Lisboa anunciaram mais medidas impopulares e más subidas de impostos para controlar o défice orçamental; o desemprego continuou a sua escalada nos dois países ibéricos; a escassez de crédito provocou o desaparecimento de mais pequenas empresas...

Retenho duas das mensagens que mais se repetiram em "Ágora": a recuperação económica será lenta e difícil. E devemos, entre todos, aprender as lições da crise para não repetirmos os erros e os excessos do passado. Seremos capazes de o fazer? "



*Ágora
Palestra*

DE QUE SE RIEM OS VIZINHOS?
O HUMOR EM ESPANHA E PORTUGAL

DE QUE SE RIEM OS VIZINHOS? O HUMOR EM ESPANHA E PORTUGAL.

JUAN COPETE

Moderador

PEPE COLUBI

O encontro era no IFEBA (Instituto Ferial de Badajoz). Terça-feira, 19 de Outubro, às 19h00. Os augúrios, pior do que maus: um jogo de futebol entre o Real Madrid e o Milan pressagiava uma absoluta ausência de público e uma debandada geral para diante do ecrã de televisão. Mas nada mais longe da verdade porque esta décima primeira edição de *Ágora Palestra* encheu o auditório do Instituto, contra todos os prognósticos. Jovens portugueses, estudantes espanhóis de português e um público variado queriam saber de que se riem os vizinhos, de que se riem os espanhóis e de que se riem os portugueses. Com a sala apinhada, coube a Pepe Colubi a apresentação e moderação deste tão hilariante debate.

Se é necessário conhecer a história, a cultura, a língua dos dois países para eliminar a fronteira, também o é saber de que se têm rido o galo e o toiro ao longo da sua existência. Bem acompanhado de ambos os lados, Colubi fez a apresentação dos convidados que iriam discorrer sobre tão engraçado tema:

O espanhol Javier Coronas, conhecido pelas suas colaborações no Canal Plus, e que hoje apresenta *Ilustres Ignorantes*, no mesmo canal.

O famoso guionista, escritor e actor português Ricardo Araújo Pereira, um verdadeiro ídolo da televisão portuguesa.

David Sánchez, jornalista e guionista de sucesso na versão espanhola do Programa Contra-Informação, *Siete vidas, e Aída*.

Por último, a actriz Sofia de Portugal, protagonista de séries televisivas, de cinema e de teatro do país vizinho.

Feitas as apresentações dos convidados da mesa-redonda, Colubi, sempre com ironia, afirmou que “já é tempo de nos rirmos, de nos rirmos de nós próprios”, porque, para além de demonstração de humildade, isso será sempre um exercício de saúde mental. Nos seus comentários de introdução ao tema, o mestre-de-cerimónias apresentou os diferentes tipos de humor que existem, as diferenças que separam, por exemplo, o humor vulgar e popular dos Morancos do humor intelectual de Tip e Col; o humor surrealista de Faemino e Cansado ou de *Muchachada Nui*.

De que se riem os vizinhos?

Lançada a pergunta, é a vez de Ricardo Araújo Pereira que, com sinceridade e sarcasmo, afirma não saber de que se riem os seus compatriotas. Para este guionista português, num esforço de introspecção, os portugueses preferem as gargalhadas provocadas pelos seus dirigentes políticos, pelas suas poses emproadas, pela sua linguagem vã e vazia que fica depois de uma ladainha de frases feitas, que não levam a nada. Com um carácter aparentemente sério, Ricardo esconde uns olhos de lince para dissecar a sociedade portuguesa e rir-se com ela. Refere que também se riem da morte, dos próprios seres humanos, como antídoto para os problemas, da própria existência. “Antes da Internet, ríamo-nos de coisas diferentes porque cada país tem o seu carácter e o dos portugueses é sério, talvez devido a tantos anos de ditadura. Nós somos mais cinzentos do que vocês, espanhóis”.

Nem é preciso dizer que os aplausos e os risos ocuparam o auditório. Com um tom deliberadamente catastrofista, enumerou as desgraças do país vizinho: último na fila da Europa, Espanha campeã do mundo, os sucessos tenísticos de Nadal... Tudo regado com um magnífico toque de humor.

Foi a vez de David Sánchez, que vê o humor de uma maneira mais genérica. Cada pessoa é um mundo e cada um acha graça às suas coisas.

Aproveitou o seu trabalho de guionista para referir que a melhor forma de fazer comédia é em equipa, reunindo várias pessoas, e decidindo qual é a piada ou o “gag” que pode cativar mais espectadores. Para Sánchez, o bom humor não passa de moda (os irmãos Marx, Gila, os Monty Phyton) e, com a Internet, também se chegou à globalização do riso, no seu contexto mais amplo.

Sofia de Portugal agarra o toiro pelos cornos e o galo pela crista e começa a difícil tarefa de diferenciar o que faz rir em cada um dos lados da raia. Embora se parta de certas características universais (o escorregar na casca de banana, a tarte na cara, etc. etc.), o humor, para a actriz portuguesa, “parte de um processo inteligente, cujo objectivo é fazer cócegas no cérebro, o que conduz a uma crítica da situação que nos provoca o riso e nos leva a um humor mais intelectual”. Quanto às diferenças entre uns e outros, Sofia de Portugal crê num certo parentesco, quase irmãos, unidos por uma mesma civilização, uma gastronomia quase igual e uma mesma paisagem.

Entre as diferenças que estabelece, destaca a sensibilidade mais acentuada dos portugueses, face à rudeza dos espanhóis. Sofia mostra-se surpreendida com a facilidade com que os espanhóis proferem palavras na televisão, algo impensável numa série portuguesa. Assinala a atitude directa dos espanhóis ao falar de sexo, tão explicitamente normalizada. Os portugueses são, a seu ver, mais púdicos, mais poéticos, mais débeis e com menos coragem quando se trata de lidar com o humor. E exemplifica: “você matam o touro; nós também, mas às escondidas”. Sofia de Portugal acabou a sua intervenção, recorrendo à história e à sociologia, para concluir: “haverá uma evolução do humor dentro de vinte anos, pois o humor português já mudou depois do 25 de Abril, com a Revolução dos Cravos”.

E alude, igualmente, à influência do humor inglês no seu país. Sociologicamente falando, está convicta do carácter orgulhoso do espanhol, face ao carácter complexado dos portugueses, que pensam que são menos do que os outros. Não é por acaso, refere, que nas anedotas o espa-

nhol ganha sempre. Como desejo de boa vontade, defendeu “a partilha do mundo em dois, com os espanhóis”. Seja.

Javier Coronas, como não podia deixar de ser, colocou a sua marca pessoal e profissional na sua intervenção. Ri-se da sua sombra e antecipa, com o seu olhar achinesado, o comentário irónico que é capaz de suscitar os mais respeitosos aplausos, aliás, presentes desde o início. Coronas lamenta, e assume a sua culpa por esse facto, não conhecer nem o humor nem os seus protagonistas em Portugal. É para isso que serve *Ágora*, para debater, para nos encontrarmos e para atenuar tantos desencontros. “Todos nos rimos do mesmo, do que é engraçado, do que nos dá graça. Não há diferenças”. Javier é optimista quanto ao humor pátrio, com uma nova geração de jovens humoristas, que estão a abrir caminho, com fontes e atitudes distintas que marcam a diferença e a evolução de um país e das suas gentes. Não obstante, Coronas lamenta a susceptibilidade de grupos entrincheirados no seu corporativismo, incapazes de aceitar uma crítica ou uma piada –sem más intenções, claro– sem bradar aos céus ou apresentar uma queixa nos tribunais. Foi a Inglaterra que nos ensinou a verdadeira força do humor, sem a casca de banana nem a tarte na cara.

A mesa-redonda continuou com um concurso de beleza: “os portugueses são mais bonitos do que os espanhóis. Pelo menos, entre os convidados do debate”, disse Pepe Colubi.

Entre risos e provocações amigáveis, passou-se à livre intervenção dos convidados...

Pode fazer-se humor de tudo? Por exemplo, no caso da ETA, dos seus comunicados –absurdos e inapresentáveis–, ou da monarquia? Com a bola no campo português, Ricardo Araújo Pereira reflectiu sobre esta censura ou autocensura. Parece que também Portugal tem de auto-controlar-se quando aborda o tema cómico. Para Ricardo Araújo Pereira, existem tabus em que não se pode tocar, seja Cristo, enquanto símbolo da nação, ou os computadores dos miúdos, se tiverem uma cruz no ecrã... “Uma coisa é fazer humor com as ondas do mar e outra com a religião”. Quando

chegamos à igreja, alto lá. David Sánchez reconhece que sofreu censura religiosa: “Nas comédias, gasta-se mais em reconstruir igrejas do que noutras partes da produção. As autoridades eclesíásticas pedem o guião e, se houver alguma piada ou situação de mau gosto (para eles, claro), proibem a exibição”. Algo distinto é a autocensura, que é o limite que cada um impõe a si mesmo. Em Espanha, por exemplo, fazer humor sobre os atentados do 11 de Março é impensável.

Coronas, mordaz como sempre, referiu ainda: a censura de políticos ou de empresários de meios audiovisuais que não se pode incomodar. “Quem tem dinheiro, tem um humor rançoso, e nos conselhos de administração a maioria é do Opus”. Sofia de Portugal defendeu a liberdade no teatro, onde não chega nem a censura religiosa nem a política.

O debate continuou entre risos, comentários jocosos e uma boa dose de humor. Mas como surge o processo de criação para criar o humor?.

Uns sozinhos e outros acompanhados, todos tentam dar corpo a situações que se revistam de humor. Unanimidade entre os convidados ao assegurar que o humor vem do drama, do conflito entre os dois. Basta apontar como exemplo que a série de êxito *Aída* não é, senão, a história de uma mulher marcada por uma vida quase miserável.

Nem é preciso dizer que, segundo os protagonistas do debate, o humor precisa, e deve, inspirar-se no presente, na actualidade do dia-a-dia. A fonte inesgotável de inspiração está nos jornais, nos telejornais, em observar como se comportam as pessoas na rua, como falam, de que falam.

Javier Coronas resumiu, assim, o assunto: “O humor tem de ser de hoje, fresco, familiar e muito próximo da rua”.

Mas porque se riem as pessoas?

Esta filosófica questão foi lançada pelo moderador, Pepe Colubi.

Para Ricardo Araújo Pereira, os portugueses vivem bem na miséria, comprazem-se com a sua situação e é por isso que estão sempre tristes.

Sofia acrescentou que os seus compatriotas suportam as desgraças sem se queixarem, vivem-nas com um prazer quase masoquista, o que lhes dá um tom mais poético. Os dramas são filosóficos e de raiz e herança

cultural de séculos. O facto de rirmos faz com que suportemos mais e melhor as misérias da vida.

E continuamos a rir enquanto discutimos o que é que nos faz rir. E mesmo que, como apontou um dos protagonistas, saibamos que vamos morrer. Nas suas próprias palavras: “Só o ser humano é que se ri, embora vá morrer”.

Rimo-nos uns dos outros, Espanha de Lepe, Portugal do Alentejo, Brasil de Portugal, os franceses dos belgas.

Já adiantada a mesa-redonda, considerou o cronista que devia encontrar-se uma definição escrupulosa e racionalizada do que é o humor. Não há nada que o dicionário não resolva e eis o que procuramos: o humor ou humorismo (do latim: humor-oris) é definido como o modo de apresentar, julgar ou comentar a realidade, destacando o lado cómico, engraçado ou ridículo das coisas. Poderíamos continuar com outras reflexões sobre o que consideramos humorístico ou que nos mete piada: “rir, para não chorar” ou que “o homem sofre tão profundamente que teve de inventar o riso”, como disse Nietzsche, tão próximo da filosofia cínica. Embora bem observado, isto já tinha sido sugerido metaforicamente pela mesa, de onde se aflorou que, afinal de contas, nos rimos por pura catarse ou antídoto espiritual.

Humor e riso foram as constantes deste *Ágora Palestra*, fazendo os convidados uso da comicidade, a qual nos levaria ao entretenimento e ao processo de comunicação entre nós e vós, para que ríamos. Da frase referida anteriormente com parágrafos desta crónica, o riso é, aliás, uma das poucas coisas que individualizam o ser humano, “embora saiba que vai morrer”. Os etólogos assinalam que o humor é, acima de tudo, um rito que surge nos lábios dos primatas e se revela quando estes se deparam com situações para eles absurdas ou incompreensíveis, como se disse certeiraamente. Embora cada um se ria do que lhe dá graça, tendemos a desligar-nos de acontecimentos que nos causam intranquilidade, e que cada um pode associar a uma desgraça (humor negro) e ao riso nervoso (subconsciente). Se há alguma utilidade em rirmo-nos de nós próprios, das ancestrais e antropológicas características que fazem de nós um país

–espanhóis e portugueses–, ela não é, senão, a tentativa de “vomitar” a violência, engendrada na frustração e no sofrimento...

Investigo intrigado, já não a definição de humor já exposta, mas a origem do termo: “a origem do termo “humor” vem da teoria dos quatro humores do corpo da medicina grega, que regulavam o estado de ânimo. Só falta falar da bílis, da fleuma, do sangue e da bílis negra.

É tão certo existirem diferentes tipos de humor como existirem diferentes sensibilidades e grupos humanos. Se a criança se ri quando alguém tropeça, nunca nessa idade compreenderá a sátira e a ironia.... Seja o humor como for, no seu sentido mais amplo, contribuiu para lidarmos com despreocupação com as coisas sérias, e seriamente com as coisas ligeiras. A literatura, o cinema, a televisão ou o humor gráfico contribuíram para nos rirmos de nós próprios, dos outros, do que nos rodeia e que nos faz pensar... no riso. Até os psicólogos e psiquiatras asseguram que o riso e o sentido de humor influenciam de forma muito positiva a nossa saúde, mesmo nos casos das doenças mais graves. Tal como alguém disse, seriam intermináveis as propriedades curativas do riso, de portugueses e de espanhóis, e do mundo em geral. Rir é uma poderosa ferramenta curativa e, onde houver uma boa gargalhada, não serão precisos comprimidos para a ansiedade. Uns riem-se do toiro viril, outros do galo cantador e madrugador.

Hormonas de fora, libertadas pelo riso, para que nos tornem mais felizes do que o sofrimento que as provocam. Tal como fizemos em *Ágora Palestra*, a melhor forma de fazermos cara de palhaço é pormo-nos diante de um espelho. Rirmo-nos é libertarmo-nos daquilo que nos angustia e que certamente nada tem a ver com fronteiras. Se o fado e o flamenco são “queixumes” da alma, o toiro e o galo são símbolos que não conhecem a Raia, os risos de uns e de outros são universais porque conhecem o mesmo rito e a mesma boca.

Abre-se espaço a questões a um público com perguntas na ponta da língua. É de excelente humor que termina este *Ágora Palestra*, 2010. Agora vem aí o futebol e, como a própria vida, uns a chorar e outros a rir. ❖



A CULTURA PORTUGUESA ENVOLVE A
CIDADE

MARTÍN CARRASCO

“A Espanha que procurava a democracia viajou até Portugal para ver “a revolução”, e sentiu-se mais próxima do que nunca de um país que, até então, parecia ignorar”.

Ángel Campos Pámpano

O número 4-5 da revista *Espacio/Espaço Escrito*, publicado na Primavera de 1990, foi dedicado inteiramente ao grande lusitanista José Antonio Llardent. Nesta monografia consta uma esclarecedora entrevista intitulada *El iberismo sin recelos*, realizada por Eloy Fernández Clemente, em que Llardent defende a necessidade de “institucionalizar” as relações culturais entre Espanha e Portugal, de estruturá-las, “Há interesses individuais –afirma Llardent–, conjunturais, que se podem perder se não institucionalizarmos”. E continua –“Creio que a posição de Clarín é, ainda, actual: criar instrumentos de relação cultural efectivos e permanentes, e depois..., logo se vê”. A introdução da cultura, entendida como factor favorecedor da unidade entre povos vizinhos, que devem, antes de mais, conhecer-se, deve ser entendida como um grande avanço em termos sociopolíticos– “Actualmente, o iberismo morreu. O seu momento histórico passou. Não há nada que justifique continuar a pensar nisso. O que há, isso sim, são dois povos fraternos, cujas culturas importa divulgar”.

Não há dúvida de que esse mesmo espírito fraternal continua a acompanhar as relações culturais da Extremadura e de Portugal, ganhando forma e visibilidade em projectos, como o Museu Extremenho e Ibero-americano de Arte Contemporânea (MEIAC), com exposições de teses que acrescentaram

valor a essas relações com a análise artística e mesmo literária. Recordemos, para citar algumas, *Surrealismo em Portugal 1934-1952*, celebrada em 2001, em colaboração com o Museu do Chiado, e organizada por Perfecto E. Cuadrado e Maria Jesús Ávila, em que assistimos “a esta aventura capital (o Surrealismo) na formação de uma modernidade efectiva em Portugal”, ou, a mais recente, *Suroeste. Relaciones literarias y artísticas entre Portugal y España (1890-1936)*, organizada por Juan Manuel Bonet e Antonio Sáez Delgado, na qual se destaca a importância do simbolismo literário e se examinam as nossas “vanguardas históricas”, analisando-se toda uma rede de cumplicidades, que diz respeito, não só às grandes figuras mas também a outras até agora menos conhecidas— “Os anais de ligação da amizade: actores principais com papéis secundários e actores secundários com papéis principais”, como é sugerido, por Sáez Delgado, no excelente e bem documentado catálogo.

Neste mesmo sentido, o Museu Vostell Malpartida foi consciente, desde o início, da proximidade de Portugal, a marca pessoal de Wolf Vostell, sempre caracterizada por propostas cosmopolitas, não podia deixar de lado o país vizinho. Com a denominação “Colecção de artistas conceptuais” —realizou-se muito recentemente uma mostra baseada nestes fundos—, inclui um conjunto de obras de criadores de três origens: espanhóis, portugueses e polacos, chegadas ao Malpartida novamente através da mediação de Vostell e do convite aos seus autores para participar nas entusiásticas actividades que o Museu desenvolveu nos anos imediatamente após a sua fundação, tal como as já emblemáticas Semanas de Arte Contemporânea do Malpartida (SACOM), celebradas entre os anos 1977 e 1983, o *Manifiesto del Lavadero*, de 1980, e o Dia de Arte Contemporânea (DACOM), de 1983. A meu ver, estas propostas são fundamentais para definir as bases da contemporaneidade artística extremeña; a colecção de obras de artistas conceptuais provocou a exploração de outros territórios, que estabeleciam uma relação entre o artista e a sociedade, a vida e a nossa condição humana, longe de uma arte imitativa baseada no “quadro-janela” e de outros estereótipos

academicistas. Um simples olhar pela lista dos nomes dos artistas espanhóis presentes naquela colecção dá-nos a ideia da amplitude de expressões estéticas que o museu pretendeu abranger: Armengol, Arranz Bravo-Bartolozzi, Conogar, Nacho Criado, Equipo Crónica, Esther Ferrer, Guinovart, Hidalgo, Concha Jerez, Ledo, Miralda, Muntadas, Saura, etc.. Quanto à colecção de obras portuguesas, é de destacar o trabalho aglutinador de Ernesto de Sousa, que, juntamente com artistas, como Alberto Carneiro, António Barros, Pestaña, Cerveira Pinto, Fernando Calhau, Helena Almeida, João Vieira, Julião Sarmento ou Tulia Saldanha, entre outros, participará nas primeiras actividades organizadas pelo museu, assumindo, desde cedo, a ideia de instaurar uma nova experiência ligada ao meio, à terra e às suas gentes. Finalmente, no âmbito do Dia da Arte Contemporânea do Malpartida (DACOM), realizado em 1983, o museu acolheu a exposição de onze artistas da vanguarda polaca, entre eles, Golkowska, Teresa Murak, Ewa Partum, Kalina, Julian Razeko e Sztabinski, ficando aqui também as suas obras. A tudo isto, faz menção Mercedes Guardado, no seu livro recentemente publicado, intitulado “Mi vida con Vostell. Un artista de vanguardia”.

Neste périplo, não podemos esquecer a já referida revista *Espacio/Espaço Escrito*, que nascia em 1987, sob os auspícios da Autarquia de Badajoz, com o subtítulo “Revista de literatura em duas línguas”. Uma publicação que deu a conhecer, de forma “estruturada”, as culturas de dois povos –o português e o espanhol–, e cujas relações, nas palavras do escritor extremenho Ángel Campos Pámpano, um dos seus fundadores, “só podem evoluir graças a pequenas “aproximações”, que farão com que os nossos vizinhos nos sejam cada vez mais familiares (...). Espanhóis e portugueses devem necessariamente esquecer os “fantasmas” do passado e procurar um lugar de confluência das duas culturas, que têm de eliminar certos “pesadelos” absolutamente infundados”. Estou convencido de que, por detrás deste comentário –“pequenas aproximações”–, Campos Pámpano evocava Fernando Pessoa, que já nos anos vinte escrevera um texto premonitório sobre a necessidade de editar uma revista em duas

línguas tão próximas etimologicamente, como a espanhola e a portuguesa, com o fim de servir de ajuda à aproximação dos dois povos que ele, naquele momento, qualificava como “próximos mentalmente”: “Vendo bem, e, em princípio, a ideia de uma revista em duas línguas não se apresenta simpática. Há, porém, uma reserva a fazer a esse preconceito natural. E quando as duas línguas são tão próximas uma da outra, que qualquer delas é inteligível a quem, propriamente falando, não saiba senão a outra. Não há no mundo duas línguas tão justamente nestas condições como a espanhola e a portuguesa. Por isso, uma revista nestas duas línguas perde quase todo o carácter absurdo que revestiria se houvesse maior distância etimológica entre um e outro idioma... De há tempos para cá se vem fazendo, por um processo de combinação espontânea, que vale muito mais, e significa muito mais do que qualquer táctica de política amistosa, uma aproximação mental entre Portugal e Espanha. Dir-se-ia que os dois países repararam, por fim, no facto aparentemente evidente, de que se uma fronteira separa, também une; e que, se duas nações vizinhas são duas por serem duas, podem moralmente ser quase uma, por serem vizinhas. Esta aproximação mental não implica, de parte a parte, a abdicação de coisa alguma em que consista essencialmente a independência ou a personalidade de cada uma das nações: duas criaturas podem ser amigas sem ser sócias. Implica tão-somente um estabelecimento de entendimento e de amizade, natural no caso de Portugal e de Espanha, que nenhum conflito de ambições hoje separa, que uma civilização tradicional comum aproxima, e que se encontram mais do que nunca ante o problema, comum também, de defender, naquela larga extensão da América, que por ambos foi civilizada e aberta à continuidade do progresso, a tradição civilizacional ibérica contra a incursão disruptiva de conceitos civilizacionais estranhos”.

EXTREMADURA, A SINGULARIZAÇÃO DE UMA OFERTA CULTURAL

Como costuma suceder no âmbito da cultura, as páginas destes diferentes projectos estão repletas de uma rede de cumplidades, que são,

e continuam a ser, o suporte quase imprescindível para que possam funcionar. Todos eles pressupõem um olhar atento às realidades mais próximas relacionadas com os acontecimentos contemporâneos, com o que sucede em cada momento, e com uma decidida vocação de abertura. Projectos necessários e, portanto eficazes, que surgem numa região periférica como a estremenha, com o que isso significa de procura de um espaço próprio no quadro do Estado das Autonomias. A Extremadura coloca, uma vez mais, a tónica na sua relação preferencial com o país vizinho, de onde advém a importância do aspecto cultural como elemento construtivo de um espaço de confluências, de interesses comuns.

Mas o mais singular é o seu ideário. Para além da articulação dos conteúdos, cada uma destas propostas responde a uma série de factores que as tornam inovadoras no contexto ibérico dos processos culturais, a saber, a aposta nos espaços fronteiriços como lugares de encontro e de intercâmbio de ideias no contexto de uma Europa sem fronteiras; a eficácia da cultura como elemento dinamizador de um território fronteiriço –a raia– que, tradicionalmente, tem vindo a sofrer a inércia de uma marginalização histórica, e a utilização do bilinguismo como via de (re)conhecimento mútuo. Por isso, cabe sublinhar a singularização da oferta cultural estremenha, graças a este tipo de iniciativas, que equivale a privilegiar, do ponto de vista da cultura, um espaço de diálogo permanente com o país vizinho.

Se no nosso peculiar imaginário tínhamos criado um contexto de afastamento da realidade “Portugal”, já para não dizer de indiferença –dois povos próximos que, no entanto, têm virado as costas um ao outro secularmente, e toda a conhecida lista de lugares-comuns–, actualmente, vivemos um período de normalização gradual, graças, em boa medida, a vivências quase comuns, relacionadas com a nossa história mais recente, como o advento da democracia, após o final das duas ditaduras, e a entrada conjunta na Europa. Não há dúvida de que projectos, como o MEIAC, a revista *Espacio/Espaço Escrito* ou a articulação da Colecção de Artistas Conceptuais, através das Semanas de Arte Contemporânea do Museu Vostell Malpartida, têm contribuído para essa normalização, aos quais há a

acrescentar *Ágora. O debate peninsular*, o exemplo mais palpável de “institucionalização” –outra vez Llardent– das referidas relações, ao estabelecer, a partir de uma vontade pública vigorosa, um debate activo sobre temas da actualidade vinculados ao diálogo entre ambos os países, e que, graças à minha participação como cronista na secção *Ágora Cena*, conheço, agora, em primeira mão.

Em suma, projectos que contribuem para a “aproximação” de que falava Fernando Pessoa, uma aproximação cada vez mais estreita, graças ao espaço luminoso que a cultura sempre oferece.

UMA RELAÇÃO VISUAL

Sou “raiano”, de Villanueva del Fresno. Diria que a minha relação com Portugal é “visual”. Do terraço da casa dos meus pais vê-se Portugal, embora antes de nos mudarmos para esta casa fôssemos nós, sobretudo o meu pai, que íamos ao encontro quase diário de Portugal, da fronteira. Eu e os outros miúdos do quartel subíamos para o Land Rover e brincávamos em Santo Amador, o antigo posto fronteiriço. Recordo-me de que não nos deixavam olhar com os binóculos para o quartel dos “guardinhas”, e de que o meu pai e os seus colegas revistavam os carros que iam de um lado para o outro da fronteira.

Apercebi-me, ainda em criança, dessa desconfiança, e também de certo ar de superioridade dos espanhóis, que ainda persiste, e da nossa mania de nos compararmos.

Chamava-me a atenção o luto com que se vestiam: um negro solene que contrastava com os sacos de caramelos que compravam nas lojas da aldeia, com os seus papéis de mil cores. Hei-de lembrar-me sempre das ruas das lojas da aldeia, em certos dias, repletas de portugueses, carregados de sacos de caramelos e chocolates.

Nunca me esquecerei de Luísa, “a contrabandista”, que visitava a caminho dos recados que tinha de fazer à minha mãe, nem da agitação na aldeia por causa do turbulento assassinato do político Umberto Delgado, sinal da

mediocridade de outras épocas, de um obscuro passado tão recente. Nem o café Camelo, que nunca faltava nas despensas das nossas casas, uma verdadeira lenda. Aliás, a minha condição profissional obriga-me a recordar uma mostra de arte contemporânea a propósito do café, na Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, envolta, como não podia deixar de ser, em aromas de café. Como disse, a minha relação com Portugal é “visual”...

A VARIEDADE, A GRANDE MUSA...

EXPOSIÇÕES: ARTISTAS PLÁSTICOS DA RAIA IV

Começo a minha experiência como cronista de *Ágora Cena* com a contemplação desta mostra colectiva de artistas extremenhos e alentejanos, que precede, em alguns dias, a inauguração de *Ágora. O debate peninsular* (Badajoz, 18 a 24 de Outubro). Digo “experiência” porque escrevo este diário a partir das notas que fui tomando de cada uma das actuações e espectáculos que visitei, com o que isso implica de perspectiva e de reflexão, sem, no entanto, retirar o mínimo de aventura ao vivido, ou sequer do carácter inovador –para mim– da proposta.

Tive pena de não assistir à inauguração de *Artistas Plásticos da raia IV*. Estou habituado aos tiques rotineiros, típicos deste tipo de actos cada vez mais sociais, já se sabe, os cumprimentos, a bebida... sei que fazem parte da sua idiossincrasia. Mais de uma vez disse aos meus amigos que nós, os técnicos, trabalhamos efectivamente nas inaugurações, embora não acreditem. Normalmente, conversamos com os organizadores para trocar impressões sobre as suas iniciativas e projectos que têm entre mãos. Quem me conhece, sabe da minha insistência na defesa do papel, do desenho, dada a nossa falta de coleccionismo, tendo em conta também as características sócio-económicas da nossa Comunidade Autónoma. De resto, devemos integrar modelos relacionados com a gestão de espaços de exposições que estão a funcionar por aí fora, como *Generaciones*, *La Casa Encendida*, *Matadero-Madrid* ou o *INJUVE*, em que os jovens ocupam um lugar primordial.

No caso em questão, já sabia do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Associação de Universidades Populares da Extremadura (AUPEX), para a qual organizei, há tempos, uma exposição na Casa de Cultura de Villafranca de los Barros. Afinal, não pude conversar com eles, como era minha intenção. Recordo-me de que, nesse dia, estive em Elvas, a visitar outra mostra no Museu de Arte Contemporânea-Colecção Cachola, *Fragmentos. Arte Contemporânea na Colecção Berardo*, com peças extraordinárias de Balthus, Warhol, Bacon, Juan Muñoz, Popova... havia um pequeno desenho de Picasso, precisamente dos inícios do cubismo; um imponente Beuys; um singular Merz... entre outros. Quem, como eu, não tem carro, aproveita qualquer viagem de amigos para visitar exposições, e, desta vez, calhou ao meu chefe; aliás, para além de gostar de as ver, tenho de visitá-las por questões profissionais, pois tenho de noticiá-las no *Trazos*, o suplemento cultural do diário HOY, onde escrevo. E de Elvas a Évora, à Fundação Eugénio de Almeida, para contemplar uma mostra de desenhos de Bacon, a mesma que vira em Buenos Aires, meses antes, no Centro Cultural Borges... e sem prejuízo da emoção de então, agora renovada.

Por outro lado, as inaugurações são também uma excelente oportunidade para conhecer os verdadeiros protagonistas do evento, e refiro-me aos artistas: Fernando Mancera (Sevilha, 1971), Luís Ançá (Reguengos de Monsaraz, 1955), María Nieves Martín (Salamanca, 1948), Manuel Casa Branca (Montemor-o-Novo, 1965), Fernando Serrano (Cáceres, 1956), Alice Alves (Montemor-o-Novo, 1965), Gloria Morán (Almendralejo, 1974), Vasco Fernando (Porto, 1949), Nieves García Barragán (Berlenga) e o grupo SPS, formado por Antonio Méndez, Als Guinaldo e Emilio Papel.

Faço a minha visita a sós, peça por peça, detendo-me na “variedade” das propostas, que continua a ser a grande musa e na senda fotográfica de Nieves García Barragán, com os seus *Reflejos* e *El beso*, ambas de 2010; a série *Conos-Esculturas* de Fernando Serrano, e as múltiplas derivações oferecidas pela figuração, tal como o expressionismo contido de Manuel Casa Branca, o carácter simbólico e evocador das obras de

María Nieves Martín e Gloria Morán, ou a boa concepção de *Prototipo de enamorado II* (2010), um retrato de Fernando Mancera. De resto, aponto no meu bloco de notas o nome de SPS, um grupo artístico oriundo de Cáceres: quero saber mais sobre eles, e leio que expuseram no DA 2 de Salamanca, que participaram no MUSAC de León e em espaços alternativos, como o Espaço de Arte Contemporânea *El Gallo*, de Salamanca. Não é de estranhar. No SPS descubro o olhar mais intencionado.

Antes de partir, saúdo a responsável pela sala das Casas Mudéjares. Concorda comigo em que hoje, mais do que nunca, dependemos dos jovens, “São o futuro” –afirma–, “Principalmente nos tempos que correm”, acrescento.

O VALOR CONFIGURADOR DA FOTOGRAFIA

EXTREMADURA E PORTUGAL. A COOPERAÇÃO EM IMAGENS

Em *Ágora. O debate peninsular* dizem-me que o interesse da mostra *Extremadura e Portugal. A cooperação em imagens* está nos seus aspectos documentais, pensando, talvez, que as minhas preferências no âmbito fotográfico estariam marcadas por uma visão, digamos, “esteticista”. É o que sucede nestes casos, a tipificação profissional costuma ser fértil nestes clichés. Nada mais longe da verdade. Sempre fui para além da análise esteticista da fotografia, pois defendo e confio no “valor configurador” da realidade que esta nos oferece, parafraseando a famosa retratista Annie Leibovitz: “até a fotografia mais pré-concebida transmite alguma coisa”.

A exposição é composta por uma selecção de fotografias que recolhem momentos fundamentais relacionados com a cooperação dos dois países. Espanha e Portugal começaram a partilhar um espaço comum europeu há vinte e cinco anos. Durante este tempo, a Extremadura e as regiões portuguesas do Alentejo e Centro desenvolveram inúmeras actividades de cooperação. Hoje, estamos mais perto uns dos outros, e na nossa memória

ficam todas as imagens que marcaram esta nova época de relações entre a Extremadura e Portugal.

Quando passamos em análise a história em imagens da nossa Comunidade Autónoma, apercebemo-nos de que não existem muitos álbuns de fotografia em que se mostrem directamente os protagonistas dos processos culturais, económicos e políticos, o quem é quem –em termos de visibilidade– de um determinado momento, de onde o valor desta mostra que, pelo menos, recolhe boa parte dos protagonistas da nossa história mais recente. São, em muitos casos, “fotografias de família” em que recuperamos “lugares” com os seus respectivos “protagonistas” e vice-versa.

Em suma, um repertório de imagens que tem a harmonia do anónimo fotográfico. Digo que não têm autor (re)conhecido? Não, acentuo o “valor configurador” da realidade, a partir de qualquer imagem fotográfica, face à fotografia como obra de arte, centrada meramente nos seus elementos estéticos. Um exemplo seria a actual exposição sobre a República portuguesa, que pode ser visitada na Fundação Calouste Gulbenkian, onde a presença da fotografia não se reduz a imagens emblemáticas de autores consagrados, embora também as haja, mas consiste no papel fundamental do anónimo fotográfico, capaz de preencher múltiplos vazios por meio das conotações acumuladas pelo tempo.

COMO A PRÓPRIA VIDA

CINEMA: *CALL GIRL*, 2007, DIRECTOR: ANTÓNIO-PEDRO VASCONCELOS

Começamos pelo final. Já terá o leitor verificado que o público não se levanta de imediato dos seus lugares quando gosta de um filme. Respira-se um momento de silêncio prolongado, em que até se lê praticamente toda a ficha técnica, o filme agradou-nos tanto que queremos saber mais. Foi o que aconteceu no Centro de Ócio Contemporâneo (COC), com *Call girl* (2007), dirigido por António-Pedro Vasconcelos. Deste director vi outro filme,

Os imortais, que foi apresentado no Festival Ibérico de Cinema de Badajoz, em que Vasconcelos esteve presente, e em que foi homenageado um dos actores mais reconhecidos e reconhecíveis do cinema português, Joaquim de Almeida. Também creio lembrar-me de Nicolau Breyner, outro dos protagonistas, e actor fetiche de Vasconcelos. *Os imortais* não tem nada a ver com *Call Girl*; é realizado num registo completamente diferente, é uma história de reencontros de ex-combatentes que alimentam o seu tédio, recordando “batalhazinhas” passadas nas colónias, tédio esse que não conseguem combater, decidindo, então, planejar um roubo. Um cruzamento de histórias paralelas –como é habitual em Vasconcelos–, com uma história de amor que se desenrola num primeiro plano e que tem como pano de fundo as memórias bélicas que continuam a marcar o seu presente.

Como se vê, já vinha predisposto a viver uma experiência de cinema, o título do filme parecia-me, à partida, muito sugestivo. E, depois, a atmosfera do COC, o tempo preciso para um café e para procurar um bom lugar.

Para maior e melhor prazer, fui ao cinema fortemente decidido a não cair na “interpretose”, e lembrei-me de uma belíssima frase da artista americana Agnes Martin, que punha em prática, a partir desse momento, como cronista *in pectore* de *Ágora Cena*. Essa frase dizia –tanto quanto me lembro– que de uma obra de arte (seja em que área for, acrescento eu), se esperam emoções; de uma obra sobre ideias, apenas ideias... É tanto o que já se escreveu e se escreve sobre arte que, afinal, esta se transformou numa ocupação intelectual. Foi com esta determinação, como digo, que vim ao cinema, sim, sem constrangimentos e aberto a receber muitas emoções.

Em primeiro lugar, *Call girl* surpreendeu-me pela capacidade de Vasconcelos de definir os protagonistas com apenas alguns planos iniciais. Destaca-se a actriz Soraia Chaves, no papel de Maria, uma sedutora e moderna “femme fatale”; PJ, o jovem polícia, ex-amante da rapariga, interpretado por Ivo Canelas; e Carlos Meireles, o autarca –está escrito na sua cara– bonacheirão, protagonizado por Nicolau Breyner, capaz das maiores loucuras para satisfazer a sua –para ele– namorada. E, para completar, um rufia bem conhecido, Joaquim de Almeida, no papel de Mouros.

O argumento gira em torno de Maria, uma prostituta de luxo, que é contratada por Mouros para seduzir um autarca, para o poderem chantagear, pois depende dele a decisão de autorizar a construção de um grande negócio imobiliário, relacionado com o sector turístico. E no meio, um jovem polícia que, em tempos, fora namorado de Maria. Os tópicos do cinema policial são, aqui, bem recuperados, por exemplo, o par de polícias, com os seus diálogos recheados de calão, e a serenidade, para não dizer indolência, do polícia mais experiente, sempre em cima de PJ, protótipo do jovem que acaba de começar, impulsivo e desejoso de chegar a comissário. Como a própria vida.

O texto que se segue foi publicado no jornal português Diário de Notícias, a 27 de Dezembro de 2007, com o título *A prostituta, o autarca e a corrupção à sua volta*, e, a meu ver, ilustra bem a transformação do cinema português, graças a directores como António-Pedro Vasconcelos:

“Só olha para o umbigo, não olha para a realidade; é feito “para os amigos”; é “intelectual” e autorista, não sabe contar histórias e não fala dos problemas do País, das pessoas comuns e da actualidade. Estas são algumas das queixas constantemente atiradas ao cinema português, e, por vezes, com razão. Mas convém que quem as faz, sobretudo sem ir ao cinema para as fundamentar, vá ver *Call Girl*, de António-Pedro Vasconcelos, para perceber que os filmes portugueses já não são redutíveis às suas queixinhas”.

Ah, quase me esquecia de dizer qual é a razão de fundo de *Call Girl*: a necessidade a todo o custo de fazer dinheiro fácil. Ou seja, como a própria vida.

DEMONSTRAR, SEMPRE DEMONSTRAR

TEATRO: VASCO DAS FORÇAS, ACTUAÇÃO INFANTIL PARA COLÉGIOS

Fiquei contente por esta actividade do programa *Ágora Cena* ter sido “teatro para crianças”. A atmosfera, que envolve uma obra de “teatro para

crianças”, é inteiramente representativa do interesse dos mesmos em relação ao que estão a ver em cena: tem muito de *Cinema Paraíso*, de risos nervosos, de susto, quando é preciso assustarem-se, ou de assombro, quando temem que alguma coisa corra mal ao protagonista, com toda a certeza, “o bom” da história. E exteriorizam tudo isto sem disfarçar, como deve ser. Sinto-me atraído pela lógica absurda do teatro, pelos contos e pelas brincadeiras infantis, ao mesmo tempo extremamente racionais. Encerram um rigor absoluto e não têm moral. Interessa-me a forma como se transmite espontaneamente de uma geração para outra, e mesmo de um país para outro, saltando as fronteiras culturais. Viajam no tempo e no espaço, quase como electrões livres e sem controlo. É, pois, curioso, nisto mudámos muito pouco.

Há alguns dias, assisti, em Matadero de Madrid, a uma peça –permitam-me a classificação– de “teatro para idosos”, e acreditem que, se não fosse pelas fórmulas de cortesia que obrigam a certos comportamentos relacionados com o “saber estar”, não sei o que teria sido dos actores... Algo que as crianças não hesitam em demonstrar descaradamente o seu desagrado, se o que estiverem a ver não for do seu interesse, e a vida paradoxalmente costuma assemelhar-se a espectáculos que não têm o mínimo interesse. O que significa que ainda não estão completamente domesticadas, e ainda bem! São uns lincees...

Que chatice, cheguei muito em cima da hora! Gostava de ter podido sentar-me junto deles para partilhar as suas sensações. De qualquer forma, no lugar em que me encontrava conseguia ouvir o murmurinho que faziam, embora a reprimenda dos professores incomode mais, se é que é possível, do que o barulho produzido pelos pequenos. De repente, fez-se luz no cenário, e tudo ficou em silêncio...

Em seguida, assisti à grandeza do disparate. Dizem que o território da arte é o da imaginação e que, quanto mais disparatada é esta, melhor é aquela. Já repararam nos desenhos das crianças de 4, 5 ou 6 anos...? Tais “disparates” têm a beleza do erro porque nessas idades são incapazes de “copiar” a realidade, insinuam-na com atalhos e, por isso, assistimos a uma

festa contínua da surpresa. Por outro lado, acho horríveis os desenhos das crianças de mais idade, por volta dos 10 ou 11 anos, no seu desejo de “decalcar” a realidade –que aborrecimento!– parecem esquecer que há muito tempo que já existem máquinas fotográficas... Sempre a necessidade de demonstrar, de comparar, de ser maior do que, mais forte do que, e mais tudo do que...

É precisamente disto que trata a obra de teatro infantil *Vasco das Forças*, de “demonstrar”, ou melhor, da violência escolar ou “bullying”, um fenómeno de plena actualidade que, aliás, alastra como um vírus –nunca melhor ditona rede, transformando-se no denominado assédio cibernético ou “ciberbullying”.

O argumento é o que se segue. Era uma vez... um menino pequenino e muito magro chamado Vasco, a quem a sua mãe contava todas as noites, antes de dormir, as façanhas de um dos seus antepassados, Saraiva das Forças. No fundo, estas estavam mais relacionadas com a inteligência do que com a força. Durante mais de uma noite, Vasco sonhou que era Saraiva das Forças. “Sonhou que estava a jogar bilhar com os colegas mais velhos da escola. De repente, começaram todos a querer bater-lhe, a gozar com ele e a dizer que ele não tinha força nenhuma! Só que o Vasco das Forças ria-se e encolhia os ombros porque sabia que era o mais forte, afinal”. No entanto, a realidade era bem diferente: o pobre Vasco era gozado no recreio pelos seus colegas mais altos e mais fortes, que lhe chamavam “palito”. Uma situação angustiada, que se prolongava no tempo, sem o conhecimento dos professores ou da sua mãe, a quem não queria preocupar, com medo de represálias. Até que um dia, cheio de coragem, decidiu confrontá-los: “A minha mãe sempre me disse que os mais pequenos são mais rápidos e mais espertos”, tomando como exemplo Saraiva das Forças, o seu trisavô, que lutava contra a violência, defendendo sempre os mais fracos.

Vasco tinha interiorizado a sabedoria do seu antepassado: “Quando te faltar a força, usa a inteligência, quando te sentires pequeno usa a rapidez, e quando pensares mais depressa, correrás mais depressa...” Com manha,

conseguiu desfazer-se deles, e “passou a defender sempre os meninos mais novos, e ensinava-os correr e a fazer truques para não serem apanhados. Mas o mais importante era divertir-se e fazer amigos”.

Pouco depois, contou tudo aos seus pais. A mãe, que era bisneta de Saraiva das Forças, sorriu e disse-lhe, pondo-lhe uma espada sobre o ombro: “Eu te nomeio cavaleiro, Vasco das Forças”. Tudo de uma forma teatral, como manda a situação.

MAGIA, IMAGINAÇÃO...

CONCERTO: JÚLIO PEREIRA, 21.00H TEATRO LÓPEZ DE AYALA

Abusemos do lugar-comum, a vida é feita de momentos musicais... Associo a música de Júlio Pereira a viagens pelas aldeias raianas, em companhia de Pepa e de Antonio Ángel, ambos artistas, embora, desta vez, não tenham podido vir ao Lope, por isso, faço-o com duas amigas, também apaixonadas por Portugal. Aliás, foi precisamente com elas que fui há alguns dias a Monsaraz, para visitar *O Jardim Murcho*, uma belíssima exposição de Antonio Ángel. Mas não é este o tema que nos ocupa.

Como disse, combino com as minhas amigas no Lope e, enquanto espero por elas, leio no folheto: “Como instrumentista, compositor e produtor, ao longo de 30 anos de carreira, Júlio Pereira conduziu a sua preocupação artística por parâmetros que tomam como referência a universalidade das manifestações culturais, mas sem perder de vista a música tradicional portuguesa e a consideração étnica dos sons e das suas raízes”.

Chegam as minhas amigas. Entrada oportuna. Basta-me um simples olhar para me aperceber da fidelidade do público, um público aficionado, rendido desde o início, daqueles que acompanham o percurso de um músico de “toda a vida” e não hesitam em comprar –ou descarregar– todos os novos discos que lança no mercado. E foi precisamente isso o que fizemos quando acabou o concerto– comprar o novo disco de Júlio Pereira,

intitulado *Graffiti*, no qual tinha escrito o seguinte na contracapa: “Parte desta história diz que olhamos os graffiti(s). Outra, que os ouvimos. Mas a verdade é que eles nos observam”.

Claro, Júlio Pereira deleitou-nos com muitas canções de *Graffiti*, embora na imprensa a sua apresentação estivesse anunciada para uma semana mais tarde. Um pormenor, apenas!

Uma por uma, intercalam-se a voz de Sofia Vitória e a música instrumental de Júlio, fiel ao cavaquinho e ao bandolim, decididos a fazerem-se ouvir na vivacidade das suas notas, como no calor de *Magia imaginação*, que trauteámos em conjunto, e cujo protagonista é nada mais nada menos do que o Peter Pan, e continuámos no mundo efabulado de *Casas das histórias*, dedicada à artista portuguesa Paula Rego, e com a letra vinha -nos a lembrança dos seus quadros, “Há um gato a tocar/há um cão que é mulher/ e um corvo a querer voar/ de um desenho qualquer./ Uma casa no campo/uma voz, um centauro/e as asas d’um anjo tecer ao contrário/Magia imaginação...” Veio-me à memória a célebre frase de Simónides: “A pintura é poesia muda e a poesia é pintura falante”. Aliás, aproveito para recomendar uma visita ao museu de Paula Rego, em Cascais, intitulado com o expressivo nome de “Casas das histórias”, como não podia deixar de ser. Qualquer um ficará “maravilhado” com a sua arquitectura, também de fábula, de Souto de Moura.

E depois ouvimos *O que eu quiser* e o seu “grito porque é moda proibir gritar...” e a onomatopeica *Fitisera de Klarindon*, dialectal ou inventada, não importa... *Lágrimas de Madrid*... As minhas amigas, fiéis devotas da música de Júlio Pereira, cantavam em coro tema após tema, e confessaram-me que tranquilizava extremamente as crianças que assistiam com elas.

Queixamo-nos, muitas vezes, de que existe um fosso, cada vez maior, entre o universo mediático (o espectacular na sua acepção debordiana) e o real, o relevante e mesmo o excelente. É natural, uma vez que os órgãos de comunicação social estão submetidos à tirania das audiências e, portanto, o universo que criam é feito à medida dos gostos e dos sonhos da maioria. Júlio Pereira manteve-se fiel aos festivais, ao directo sem

concessões e soube saltar o fosso do real, do relevante e, por isso, do excelente, sem ceder a campanhas de marketing. “A arte é para todos, mas a autêntica arte muito poucos a conhecem” , escreveu um dia Duchamp.

De igual modo, um indivíduo progride num contexto, ganha independência em relação ao mesmo, mas a lógica dos tempos não acompanha, o “extravagante” distingue-se do comum e alcança a fama, isto é, insere-se no universo mediático, porque, como refere o artista maldito Miroslav Tichy, “faz uma coisa pior do que qualquer pessoa no mundo”. Supõe-se que, hoje, o artista deveria evitar o escândalo porque é uma estratégia desvirtuada pela vulgaridade, pelo enorme abuso que dela se faz, e, contudo, fenómenos como Lady Gaga ou Amy Winehouse vêm desmenti-lo.

“DES-COMPLICAR”, UMA PALAVRA MÁGICA

ENCONTROS LITERÁRIOS: *ESCRITORA: TERESA RITA LOPES*

Gostei de assistir ao encontro que a escritora Teresa Rita Lopes (Faro, 1937) teve com alunos de diferentes institutos da cidade, um desses mágicos momentos em que a recitação de alguns versos acabou por transformar-se numa experiência inolvidável. Em *Ágora. O debate peninsular* deram-me a escolher entre esta opção e a de ir, nesse mesmo dia, à tarde, ao Museu Extremenho e Iberoamericano de Arte Contemporânea (MEIAC), onde se celebraria outro encontro de características semelhantes ao da escritora portuguesa. Dado que não lido de perto com o ensino, preferi o encontro com os jovens, e não me arrependo disso.

Quem disse que os jovens não se interessam pela poesia? A comparência naquele local de vários grupos de alunos vem desmenti-lo. No palco, um professor de literatura, Rita Lopes e dois jovens que tiveram por missão apresentá-la na sua língua materna. Disseram-nos que viveu exilada treze anos em Paris, fugida da repressão salazarista, onde foi professora na Universidade da Sorbonne. Nela se doutorou com uma tese sobre Fernando Pessoa, –“com o qual dialoga”–, e que era, além disso,

autora de quatro livros de poesia... publicados, pois escreveu poesia durante toda a vida, “Escrevo um diário, os meus poemas são um diário, um diário minimalista”, cujas páginas mais visíveis podemos saborear em *Os Dedos os Dias as Palavras* (Porto, 1987), *Por Assim Dizer* (Lisboa, 1994), *Cicatriz* (Lisboa, 1997) e *Afectos* (Lisboa, 2000).

Mas dêmos a palavra a Rita, que, como dizia o filósofo francês Merleau Ponty, sobre os grandes artistas, nos falou com todo o seu corpo. Entre outras coisas, falou-nos dos seus inícios, disse-nos que começou a escrever quando aprendeu a escrever –“Um dia, mal aprendi a ler, foi a primeira menstruação de sílabas e nunca mais parei de sangrar versos”–, e falou-nos da necessidade de, nas suas próprias palavras, “des-complicar a poesia para que haja espaço para as emoções”. E aqui despertaram-se-me todos os sentidos: “DES-COMPLICAR”, a palavra mágica, e lembrei-me, mais uma vez, de Ágnes Martin e do seu único desejo de se emocionar com a contemplação de uma obra de arte.

Fica, portanto, claro que o aparente divórcio que a poesia provoca –e, que é extensivo à arte contemporânea– não reside numa disfunção do gosto ou numa degeneração dos meios literários ou artísticos, mas no fracasso dos modelos tradicionais de leitura, percepção e compreensão das obras. Os gostos mudam mas os sentimentos básicos mantêm-se.

Os alunos continuaram com entusiasmo a leitura de poemas de Rita Lopes, carregada de reflexões íntimas, do dia-a-dia, como *Minha velha máquina*, um poema de amor dedicado à sua velha máquina de escrever, que nunca trocaria por um computador, “Tens os dentes gastos/Já não deve haver quem te conserte/Imagino o desdém dos novos técnicos:/ “Nem eléctrica é!/ Não tem ainda computador?!”/O desprezo”; o ruído jubiloso do comboio em *A casa que vê passar os comboios*; ou um “familiar” *Pessoa dizia*. Não sei se no futuro algum dos jovens presentes se dedicará à poesia e à literatura, mas não há dúvida de que, a partir de agora, se abrirão a novas experiências poéticas como esta que viveram, certamente inesquecível, em busca dessas mesmas sensações.

Houve um verdadeiro interesse e muitas perguntas... Um conselho para um leitor de poesia?, “Ficar sempre com fome, não se saciar de poesia”. As suas influências? “Creio que não sou influenciada por nenhum *ismo*, estudei-os todos, há talvez um diálogo com o surrealismo, também com Pessoa, mas não creio que haja uma influência, mas sim um diálogo”. Como posso ser poeta? “Todas as pessoas têm a necessidade e a capacidade de se expressarem artisticamente, tanto em música como em arte, em poesia... Simplesmente, há que investir nisso”.

Rita Lopes despediu-se de todos nós com o que, à primeira vista, parecia um enigma, “Não tenho duas vidas, são a mesma”, e lembrei-me de novo de Merleau Ponty e creio que Rita traduzia as suas palavras: “o verdadeiro artista expressa-se com todo o corpo”.

QUEM ÉS TU, MIÚDA?

ACTUAÇÃO MUSICAL: OS AZEITONAS

Prefiro a aventura, ma, desta vez, para decidir se levava ou não o bloco de notas, folheei o dossiê de *Ágora. O debate peninsular*, para ver o que dizia sobre o grupo musical Os Azeitonas, porque não me “diziam nada”. Fiquei informado num instante: uma banda formada a partir de muitos anos a ouvir em segredo Neil Diamond na aparelhagem dos pais, dissimulando a emoção de ouvir os ABBA e ocultando os pêlos arrepiados pelas canções mais românticas de Bonnie Tyler. Ou melhor, “Os Azeitonas reivindicam (sic) para si mesmos o estatuto de fiéis depositários de uma música perdida entre as brumas do tempo e usam os versos de amor como arma de arremesso e de insurreição”. Ora muito bem.

É com essas linhas que começo a tecer a minha opinião, ajudado pelo público reunido, cujos fãs mais fervorosos são do sexo feminino. Também consigo vislumbrar um grupo de alunos portugueses Erasmus. Como também eu o fui em Itália, desenvolvi um sexto sentido capaz de os detectar até na escuridão de uma sala de cinema (há sempre algo que

deixam escapar, um jogo de palavras incompreensível, nos seus murmúrios).

O local começa a encher, e, pelo que me dizem, parece que há problemas de entendimento sobre questões, digamos, de “intendência”, já se sabe, questões relativas ao pagamento de honorários, se antes, se depois... Sucede que esta situação se prolonga e o público começa a impacientar-se. Por fim, Os Azeitonas vêm ao palco, as primeiras palavras do vocalista ironizam sobre o sucedido, o que indica que, por detrás do seu aspecto juvenil, há muita pancada levada ou, melhor, muita luta, e começa a actuação. Os aplausos mais fervorosos –claro!– vêm do grupo de alunos Erasmus, com gritos de aprovação ao estilo adolescente... Há um ritual que se repete: foco de luz directo para o vocalista, canção de refrão contagiante, olhar em redor e bom acompanhamento coral. Por outro lado, a imagem de marca é muito cuidada, arranjados mas informais, sem esquecer os seus grafismos de puro sabor “retro” actualizado.

Para começar, escolhem *Balada de um banco de jardim*. Um bom início. Apercebo-me de que, mais além dos preconceitos, Os Azeitonas têm um estilo próprio, se me permitem a lamechice, têm algo de trovadores modernos. Deleitam-nos, por esta ordem, com *Cantigas de amor*, *Já não te sinto em mim* e *Quem és tu, miúda*, esta última, a crer pelo entusiasmo adolescente, é a mais conhecida. Tudo isso adornado com rimas previsíveis próprias das baladas, que não desafinam de todo. Em *Nome da canção* parece-me ouvir “expressão desolada de amor”, enquanto que em *Nos desenhos Animados* se fala de príncipes encantados, e em *Um tanto ou quanto atarantado* se descrevem jogos amorosos a partir de jogos de palavras.

Em muitas melodias, a letra adequa-se perfeitamente, prolongando-se de forma natural, mesmo no caso dos chavões, tal como em *Anda comigo ver os aviões*, em que ouvimos uma vez mais, o chorar de uma harmónica. E, claro, *Café Hollywood*, para muitos um hino, e digo “claro” porque todos cantaram em uníssono, referindo-me, como não podia deixar de ser, ao grupo Erasmus... Em suma, boa imagem e bom repertório.

VERDADES A MEIAS

CINEMA: *A BELA E O PAPAARAZZO*

De novo no COC para ver outro filme de António-Pedro Vasconcelos, uma comédia romântica intitulada *A bela e o Paparazzo*, em que se conta, aliás, com a presença do director e da protagonista, a actriz Soraia Chaves, que já víramos em *Call Girl*. Ligo o gravador, pois as honras estarão a cargo do crítico de cinema Alejandro Pachón, a convite do director do Festival Ibérico de Cinema de Badajoz. Já aqui disse nos meus comentários sobre *Call Girl* que *Os imortais* foi apresentado neste festival.

Pachón referiu, em primeiro lugar, outros trabalhos da filmografia de Vasconcelos, entre os quais *Adeus até ao Meu Regresso* e *Jaime*. Este último “trata-se de um filme extraordinário, pela sua profundidade humana, pela sua simplicidade, onde as virtudes familiares são vividas com tanta inocência e teimosia... e onde António-Pedro Vasconcelos dirige, mas parece que não dirige, os actores –muitos não profissionais– e fá-los dizer toda a sua verdade e amor. Por outro lado, *Adeus até ao Meu Regresso*, tal como *Os imortais*, tem como pano de fundo as contradições próprias das guerras, ainda mais terríveis se forem coloniais, como nestes dois casos”.

As reflexões de Pachón giraram também em torno de *Ágora. O debate peninsular* e sobre o seu papel de ponte que possibilitou um reencontro –“não sei se um *remake* ou uma *sequela*”– de uma actividade que teve lugar em Cáceres, há alguns anos, e em que as opiniões de Vasconcelos originaram certa polémica. “O tema a debater –continua Pachón– eram as co-produções luso-espanholas e o problema das línguas, das dobragens e das legendas. A visão realista, e não muito politicamente correcta mas sincera, de Vasconcelos pôs o dedo na ferida sobre a dificuldade de os cinemas ibéricos competirem com o colosso americano, mesmo encontrando-se na mesa de debate um representante do Ministério da Cultura de Portugal. Desde então, muitas coisas aconteceram, o fenómeno da pirataria acabou com o mercado do DVD e quase com o do cinema, e a televisão

surge como quase a única plataforma onde quem trabalha no mundo do audiovisual pode continuar a existir. A sobrevivência do cinema ibérico no contexto actual fez com que muitos realizadores espanhóis e portugueses da geração de Vasconcelos tenham tido que adaptar-se a outros géneros e formatos, quando não acabaram simplesmente por desistir”.

Alejandro Pachón terminou a sua apresentação, lançando ao público uma série de perguntas: “O cinema de género é o caminho para chegar às bilheteiras adormecidas de Espanha e de Portugal?”, “Dobragem ou legendagem?” “Os caminhos da co-produção: estado actual entre Espanha e Portugal.” E, por último: “Existe um *star system* nacional ou ele só pode ser internacional?”

E, com isto, se dá início a *A Bela e o Paparazzo*, uma comédia romântica que resumimos à laia de *trailer*, com flashes:

“Num país que parece um manicómio”

“Ela é uma “vedeta” das novelas”

“Perseguida pela fama”

“Ele é um paparazzo”

“E vive da fama dela”

“Nasce um amor impossível”

“Irá este amor resistir?”

Ou, por outras palavras, a história de João (Marco D’Almeida), um paparazzo que assina com o pseudónimo de “Gabriela” em *Fama*, a típica revista de coluna social, especializada em revelar as intimidades das personalidades do mundo do espectáculo e dos famosos. Começou a perseguir noite e dia Mariana (Soraia Chaves), uma estrela da televisão, fazendo dela uma presença habitual nas capas da sua revista. Quer o destino que os dois se conheçam e aos poucos se apaixonem. E é aqui que começam os problemas, pois João não revela a sua verdadeira identidade a Mariana, com medo de a perder, tentando por todos os meios que ela não descubra a verdade.

Entretanto, sucedem-se as situações rocambolescas, no convívio de João com os seus colegas de casa desleixados, que tentam sair do bairro e mesmo criar uma república independente. Estas divertidas situações contrastam, porém, com a mesquinhez que costuma rodear as relações laborais no mundo do cinema e da televisão, evidentes em várias farsas para ganhar audiências.

Em suma, um olhar sobre o mundo cor-de-rosa, onde a única verdade é a publicada pelas revistas de coluna social, a verdade que as pessoas querem conhecer, mesmo que seja mentira, porque as coisas, já se sabe, nunca são o que parecem.. ❖

Agradecimientos / Agradecimentos

EMBAIXADA DE PORTUGAL EM MADRID
EMBAJADA DE ESPAÑA EN LISBOA
AYUNTAMIENTO DE BADAJOZ
CONSEJERÍA DE CULTURA Y TURISMO
INSTITUCIÓN FERIAL DE BADAJOZ (IFEBA)
CASAS MUDÉJARES
CENTRO DE OCIO CONTEMPORÁNEO
TEATRO LÓPEZ DE AYALA
MEIAC (MUSEO EXTREMEÑO E IBEROAMERICANO DE ARTE
CONTEMPORÁNEO)
FILMOTECA DE EXTREMADURA
INSTITUTO PORTUGUÊS DO CINEMA
ASOCIACIÓN DE ESCRITORES EXTREMEÑOS
UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA
ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES POPULARES DE EXTREMADURA
(AUPEX)
ESCUELA DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA
OSBORNE
LIBRERÍAS DE LA CIUDAD DE BADAJOZ:
COLÓN, UNIVERSITAS, ZURBARÁN.
RESTAURANTES COLABORADORES DE LA SEMANA GASTRONÓMICA:
ALDEBARÁN, COCINA PORTUGUESA, DOSCA II, EL SIGAR, LA ALACENA,
LAS BÓVEDAS, LUGARIS

